



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

INCRA – SR 08

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional SP – São Paulo

Lista de siglas e abreviações

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.
ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
FAF - Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo
FCA - Ficha de Caracterização da Atividade
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FNL – Frente Nacional de Luta
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso

GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEMAF - Laboratório de Estudos e Projetos em Manejo Florestal
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA – Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MCE - Memoriais de Caracterização de Empreendimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEB – Movimento de Educação de Base
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTCI – Ministério da Tecnologia Ciência e Inovação
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NIS – Número de Identificação Social
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDRS – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PFE – Procuradoria Federal Especializada
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RFB – Receita Federal do Brasil
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SACI – Sistema de Apoio à Comunicação Integrada
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SMA – Secretaria de Meio Ambiente
SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TED – Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP – Universidade de Campinas
UO - Unidade Orçamentária
USP – Universidade de São Paulo

Sumário

1- Apresentação	7
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	10
2.1- Identificação da unidade	10
3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional	11
3.1- Planejamento e resultados alcançados	11
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	25
3.3- Desempenho operacional	34
4- Governança	88
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	88
4.2- Gestão de riscos e controles internos	88
5- Áreas especiais da gestão	91
5.1- Gestão de pessoas	91
6- Relacionamento com a sociedade	95
6.1- Canais de acesso do cidadão	95
7- Desempenho financeiro e informações contábeis	99
7.1- Desempenho financeiro do exercício	99
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	101
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	102
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	104
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	104
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	107
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	108
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	109
9- Anexos e apêndices	110
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ	110
9.2- Resultados do atendimento ao público externo	111
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	114
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares	123
.....	124

1- Apresentação

O Relatório de Gestão foi desenvolvido em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, Decisões Normativas TCU n.ºs 154 e 156/2016, e Portaria TCU n.º 59/2017, a fim de apresentar de forma objetiva e transparente a execução física e orçamentária do INCRA-SP ao longo do exercício de 2016, retratando as principais atividades realizadas nos programas de Reforma Agrária e de Ordenamento da Estrutura Fundiária, gestão orçamentária e financeira, considerando o atingimento dos objetivos de metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em planos orçamentários e atividades.

Demonstraremos o acompanhamento das ações específicas do INCRA-SP, apresentado por macroprocessos finalísticos e sua execução por ação, meta física, plano orçamentário, recursos recebidos e despesas pagas. Contextualizamos as principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação. As ações dos macroprocessos gerarão quadros de indicadores institucionais que gradativamente vêm sendo utilizados como instrumento de análise quanto ao direcionamento das ações empreendidas ao longo do exercício.

O Itens foram estruturados em 7 tópicos: Visão geral da unidade prestadora de contas; Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional (no qual cada um dos 6 objetivos estratégicos foi detalhado); Governança; Relacionamento com a Sociedade; Desempenho financeiro e informações contábeis; Áreas especiais da Gestão e Conformidade da Gestão e demandas de órgãos de controle, além dessa apresentação e dos anexos.

O exercício de 2016 foi um ano bastante atípico para a execução e desenvolvimento das ações gerenciadas pelo INCRA-SP na execução do Programa Nacional de Reforma Agrária. No início do mês de fevereiro, houve uma ocupação do prédio por parte de integrantes do movimento social denominado Frente Nacional de Lutas – FNL, que além dos danos morais causados aos servidores e terceirizados - ação registrada por imagens horrendas e deprimentes - produziu um prejuízo material de mais de R\$ 1.000.000,00, (Um milhão de Reais) com a depredação de móveis e inutilização de parte da rede de dados da área de TI, destruição de ambientes de trabalho, pichação interna de paredes e divisórias, danos diversos na frota de carros, roubo de pertences pessoais e públicos (principalmente de equipamentos de informática) e inutilização de documentos. Toda ação provocada pela FNL foi denunciada às autoridades e é investigada pelas polícias Federal e Civil, até a presente data, ainda em andamento.

Outro fato inusitado foi a mudança de governo federal ocorrida no mês de maio, com consequente contingenciamento de recursos orçamentários, que associado à depredação ocorrida das instalações e posteriormente substituição de toda alta cadeia de comando, além do superintendente regional e de chefias, paralisou por alguns meses o desenvolvimento das atividades de responsabilidade do Órgão. Tal situação deixou o INCRA-SP em estado de letargia, aguardando orientações dos novos dirigentes.

Em que pese toda dificuldade apontada diante do preocupante cenário, destaca-se o envolvimento e esforço do quadro de servidores e terceirizados com a retomada dos

trabalhos e empenho para atingir se não a totalidade pelo menos boa parte dos compromissos assumidos no Caderno de Metas 2016, buscando desse modo minimizar os danos e prejuízos ao nosso público-alvo, inclusive do cidadão que busca prestação de serviços diretamente no INCRA.

Dentre o conjunto de atividades que contribuem para a promoção e qualificação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental das famílias assentadas, as principais atividades executadas pelo INCRA-SP, apresentaram os seguintes resultados: a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, atingiu **100%** da meta esperada para o exercício, atendendo **11.151** famílias. Em relação a área ambiental foram protocoladas **19** licenças ambientais novas o que representa **211%** da meta; **11** assentamentos monitorados com ações ambientais ou **550%** da meta proposta; e **98** assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR, alcançando **2.450%** da meta prevista. Temos ainda na área de educação no campo, **120** profissionais em capacitação técnica e formação profissional, sendo **50** de Nível Médio e **70** de Nível Superior, o que representa **171%** da meta estabelecida; e mais **480** trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA, mesmo sem meta para o exercício. Em relação a meta de concessão de créditos apenas **124** ou **6%** de **2.123** de famílias foram atendidas, sendo supervisionados **352** créditos instalação ou **41%** de uma meta de **861**.

No quesito governança fundiária, os principais resultados referem-se a implementação do novo Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR que possibilitou a realização de **51.170** atualizações cadastrais ou **241%** da meta prevista de **21.247**; e ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, que registrou a certificação de **15.050** parcelas.

Quanto as ações voltadas para o acesso à terra, os principais resultados obtidos foram o assentamento de **64** famílias em diversos Projetos de Assentamento já existentes e para a vistoria de imóveis rurais a meta do exercício era de **4.731** ha e, embora tenha ocorrido a vistoria de **6.977,5100** ha em **6** imóveis, foi contabilizado **0%** de objetivo alcançado devido à pendência na entrega dos relatórios conclusivos.

Assim como aconteceu em exercícios anteriores, 2016 também foi marcado pelo contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, situação preocupante e que determinou a descontinuidade de várias atividades que seriam executadas e obviamente acarretando transtornos para o exercício 2017.

Em relação ao prédio sede do INCRA-SP, podemos afirmar que suas instalações são antigas e há muito tempo necessitam passar por ampla reforma de suas dependências visando sua modernização a fim de garantir a segurança dos servidores, terceirizados e público em geral, inclusive com a implantação de obras de acessibilidade, solucionar e prevenir problemas das redes elétrica e hidráulica. Cabe informar que o INCRA-SP foi notificado pela Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Vigilância em Saúde do Município de São Paulo e também pela Justiça Federal a adotar medidas necessárias para as devidas adequações de suas instalações.

Ainda na área da Administração, outro cenário que requer atenção e a cada ano se agrava diz respeito à redução gradativa do quadro de servidores do INCRA-SP, seja por conta de servidores cedidos, questão de aposentadoria e ainda ingresso em outros órgãos através de concurso público devido a melhores salários. De acordo com diagnóstico do

serviço de Desenvolvimento Humano, no exercício de 2017, **24** servidores de um total de **114** em atividade, ou seja, **21%**, terão preenchido os requisitos legais para a concessão de aposentadoria, e, atualmente, desse total **3** se aposentaram.

A Direção Nacional do INCRA têm implementado uma série de melhorias com objetivo de dar maior agilidade e eficácia no andamento dos serviços e por conseguinte cumprimento das metas estabelecidas para o Órgão em cada exercício, sempre em busca de propiciar ao público em geral o melhor e mais rápido atendimento possível. Prova dessa intenção são as novas ferramentas disponibilizadas via web como a Nova Sala da Cidadania, novo Sistema Nacional de Cadastro Rural e o desenvolvimento do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, além da implementação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

Contudo, embora o estabelecimento de metas seja muito importante, pois permite a sociedade o acompanhamento e avaliação da gestão, nem tudo pode ser encarado friamente como números ou metas a serem alcançadas, pois a implementação e desenvolvimento do Programa Nacional de Reforma Agrária é executada por pessoas dedicadas e sensíveis à condição da camada da sociedade mais carente.

O maior patrimônio de uma instituição é o seu quadro de servidores e nessa linha de pensamento o seu bem-estar deveria ser uma constante para o governo federal, acompanhando de perto a situação, inclusive com periódica avaliação dos fatores diversos que afetam as condições ideais do servidor no desempenho de suas atribuições. Além da perda de poder aquisitivo decorrente da deterioração dos salários o servidor público têm sofrido sobremaneira com a precarização de sua saúde, deixando de se cuidar por falta de recursos. Desde o exercício de 2015, devido aos reajustes abusivos das mensalidades da GEAP Autogestão em Saúde (operadora de plano de saúde mais comum entre os servidores federais) a maioria dos servidores encontra-se constantemente atrasada em suas mensalidades e posteriormente por não ter condições de pagar a conta ocorre o descredenciamento. Com salários defasados e sem condições de oferecer um plano de saúde digno e de qualidade para seus dependentes o servidor encontra-se com sua autoestima baixa e prejudicando inclusive seu desempenho funcional.

Todos os resultados obtidos e situações apontadas são analisados pelo rol de responsáveis do INCRA-SP, que em conjunto com a Direção Nacional, quando necessário, adotam as providências cabíveis.

Pretende-se assim, que este relatório, seja utilizado como um instrumento de reflexão ao esforço e ao aprimoramento da busca ao benefício coletivo, onde esta UJ precisa avançar.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

Sugere-se que este item não ultrapasse o tamanho de 2 páginas.

Incra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Poder e órgão de vinculação

Poder: Executivo

Órgão de vinculação: Casa Civil da Presidência da República

Código SIORG: 2837

Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

Natureza jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo

CNPJ: 00.375.972/0010-51

Principal atividade: Administração Pública em Geral

Código CNAE: 84.11-6-00

Código SIORG: 4033

Código LOA: 49201

Código SIAFI: 373066

Contatos

Telefones/fax: 11-3823-8560 / 8561

Endereço postal: Rua Doutor Brasília Machado, 203, CEP 01230-906, São Paulo - SP

Endereço eletrônico: gabinete.sp@spo.incra.gov.br

Página na internet: www.incra.gov.br

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI

Nome

Não há

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI

Nome

Não há

3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

3.1- Planejamento e resultados alcançados

As metas fixadas para o exercício alinham-se aos objetivos estratégicos pactuados no Plano de Metas e Créditos Orçamentários (Caderno de Metas), publicado a partir da aprovação do Conselho Diretor, conforme resolução nº 25 de 30 de março de 2016, alterado através da Resolução nº 49, de 29/11/2016, que dispõe sobre a revisão de metas físicas e créditos orçamentários.

Foi elaborado um plano de ação por Divisão da Superintendência, obedecendo ao orçamento disponibilizado pela Sede.

Todos os Programas e suas correspondentes ações constantes do plano estratégico de atuação da Superintendência Regional no Estado de São Paulo - SR-08/SP têm vinculação direta e estão previstos no Plano Plurianual - PPA 2016-2019, bem como são de estrita competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a sua operacionalização.

De posse do estabelecimento das metas e distribuição dos limites orçamentários, a Superintendência Regional no Estado de São Paulo - SR-08/SP promoveu reunião inicial com seus dirigentes visando conhecer, estudar, opinar, discutir a demanda dos trabalhos a serem executados, em suas especificidades e detalhes, para superar os desafios no intuito de atender ao Programa de Governo: “Política de desenvolvimento agrário, de combate à pobreza extrema e de aceleração do crescimento”.

Em virtude do atraso na definição do Caderno de Metas, a execução das ações atenderam os critérios de prioridades, tais como, exigências dos Órgãos de Controle – MPF –TCU, etc., bem como, situações emergenciais originadas pelos movimentos sociais. Em resumo, o planejamento deste exercício não ocorreu de acordo com o desejo da Superintendência, mas de acordo com o que podia ser feito.

A Superintendência Regional no Estado de São Paulo - SR-08/SP possui considerável capilaridade de ações, com isso, os fatores que interferiram no alcance das metas, os reflexos e limitações de empenho e movimentação financeira que concorreram, entre outros, em cada uma delas, serão detalhados e apresentados ao longo do presente relatório.

Não é excessivo destacar, que a distribuição de recursos acontece em maiores valores sempre nos últimos meses do exercício obrigando as Superintendências, no afã do alcance das metas e de melhores resultados, empenhar e inscrever em restos a pagar. Essa prática do Governo Federal representa, para o Estado de São Paulo, dificuldades severas no alcance de melhores resultados, principalmente para os resultados serem positivos as atividades de campo devem ser executadas e estas demandam recursos orçamentários/financeiros e de pessoal em tempo.

No exercício de 2016, a Superintendência foi influenciada por fatores externos e internos que impactaram fortemente nas suas ações e no cumprimento de suas metas, por conseguinte, o cumprimento de sua missão institucional, decorrente principalmente das alterações ocorridas no cenário político nacional e da instabilidade do cenário macroeconômico, que culminaram no agravamento do contingenciamento orçamentário e financeiro, bem como pelas determinações

impostas pelo Acórdão 775/2016-TCU-Plenário que resultou na paralisação das ações do Incra em todo o país, com severos impactos à economia da agricultura familiar assistida pelo PNRA; enquanto que no ambiente organizacional interno, por derradeiro, houve mudança na Presidência do Instituto, mudança na alta gestão da Superintendência Regional e mudanças nas chefias de Divisões, provocando a necessidade de reordenamento do ambiente organizacional frente às novas diretrizes da gestão, o que naturalmente demanda tempo e esforço de adaptação, sobretudo, em um ambiente de planejamento fragilizado frente às incertezas provocadas pelo ambiente político. Em que pese a imperatividade do cenário de incerteza citado alhures, é forçoso reconhecer que a nova gestão da Superintendência se empenhou na tentativa de minimizar os impactos negativos advindos desse cenário.

Para cada um dos objetivos estratégicos foram elaborados quadros abaixo:

3.1.1- Objetivo estratégico 1

i. Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Família	2.123	124
Número de famílias atendidas com assistência técnica	Família	11.157	11.157
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	Família	0	0
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Família	0	0
Número de créditos instalação supervisionados	Crédito Supervisionado	861	352
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	PA	2	11
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	Licença Ambiental Protocolada	9	19
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	CAR - Perímetro	4	98
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	Número Agente Capacitado	0	3.800
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Número de Profissionais em Formação	70	120
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	Número de Trabalhadores Rurais em Formação	0	480
...			

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA

Em 2016, formaram-se 371 estudantes no âmbito da jurisdição da Superintendência Regional do INCRA de São Paulo. Foram 39 estudantes no curso de mestrado em Geografia com a

Universidade Estadual Paulista (UNESP), fruto de Termo de Execução Descentralizada entre o INCRA e o CNPq; 46 estudantes no curso de extensão “Juventude camponesa e transição agroecológica” com a UNESP de Botucatu, em uma parceria entre INCRA, Secretaria Nacional de Juventude e o CNPq, no edital de residência jovem e 286 estudantes no curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA- no 1º Segmento do Ensino Fundamental em um convênio entre a SR08/SP e o Movimento de Educação de Base (MEB). Também aconteceram evasões de estudantes, o que ocorre com certa frequência nos cursos de Educação de Jovens e Adultos, principalmente na alfabetização. Esses cursos foram voltados tanto para a correção da escolaridade de alguns estudantes quanto para a formação de profissionais capazes de pensar estratégias diferenciadas de atendimento ao público do campo, principalmente da Reforma Agrária, bem como desenvolver práticas agroecológicas, compreender as especificidades do territoriais e culturais dos povos do campo.

Para 2017 continuarão estudando 155 alunos pelo PRONERA em São Paulo, sendo 19 no curso de Pedagogia e 50 no de Especialização em Educação do Campo, ambos com a UFSCAR e 50 no curso de Ensino Médio integrado ao Técnico em Agropecuária, 18 no curso de pós-médio em Cooperativismo e Agroecologia e 18 no curso de Extensão “Cinema, Juventude e Ruralidades”, todos esses em parceria com a UNESP.

Há 3 projetos aprovados nesta superintendência: 1 de especialização em Agroecologia e Transição Educadora para Sociedades Sustentáveis com a ESALQ/USP para atendimento de 50 estudantes; 1 de Especialização “Trabalho Associado e educação para além do capital na América Latina” com a UNESP/Marília para 50 alunos e 01 curso de EJA 2 Segmento do Fundamental para 160 alunos (4 turmas) com a UNESP/Marília. Desta forma, gostaríamos que houvesse disponibilidade de recursos para a implantação, o que melhoraria a qualidade dos assentamentos com a capacitação do público atendido.

Também permaneceremos com as articulações com instituições de ensino e organizações da sociedade civil, objetivando a implementação de novas parcerias.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Quanto aos aspectos positivos, 720 alunos estudaram pelo PRONERA em diversas modalidades de ensino, na alfabetização/escolarização/ no nível superior e na pós-graduação, sendo que se formaram 371 alunos. Quanto aos pontos negativos, temos que destacar a falta de pessoal para realizar o acompanhamento da execução física dos cursos e articulação de novos projetos; o atraso no repasse de recursos pelo INCRA, o que impacta no andamento das atividades dos cursos.	Entre os exercícios de 2016 e 2019 haverá a formação de mais 155 estudantes e a perspectiva da implantação de novos projetos, caso haja disponibilização de orçamento, pois encontram-se aprovados 3 cursos nesta superintendência: 1 de especialização em Agroecologia e Transição Educadora para Sociedades Sustentáveis com a ESALQ/USP para atendimento de 50 estudantes; 1 de Especialização “Trabalho Associado e educação para além do capital na América Latina” com a UNESP/Marília para 50 alunos e 01 curso de EJA 2 Segmento do Fundamental para 160 alunos (4 turmas) com a UNESP/Marília.	A partir de 2020 pretende-se que novas parcerias sejam implementadas a partir da articulação de novos cursos, pois o aumento da formação do público da Reforma Agrária trará repercussão nos aspectos produtivos e sociais nas áreas reformadas, tais como: entendimento e articulação de políticas públicas; melhoria da qualidade produtiva dos assentamentos, etc.

3.1.2- Objetivo estratégico 2

- i. Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóvel Gerenciado	21.247	51.170
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	Imóvel Fiscalizado	0	0
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Sistema Mantido	0	0
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	Hectare	0	0
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	Hectare	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	Imóvel Georreferenciado	3.000	0
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Família	0	0
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Documento Expedido	207	155
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Imóvel Regularizado	0	0
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	Imóvel Regularizado	0	0
...			

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Atualizações cadastrais realizadas no SNCR

Em 2016 o número de imóveis gerenciados foi cerca de 2,4 vezes maior do que a sua série histórica. Este aumento significativo no número de atualizações cadastrais ocorreu em virtude da implantação do novo SNCR, com o advento da declaração eletrônica e, principalmente, pela integração do SNCR com o cadastro de imóveis rurais da Receita Federal. A integração dos sistemas INCRA e RFB estipulou prazo até 31/12/2016 para a vinculação dos cadastros para imóveis com área superior a 50 ha, fato que aumentou consideravelmente as atualizações cadastrais. O crescimento das atualizações cadastrais deve ser acompanhado da ampliação da rede de cadastro, composta pelas Unidades Municipais de Cadastro (em parceria com os Municípios) para viabilizar a análise e o processamento das declarações prestadas pelos detentores dos imóveis rurais.

No ano de 2016 o SIGEF mostrou novamente sua eficiência como programa de gestão de certificações, sendo que no estado de São Paulo, certificou-se um total de 15.050 parcelas, ante 352 imóveis certificados via SNCI, considerando assim um salto exponencial, sendo ainda que o CRC desta unidade operacionalizou um número grande de análises dentro do sistema (análise de sobreposição, cancelamento, retificação e registro), porém apesar aumento do efetivo de técnicos alocados neste comitê, a demanda de análise é exponencial de tal sorte que o comitê não vem conseguindo atender a todos os requerimentos em um tempo razoável de análise, o que se deve em parte a mudança do calendário de áreas a serem certificadas estabelecido pelo decreto 7.620 de 22 de novembro de 2011, onde tornou obrigatório a certificação de imóveis com área igual ou maior que 100 ha.

Quanto aos processos certificados via SNCI, com o funcionamento pleno do SIGEF e com a migração de vários processos para o mesmo o número de certificações caiu face o ano anterior, apesar do grande número de processos administrativos em trâmite nesta superintendência, que se deve ao fato do setor de cartografia e do comitê regional de certificação não possuírem apoio administrativo que permita o arquivamento dos processos que em muitos casos já até se encontram certificados pelo SIGEF.

Outras ações previstas e continuadas em 2016 são os imóveis georreferenciados que cuja a meta prevista era de 3.000 imóveis que estavam previstos em dois projetos:

e) Georreferenciamento e certificação da Fazenda Nacional Ipanema em Iperó - SP: Processo de certificação nº 54190.003059/2012-31 com área prevista de 6.000 ha, esta fazenda tem a posse compartilhada entre quatro órgãos da união sendo eles a Marinha do Brasil, INCRA, ICMBio e Ministério da Agricultura, em comum acordo foi resolvido que os órgãos envolvidos dividiriam esforços e recursos para a certificação do imóvel a superintendência coube a coordenação técnica do projeto através da exclusividade de um Engenheiro Agrimensor responsável e de um técnico para atividades de campo as medições tiveram início em Abril de 2014 com encerramento dos trabalhos de levantamento de campo em Julho de 2014, onde os trabalhos foram paralisados por dificuldades na identificação dos confrontantes e sobre a falta de material acordado com a administração da Floresta Nacional de Ipanema, os trabalhos foram retomados em 2015 com a identificação de poucos confrontantes da propriedade e paralisados novamente por falta de recurso orçamentário para custeio de diárias aos servidores envolvidos.

f) Georreferenciamento de Quatro Módulos na Região Mogiana, compreendendo os municípios de Aguaí, Pirassununga, Mogi Guaçu, Vargem Grande do Sul, Divinolândia, Estiva Gerbi, Caconde, São José do Rio Pardo, Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim, Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Cruz das Palmeiras, Tambaú, Mococa, São Sebastião da Gramma, Tapiratiba e Itobi, com uma quantidade imóvel total prevista de 18242, cujo foram objeto do pregão 18/2014 (processo administrativo 54190.001752/2014-31) onde no planejamento estimava-se a fase de produção dos polígonos georreferenciados ainda no primeiro semestre de 2014, contudo a quantidade recursos interposta no pregão que por consequência o atrasaram e os contratos que só foram assinados em Outubro de 2014, gerando os processos de pagamento 54190.003590/2014-75 – empresa TOPOSAT Engenharia LTDA. - contrato CRT-SP-00018-2014 e 54190.003591/2014-10 - empresa TAL Topografia da Amazônia LTDA – ME- contrato CRT-SP-180001-2014, produziram juntas um total de 586 imóveis que encontram-se carregados no SIGEF.

Outro ponto importante a ser relatado, até mesmo como desafio para os próximos anos é a diminuição de mão de obra lotada no setor, o comitê de certificação esta praticamente esvaziado, uma vez que o setor conta atualmente com quatro servidores lotados e todos atendem a outras demandas da superintendência (vistorias, quilombos, demarcações de assentamento e análise de pedidos judiciais) e o atendimento ao cidadão que encontra-se prejudicado, pois tem sendo feito de forma improvisada por um técnico que atende quando existe tempo, uma vez que a sala do cidadão não consegue incorporar esta função, assim sendo pretende-se a elaboração de um contrato

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
<i>Atualizações cadastrais realizadas no SNCR</i> Em 2016 foram realizadas 33.262 atualizações cadastrais o que corresponde a aproximadamente 7% do total de imóveis cadastrados.	<i>Atualizações cadastrais realizadas no SNCR</i> Até 2019 espera-se que 40% do total dos imóveis tenham efetuado a devida atualização cadastral.	<i>Atualizações cadastrais realizadas no SNCR</i> A partir de 2020 espera-se um aumento gradativo de atualizações cadastrais até que se atinja a totalidade dos imóveis resultando num cadastro que reflita a real situação dos imóveis rurais.
<i>Imóveis rurais georreferenciados</i> Manutenção e gerenciamento do SIGEF, a fim de garantir ao usuário segurança no uso do programa, aumentou-se a quantidade de servidores incorporados ao comitê regional de certificação. Ações de auditoria para garantir a confiabilidade de dados lançados no sistema pelo responsável técnico. Execução e fiscalização dos contratos CRT-SP-00018-2014 e CRT-SP-180001-2014. Execução do levantamento da Fazenda Nacional de Ipanema que continua em execução.	<i>Imóveis rurais georreferenciados</i> Colocar em pleno funcionamento todas as funcionalidades do SIGEF. Melhorar através de auditorias a qualidade de informação do SIGEF. Melhorar e modernizar o parque tecnológico da cartografia, permitindo que as atividades realizadas demandem menos tempo e com o grau de precisão confiável. Melhorar o atendimento ao contribuinte.	<i>Imóveis rurais georreferenciados</i> Manter os sistemas em funcionamento e com grau de confiabilidade. Interface com o usuário aperfeiçoada com atendimento ao público mínimo na SR. Aperfeiçoamento de técnicas que permitam execução a um custo menor e com melhores resultados

3.1.3- Objetivo estratégico 3

i. Promover a democratização do acesso à terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	Hectare	4.731	0
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	Imóvel	3	3
Número de famílias assentadas	Família	0	64

Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Hectare	0	246.5900
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Hectare	0	0
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	Unidade Familiar	388	432
...			
...			

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Área de imóveis vistoriados - A meta física definida para o período de 2016 que consta no módulo de monitoramento – SIR foi de 4.731 ha vistoriados. Em que pese esta Superintendência ter realizado a vistoria de 3.076,5951 hectares, os laudos não foram entregues até o fim do exercício, em que pese o fato de os trabalhos terem sido realizados entre junho e dezembro de 2016. Algumas dificuldades não permitiram atender a totalidade da meta, tais como as ocupações ocorridas, com subtrações de equipamentos e material de auxílio aos trabalhos de campo, como verificação da inviabilidade de algumas das áreas e um tempo de permanência além do considerado razoável para manifestação nas consultas feitas à PFE, além de entraves de ordem processual, que não permitiram efetivamente entregar os laudos.

Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado – Essa ação segue atrelada ao seguimento dos processos administrativos de desapropriação (processo principal), isto é, conforme os processos de desapropriação avançam em suas fases, realiza-se a abertura de processo administrativo específico para a confecção dos estudos de cadeia dominial. Nos anos de 2014-2015 ocorreram diversas alterações nos normativos de obtenção de terras do INCRA que refletiram nessa atividade. Além dessa dependência no andamento dos processos, esse procedimento depende de informações dos Cartórios de Imóveis e muitas das vezes há algum tipo de dificuldade em obter os documentos, o que acarreta em atraso. Some-se a isso o fato de que não há responsável oficial para a elaboração das cadeias dominiais, contando a Superintendência com a colaboração do chefe do Serviço de Recursos Humanos da Superintendência de São Paulo, e que por isso fica bastante atarefado, tentando conciliar, com relativo sucesso, as duas funções, mas fatalmente está sobrecarregado de obrigações. Registre-se que o referido servidor elabora estudo de cadeia dominial também para outras Divisões da Superintendência de São Paulo. Diante do exposto, relatamos que no ano de 2016 foram elaborados apenas 3 processos de cadeia dominial para os processos de obtenção de imóveis para reforma agrária, dado que poucos processos novos foram iniciados ou mesmo se tenha avançado em outros que necessitassem do referido estudo.

Número de Famílias Assentadas – O ano de 2016 foi atípico para a criação de assentamentos e homologação de famílias beneficiárias do programa de reforma agrária. Tudo porque ficamos impedidos pelo bloqueio do SIPRA por ordem do TCU-CGU de realizar qualquer seleção/homologação de novos beneficiários ao PNRA.

Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue) - De acordo com Levantamento final da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, o número mensurado com os servidores que participaram das atividades chegou a 64 parcelas dos projetos de assentamento da Reforma Agrária supervisionadas (com relatórios entregues).

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Área de imóveis vistoriados – no curto prazo esta divisão de obtenção de terras segue dentro da previsão orçamentaria na tentativa de encaminhar os processos em curso para publicação dos decretos presidenciais a fim de exaurir um grande passivo de processos que não avançam por questão judicial e pela dificuldade em adentrar no imóvel para realizar a avaliação completa a fim de se adequar aos normativos vigentes. Outra expectativa é o avanço nos acordos extrajudiciais dos processos que estão em discussão judicial há anos, chamando seus proprietários para negociação a fim de pôr termo no desgaste que esses processos acarretam e pondo fim também na angústia das famílias acampadas que aguardam pelo seu “pedaço de terra”. Paralelamente, dar-se-á seguimento a novas vistorias e apreciação de propostas de aquisição de imóveis pelas vias do Decreto 433/92, em que os proprietários ofertam os imóveis para o INCRA.	Área de imóveis vistoriados – Utilizar estudos regionais para definir quais serão as áreas prioritárias para a reforma agrária no Estado de São Paulo, elencando como exemplo, tamanho de imóveis, regionalização via áreas prioritárias dentro das ações do governo federal, número de famílias candidatas, dentre outras. Espera-se também avançar nas ações de adjudicação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, onde o INCRA dará apoio técnico no levantamento dos imóveis com possibilidade de inclusão no PNRA. Foco também no convênio com o Governo do Estado de São Paulo para as áreas que serão retomadas no Pontal do Paranapanema.	Área de imóveis vistoriados – Atender às diretrizes do governo em exercício a fim de delinear as ações para melhor executar o PNRA.
Assentamento de famílias – O bloqueio do sistema SIPRA pelo TCU e CGU para apuração de irregularidades no primeiro trimestre de 2016 frustrou totalmente o assentamento de famílias em 2016 previstos pela Superintendência Regional de São Paulo, dado que esta ação foi impedida de ser realizada no referido ano. A expectativa é superar o bloqueio através do atendimento das correções impostas pelos órgãos de controle citados até meados de 2017 e assim dar início aos processos de seleção e homologação de famílias dos imóveis em que fomos imitados na posse nos últimos anos, mas por conta do cumprimento da Ação Civil Pública proposta pelo MPF em 2015 e do bloqueio do SIPRA no primeiro trimestre de 2016 não puderam ter seus processos de	Assentamento de famílias – Em vista das ações paralisadas em virtude da Ação Civil Pública, do bloqueio de novas seleções pelo TCU-CGU e da diminuta equipe disponível, a seleção do PA Padre Josimo e PDS Santo Ângelo estão pendentes. Em 2016 pouco se fez em termos de análise dos documentos compratórios recebidos referentes às 284 famílias homologadas no PDS Santo Ângelo no fim de 2014, dado que o setor ficou sem servidor de maio de 2016 até março de 2017. Em 2017 fazem-se necessários os procedimentos subsequentes que visam a homologação do restante das famílias dos projetos citados. Faz-se necessário também a conclusão das demais seleções iniciadas nos anos de 2013 e 2014, bem como a seleção dos imóveis atualmente desembaraçados e da Fazenda Vista Grande (proposta para o ano de 2015, mas não concluída pelos motivos acima expostos. Espera-se também um avanço nos processos de supervisão ocupacional, onde, num levantamento feito pela Divisão de Desenvolvimento, há 935 possíveis vagas. No entanto, deve-se frisar, que os processos de supervisão	Assentamento de famílias - Para o longo prazo deve-se levar em conta alguns pontos que poderão interferir na evolução do número de famílias assentadas na reforma agrária: a) A nova MP 759/2016 visa agilizar as seleções de famílias tendo em vista que no surgimento de vagas em novos imóveis ou em assentamentos existentes já teremos a relação de candidatos previamente cadastrados e classificados por município; b) No entanto, como mencionamos, a Superintendência Regional de São Paulo possui passivo de conclusão de seleção de famílias iniciadas em 2013, 2014 e 2015; c) É certo que com a atual capacidade operacional do INCRA não será possível concluir o que foi colocado como necessário para o ano de 2017, já que se prevê no longo prazo a conclusão do passivo dos anos anteriores; d) É muito provável também que imóveis hoje embaraçados para assentamento por questões jurídica e ambiental se integrem à demanda, no entanto sem o incremento da equipe de implantação de assentamentos tais imóveis continuarão sem destinação a curto e médio prazo para candidatos ao PNRA.
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária – Vide justificativa no período de “médio prazo”.		

seleção de famílias iniciados ou mesmo finalizados.

Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária – Esta atividade recai sobre as demandas judiciais que estão em andamento e que ultrapassam o ano corrente. Não existe possibilidade de contabilizar quais valores serão aplicados em cada ano, além do fato de existirem recursos em diversas instâncias para a efetivação do pagamento. O que se pode prever são eventuais acordos judiciais onde existe o compromisso de pagamento no ato do acordo.

ocupacional também podem gerar a regularização de alguns lotes se seus ocupantes irregulares cumprirem alguns requisitos exigidos pelas normas do INCRA. Há, assim, uma expectativa de homologar a não totalidade dessas ocupações irregulares, já que a nova MP 759/2016 permite tal regularização e, se convertida em lei, continuará a permitir. Paralelamente, estamos trabalhando num novo projeto para os próximos 3 anos, a priori, onde o INCRA auxiliará a PGFN, PFE-AGU e MDA nos processos de adjudicação de imóveis de devedores da União. A expectativa é grande em relação à possibilidade de se obter imóveis para a criação de Projetos de Assentamento e o consequente assentamento de famílias cadastradas no levantamento da Ação Civil Pública.

Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária – Com base na justificativa dada para o período de curto prazo, não há possibilidade de estimativa para o médio e longo prazos. Assim, o critério não se aplica.

3.1.4- Objetivo estratégico 4

i. Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	Mulheres Atendidas	1.285	120
Número de mulheres beneficiárias com ATER	Mulheres Atendidas	0	45
...			

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante

3.1.5 - Objetivo estratégico 5

i. Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etno desenvolvimento.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	Hectare	1	0
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	Hectare	3.135	7.827
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	Relatório Antropológico	0	0
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	RTID (publicado)	5	2
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	CCDRU (unidade)	0	0
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	Título Definitivo emitido (unidade)	0	0
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	Hectare	0	246,5900
...			
Fonte: Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – SR/08/F-4 e SIR/Módulo de Monitoramento			

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A meta inicial para o exercício de 2016 previa a publicação de 03 (três) portarias de reconhecimento: da comunidade remanescente de quilombo de Galvão (Eldorado e Iporanga/SP, proc. adm. nº 54190.000474/2005-11, território 2.177,1701 ha); da comunidade remanescente de quilombo de Porto Velho (Iporanga/SP, proc. adm. 54190.001281/2005-70, território 958,2925 ha); e da comunidade remanescente de quilombo de Cangume (Itaóca/SP, proc. adm. nº 54190.001485/2005-19, território 854,9833 ha) o que totalizava 3.990,4459 ha a serem reconhecidos. Após a revisão do Plano de Metas e Créditos Orçamentários, a meta ficou estabelecida em 3.135,4626 ha (excluindo, portanto, o quilombo de Cangume).

Todas as peças que compõem o “Conjunto Portaria” das comunidades de Galvão e Porto Velho foram finalizadas pelo Serviço Quilombola desta Superintendência e enviadas para o Incra-Sede proceder às análises necessárias e às publicações. Em 19 de abril de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria de Reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo de Galvão, cujo território totaliza 2.177,1701 ha. Em 03 de novembro de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria de Reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo de Porto Velho, cujo território totaliza 958,2925 ha.

A portaria de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo de São Pedro (Eldorado e Iporanga/SP, proc. adm. nº 54190.000475/2005-58), com território totalizando 4692,3416 ha, ficara pendente de ser publicada pela Presidência do INCRA em 2015, e foi publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2016.

Dessa forma, foram publicadas três Portarias de Reconhecimento totalizando 7.827,8042 ha reconhecidos como comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, portanto acima da meta prevista.

A etapa subsequente ao reconhecimento prevê a publicação do Decreto de Desapropriação por Interesse Social do perímetro dos territórios reconhecidos. Todas as peças que compõem o “Conjunto Decreto” das comunidades de Mandira, São Pedro e Galvão foram finalizadas pelo Serviço Quilombola desta Superintendência e enviadas para o Incra-Sede no primeiro semestre de 2016. O Incra-Sede procedeu às análises necessárias às publicações e encaminhou toda a documentação para a Casa Civil, onde os processos atualmente se encontram aguardando a publicação do Decreto.

Após efetivadas as publicações dos Decretos, a próxima etapa será a realização dos Laudos de Vistoria e Avaliação dos imóveis particulares incidentes nos Territórios Quilombolas, com posterior ajuizamento de ação de desapropriação e titulação dos territórios quilombolas em nome das associações quilombolas.

Dois Relatórios Antropológicos de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural estão em elaboração no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre INCRA e UFSCar. As comunidades remanescentes de quilombo beneficiárias são: Espírito Santo da Fortaleza de Porcos (Agudos/SP, proc. adm. nº 54190.003805/2008-18) e Nossa Senhora do Carmo (São Roque/SP, proc. adm. nº 54190.002991/2006-06). Os trabalhos das equipes do INCRA e UFSCar tiveram início em 2016, após o pagamento da 1ª parcela dos recursos, ocorrido no mês de março. Assim, em abril foram realizadas reuniões de abertura oficial dos trabalhos de elaboração do RTID nas duas comunidades, com a presença dos técnicos de ambas as instituições. A partir de então as equipes do INCRA e UFSCar vêm desenvolvendo os trabalhos de pesquisa documental em gabinete e visitas de campo para realização dos relatórios. Como a vigência do TED é de 18 meses, não havia previsão de finalização dos relatórios em 2016, por isso não foram incluídos nas metas deste ano. Desta forma, em 2017 será dada continuidade aos trabalhos.

Havia também a previsão da publicação de 05 (cinco) Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID.

Destes cinco produtos, o RTID do quilombo Fazenda Pilar (Pilar do Sul/SP, proc. adm. nº 54190.004013/2006-91) está sendo integralmente produzido, em todas as suas peças técnicas, pela equipe do Serviço Quilombola desta Superintendência. Os quatro demais RTID estão no âmbito do Convênio 806259/2014, firmado entre Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. Nestes casos, os RTID são realizados por equipe multidisciplinar do INCRA – ITESP: Pedro Cubas, (Eldorado/SP, proc. adm. nº 54190.001696/2005-43); Pedro Cubas de Cima (Eldorado/SP, proc. adm. nº 54190.003184/2004-31), Jaó (Itapeva/SP, proc. adm. nº 54190.003181/2004-05) e Poça (Jacupiranga e Eldorado/SP, proc. adm. nº 54190.002771/2008-36).

Destes cinco, foram publicados dois RTID no ano de 2016, o de Pedro Cubas e de Jaó. Ambos foram previamente aprovados pelo Comitê de Decisão Regional, conforme Ata da 26ª Reunião de 2016 (de 26 de outubro). Os editais dos relatórios foram publicados no Diário Oficial da União e do Estado de São Paulo nos dias 08, 09 e 10 de novembro de 2016.

A comunidade remanescente do quilombo de Pedro Cubas é composta por 51 (cinquenta e uma) famílias quilombolas residente e o território identificado e delimitado possui área descrita em quatro glebas que totaliza 3.795,6701 ha (três mil setecentos e noventa e cinco hectares, sessenta e sete ares e um centiares).

A comunidade remanescente do quilombo Jaó é composta por 64 (sessenta e quatro) famílias quilombolas residente e o território identificado e delimitado possui área descrita em duas glebas que totaliza 165,8325 ha (cento e sessenta e cinco hectares, oitenta e três ares e vinte e cinco centiares).

Quanto aos outros dois RTID com previsão de publicação no âmbito do convênio com ITESP; (Pedro Cubas de Cima e Poça), os trabalhos tiveram andamento durante o ano de 2016, entretanto por motivos diversos (conflitos com proprietários e ocupantes não quilombolas no quilombo Poça; e problemas de acesso ao quilombo Pedro Cubas de Cima, devido à interdição, pela Marinha do Brasil, da Balsa que cruza o rio Ribeira), não foi possível finalizá-los e publicá-los até o final de 2016.

Quanto à comunidade quilombola de Fazenda Pilar, a equipe técnica está elaborando o relatório antropológico e as demais peças que compõe o RTID, cuja elaboração foi iniciada em exercício anterior. O Serviço Quilombola realizou reuniões junto à comunidade, notificou ocupantes e proprietários e efetuou a maior parte do trabalho de campo, mas ainda não foi possível concluir o RTID. Dentre os principais entraves à celeridade do procedimento estão: a imensa quantidade de imóveis rurais a serem vistoriados – o que demanda a notificação dos ocupantes e proprietários; dificuldades de localização de processos e documentos antigos; restrições orçamentárias e a mudança de gestão na SR, além da falta de equipamentos ocasionada pela invasão da FNL ao prédio da SR-08, em fevereiro de 2016 (impactou os trabalhos de Cartografia). Afora isso, devido ao diminuto tamanho da equipe do Serviço Quilombola, a quantidade de trabalho necessário à gestão dos demais processos torna dificultosa a elaboração de um relatório aprofundado – que demanda incursões prolongadas em campo e dedicação para uma escrita meticulosa e elaboração de mapas.

Não houve previsão de emissão de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para o ano de 2016.

Em relação à emissão de títulos definitivos em territórios quilombolas, não houve sentença definitiva determinando a expedição de títulos em nenhum dos oito processos judiciais de desapropriação por interesse social que envolvem imóveis particulares localizados em territórios quilombolas no Estado de São Paulo (quatro no quilombo Cafundó, dois no quilombo Brotas, um no quilombo Caçandoca, um no quilombo Morro Seco).

Por fim, estipulou-se como meta para o exercício de 2016 a vistoria e avaliação de um conjunto de benfeitorias pertencentes a ocupantes não quilombolas, inseridas no território da comunidade remanescente de quilombo de Ivaporunduva (Eldorado-SP), que já se encontra titulado e registrado em nome da comunidade. A vistoria e avaliação das benfeitorias de quatro ocupantes não-quilombolas foram realizadas no presente exercício. A titulação do território quilombola em comento foi obtida através de Ação Declaratória ajuizada pela própria comunidade contra a União, que tramitou paralelamente aos procedimentos de reconhecimento executados pelo INCRA. Em 2010, decisão judicial na sede desta ação determinou que a União expedisse título de domínio favorável à Associação Quilombo de Ivaporunduva, referente a 2.035,1202 ha de seu território. O título foi expedido pelo INCRA e levado a registro. Portanto, tendo sido o território da comunidade titulado por meio de iniciativa judicial própria da sua representante legal, restou pendente de conclusão o procedimento administrativo de avaliação de benfeitorias, indenização e desintrusão de quatro posseiros que possuem áreas dentro do território titulado. O Laudo de Vistoria e Avaliação foi produzido, referendado pela Mesa Técnica da Divisão de Obtenção e seguiu para análise jurídica (PFE/INCRA) dada a complexidade do caso. Aguarda-se pronunciamento da PFE sobre a forma como se dará a indenização e a desintrusão – se o INCRA ajuizará processo ou abrirá negociações para acordo administrativo com os posseiros.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
A maior parte dos resultados previstos para o exercício de 2016, de acordo com os indicadores existentes, foram alcançados. Em relação aos RTID que não foram publicados, todos encontram-se em fase de finalização e serão publicados em 2017. Já a meta de hectares reconhecidos, foi superada em mais que o dobro do previsto.	Por meio de duas parcerias concretizadas ao longo dos exercícios de 2014 e 2015 – que serão detalhadas à frente – a previsão é que haja um salto quantitativo na publicação de RTIDs a médio prazo. Entre 2005 e 2016, a SR(08) publicou 15 RTIDs. A meta é publicar ao menos mais 13 RTIDs até 2019. Muitas das comunidades atendidas pelas parcerias estão envolvidas em sérios conflitos fundiários e/ou em processos de desterritorialização. O desafio será levar adiante os processos de regularização fundiária dos territórios reconhecidos.	Espera-se que todas as comunidades quilombolas com RTID elaborado tenham a Portaria de Reconhecimento publicada, pois trata-se de uma etapa administrativa de fundamental importância para a garantia dos direitos constitucionais de tais comunidades. Espera-se que as áreas particulares que conformam tais territórios sejam decretadas de interesse social para desapropriação e posterior titulação coletiva em nome das associações quilombolas.

3.1.6- Objetivo estratégico 6

- i. Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	Inexiste Meta	0	11

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes		Prestadas	Dentro do prazo	
			Fora do prazo	
Total de valores repassados		Não prestadas	Dentro do prazo	
			Fora do prazo	

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Atualmente não existem convênios em vigência, firmados nos moldes da IN/STN 01/97, contudo, ainda existem 10 (dez) convênios (IN/STN 01/97) na situação de “a aprovar” junto ao SIAFI, cujo saldo, em dezembro de 2016, apresentava o montante de R\$ 58.054.768,19 (cinquenta e oito milhões, cinquenta e quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais e dezenove centavos), conforme tabela abaixo:

	Nº SIAFI	CRT/SP	INÍCIO DA VIGENCIA	FIM DA VIGÊNCIA	CONVENIENTE	VALOR NA SITUAÇÃO DE “A APROVAR”
1	527560	27000/2005	03/11/05	31/12/11	FEPAF	R\$ 562.000,00
2	535459	33000/2005	13/12/05	30/09/10	FEPAF	R\$ 1.658.000,00
3	559176	98000/2006	08/06/06	31/12/09	ITESP	R\$ 28.000.000,00
4	639930	7500/2008	30/12/08	31/12/10	PREF. PERDENEIRAS	R\$ 300.000,00
5	639998	9000/2008	31/12/08	31/12/11	FEPAF	R\$ 4.556.073,16
6	523255	20000/2005	25/05/05	31/05/10	FEPAF	R\$ 15.169.928,56
7	526069	13000/2005	19/12/05	31/12/09	ITESP	R\$ 245.265,00
8	593435	16000/2007	01/12/09	30/07/10	FEALQ	R\$ 245.000,00
9	524485	10000/2005	01/08/05	30/04/10	FEPAF	R\$ 137.701,53
10	565543	56000/2006	17/08/06	31/12/11	FEPAF	R\$ 7.180.799,94

TOTAL R\$ 58.054.768,19

CONVÊNIOS SICONV

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO OPERACIONAL

CONVÊNIO NÃO EXECUTADO 2016					
CONVENENTE	PROCESSO Nº	DATA	OBJETO	VALOR	EXECUÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO UNESP – CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA Processo nº 54190.000106/2016-18 Convênio nº 837215/2016 Valor Total: R\$ 912.300,00 Concedente / INCRA: R\$ 892.300,00 Conveniente UNESP: R\$ 20.000,00 Formar jovens assentados no Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio.	54190.000106/2016-18	08.11.2016	Convênio para formar jovens assentados no CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO	R\$ 912.300,00	Não Executado

Empenhado o valor de R\$ 17.700,00 mediante 2016NE800414

CONVÊNIOS NÃO EXECUTADOS 2015/2016					
CONVENENTE	PROCESSO Nº	DATA	OBJETO	VALOR	EXECUÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA - ESTRADA Processo nº 54190.004307/2014-22 Convênio nº 824175/2015 Publicado no DOU dia 11/01/2016, seção 3, pág. 151) Valor Total: R\$ 324.445,68 Concedente / INCRA: R\$ 297.000,00 Conveniente / Prefeitura: R\$ 27.445,68 Convênio para recuperar e cascalhar estradas Projetos de Assentamentos beneficiados: Arizona, Josué de Castro, Timboré, São Sebastião e Primavera. Convênio para recuperar e cascalhar estradas	54190.004307/2014-22	11/01/2016	Convênio para recuperar e Cascalhar estradas nos Projetos de Assentamentos beneficiados: Arizona, Josué de Castro, Timboré, São Sebastião e Primavera.	R\$ 324.445,68	Não Executado
PROMISSÃO - ESTRADA Processo nº 54190.004309/2014-11 Convênio nº 823357/2015	54190.004309/2014-11	14/01/2016	Convênio para recuperar e Cascalhar estradas nos Projetos de Assentamentos beneficiados: Reunidas e Dândara	R\$ 1.462.673,36	Não Executado

Publicado no DOU dia 14/01/216, seção 3, pág. 105 Valor Total: R\$ 1.462.673,36 Concedente / INCRA: R\$ 1.433.419,89 Conveniente / Prefeitura: R\$ 29.253,47 Projetos de Assentamentos beneficiados: Reunidas e Dândara Convênio para recuperar e Cascalhar estradas					
SÃO CARLOS - REDE DE ÁGUA Processo nº 54190.004142/2013-16 Convênio nº 824166/2015 Publicado no DOU dia 11/01/216, seção 3, pág. 150/151 Valor Total: R\$ 534.818,51 Concedente / INCRA: R\$ 533.548,51 Conveniente / Prefeitura de São Carlos/SP: R\$ 1.270,00 Projeto de Assentamento beneficiado: Nova São Carlos Convênio para Rede de Distribuição de Água	54190.004142/2013-16	11/01/2016	Convênio para Rede de Distribuição de Água no Projeto de Assentamento beneficiado: Nova São Carlos	R\$ 534.818,51	Não Executado

GUATAPARÁ - REDE DE ÁGUA Processo nº 54190.001885/2015-98 Convênio nº 824169/2015 Publicado no DOU dia 11/01/216, seção 3, pág. 151 Valor Total: R\$ 275.554,39 Concedente / INCRA: R\$ 263.404,62 Conveniente / Prefeitura Municipal de Guatapar�/SP: R\$ 12.149,77 Projetos de Assentamentos beneficiados: Horto Guarani Convênio para Rede de Distribuição de �gua	54190.001885/2015-98	11/01/2016	Convênio para Rede de Distribuição de água nos Projetos de Assentamentos beneficiados: Horto Guarani	R\$ 275.554,39	Não Executado
---	----------------------	------------	---	----------------	---------------

OBS: Convênios não estão sendo executados porque não foram liberados recursos financeiros.

CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO 2017					
CONVENENTE	PROCESSO Nº	DATA	OBJETO	VALOR	EXECUÇÃO
PRADÓPOLIS - REDE DE ÁGUA Processo nº 54190.006088/2013-35 Convênio nº 824161/2015 Publicado no DOU dia 11/01/216, seção 3, pág. 151 Valor Total: R\$ 376.198,91 Concedente / INCRA: R\$ 366.198,91 Conveniente / Prefeitura Municipal de Pradópolis/SP: R\$ 10.000,00 Pagamento na data de 22.12.2016 mediante 2016OB801164, valor de R\$ 366.198,91 Projetos de Assentamentos beneficiados: Horto Guarani Convênio para Rede de Distribuição de Água	54190.006088/2013-35	11/01/2016	Convênio para Rede de Distribuição de Água nos Projetos de Assentamentos beneficiados: Horto Guarani	R\$ 376.198,91 Pagamento na data de 22.12.2016 mediante 2016OB801164, valor de R\$ 366.198,91.	Em execução

OBS: Convênios não estão sendo executados porque não foram liberados recursos financeiros.

CONVÊNIOS EXECUTADOS INADIMPLENTES 2015/2016					
CONVENENTE	PROCESSO Nº	DATA	OBJETO	VALOR	EXECUTADO EM 2015
VIRADOURO CONTRA A FOME	5419.0005545/2009-98	15.10.2010	Diagnosticar sobre Infra-Estrutura e Políticas Públicas nos Assentamentos no Interior do Estado de São Paulo - nos Projetos de Assentamento Perdizes e Formiga.	R\$ 97.500,00	a) A Conveniente infringiu a obrigatoriedade do Parágrafo Sexto da Cláusula Terceira do Termo de Convenio; b) Os processos licitatórios estão incorretos; c) A Conveniente deverá devolver a União através de GRU os valores licitados da Dispensa de Licitação corrigido com as cominações legais.
CEDRO MULHER – CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DE ARARAQUARA	54190.004866/2009-75	31.12.2010	Capacitar multiplicadores de consciência ambiental fundamentada em conhecimentos técnicos e modernos.	R\$ 125.315,00	a) O convenio teve início na data de 31.12.2009 e término na data de 31.12.2010, o prazo para prestação de contas do convenio expirou na data de 04.01.2012. O convenio teve prorrogada a vigência contratual através do 1º e 2º Termo Aditivo, respectivamente com início na data de 05.11.2009 a 31.03.2010 e 01.04.2010 a 31.07.2010. b) O valor total do convenio foi de R\$ 125.315,00, o valor repassado pela Concedente INCRA/SP foi de R\$ 124.015,00, o valor da contrapartida da Conveniente constituída de bens e serviços foi de R\$ 1.300,00.

Convênios enviados a SR(08)GAB para abertura de TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO 2014/2015/2016/2017					
CONVENENTE	PROCESSO Nº	DATA	OBJETO	VALOR	EXECUÇÃO
ITESP	5419.006134/2013-04	31.12.2013	Implantação de assentamentos de trabalhadores rurais, através da indenização por benfeitorias úteis e necessárias, acrescida de indenização pela desistência/extinção de ação judicial em curso (no importe de até 1/3 do valor de mercado do imóvel, menos benfeitorias), de imóveis localizados em áreas públicas ou presumivelmente devolutas da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.	R\$ 55.306.525,29	Em execução
ITESP	54190.001989/2014-11	26.06.2014	Elaborar e publicar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID de 12 comunidades quilombolas do Estado de São Paulo e indenizar benfeitorias de terceiros identificadas no território quilombola Praia Grande em terras devolutas estaduais.	R\$ 950.000,00	Em execução
Prefeitura Municipal de Andradina	54190.006351/2013-96	03.07.2014	Implantar a Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar do município de Andradina/SP.	R\$ 486.338,76	Em execução

CONVÊNIO ENCERRADO EM 2016					
CONVENENTE	PROCESSO Nº	DATA	OBJETO	VALOR	EXECUÇÃO
MEB SP	54190.005547/2012-82	31.12.2013	Alfabetizar e escolaridade pessoas jovens, adultas e idosas, - Alfabetização e Escolarização Nível Fundamental Anos Iniciais (Código EJA 2) de assentamentos/acampamentos de municípios do Estado de São Paulo – SP, organizados em 24 turmas durante um período de 24 meses, conforme Manual do PRONERA.	R\$ 1.127.898,00	Encerrado

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da superintendência

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado / unidade	21.247	51.170	45.000,00	87.205,00	86.661,21	47.717,18	23.088,68	38.944,03
210U	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido / unidade	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizado / unidade	0	0	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado / unidade	3.000	0	966.373,69	423.401,36	423.401,36	422.712,52	422.712,52	688,84
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada / hectare	0	0	0,00	63.752,00	57.425,30	41.481,80	41.481,80	15.943,50
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida / hectare	3.135	7.827,7934	142086,12	142.086,12	136.643,45	125.123,45	125.123,45	11.520,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área Indenizada / hectare	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AÇÃO 2105 – PO 01 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

De acordo com as informações extraídas do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, no período de janeiro a dezembro de 2016, foram gerenciados 51.170 imóveis rurais localizados no estado de São Paulo. A meta prevista para o ano de 2016 foi estimada em 21.247 imóveis e o executado 51.170, resultando em 29.923 imóveis gerenciados acima da meta, com um percentual de 240,83% de meta realizada. Além disso, no período, foram implantadas seis Unidades Municipais de Cadastro (UMC), renovadas nove Unidades Municipais de Cadastro (UMC) e capacitados noventa servidores de Unidades Municipais de Cadastro (UMC).

AÇÃO 210U – PO 0A – Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

Neste tocante, cabe esclarecer que no ano de 2015 a execução financeira não andou em compasso com a execução física, sendo que grande parte dos valores devidos as contratadas TOPOSAT Engenharia LTDA (proc. [54190.003590](#)/2014-75 - contrato CRT-SP-00018-2014) e TAL Topografia da Amazônia LTDA – ME (proc. [54190.003591](#)/2014-10 - contrato CRT-SP-180001-2014), apesar de devidas de uma execução de 2015 foram pagas no decorrer de 2016.

Cabe também esclarecer que a execução em 2016 somam um total de 586 imóveis que encontram-se carregados no SIGEF, porém no monitoramento não são contabilizados pelo fato de não estarem fiscalizados.

AÇÃO 210U – PO 09 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Não foi possível concluir o edital para chamamento publico do projeto de estudo fundiário do Sudoeste Paulista, processo 54190.002475/2016-45, assim, foi devolvido a sede o orçamento R\$ 500.000,00, pretende-se no decorrer do ano de 2017 executar o projeto.

AÇÃO 210U – PO 0B – Gestão de Terras Públicas

AÇÃO 210Z – PO 03 – Regularização Fundiária - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas – LOA

Não foi estipulada nenhuma meta física para o exercício de 2016 em relação a esta Ação, mas foi estabelecida meta orçamentária de R\$ 150.000,00 relativa aos recursos necessários às indenizações de benfeitorias pertencentes a ocupantes não-quilombolas, inseridas no território da comunidade remanescente de quilombo de Ivaporunduva (Eldorado-SP), que já se encontra titulado e registrado em nome da comunidade. A vistoria e as avaliações das benfeitorias foram realizadas no ano de 2016. Como detalhado anteriormente, dada a complexidade do caso, o processo encontra-se em análise jurídica para definição de como será efetivado o pagamento das indenizações, se por via judicial ou administrativa. Dessa forma, a meta orçamentária não foi executada e a questão segue como uma demanda para o próximo exercício.

Ressalta-se que não foi estipulada nenhuma meta física para o exercício de 2016 no que se refere à indenização de benfeitorias e de terras, pois não há nenhum decreto desapropriação publicado que não tenha sido contemplado, em exercícios anteriores, com a ação judicial correspondente. A indenização das benfeitorias de posseiros não-quilombolas em Ivaporunduva não foi considerada como meta física por ser um caso excepcional cuja solução ainda se encontra em análise.

Não obstante, o Serviço Quilombola acompanhou as ações judiciais e tomou as providências solicitadas pela PFE/SP no que diz respeito à elaboração de subsídios para resposta a demandas judiciais relativas a atividades inseridas na AÇÃO 210Z – PO 03, que foram iniciadas em exercícios anteriores (conforme discrimina a coluna "Data do ajuizamento da ação"), mas ainda não concluídas (não houve titulação). A tabela abaixo detalha as ações judiciais em andamento:

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	NOME DO IMÓVEL	ÁREA (HA)	DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO	SITUAÇÃO	VALOR DA INDENIZAÇÃO
Salto de Pirapora	Cafundó	Gleba A - Sítio Cafundó	17,65	22/9/2011	Imissão provisória de posse (outubro de 2014)	R\$ 1.056.499,21
Salto de Pirapora	Cafundó	Gleba B - Fazenda Paraná	46,16	18/11/2011	Processo em andamento	R\$ 190.510,90
Salto de Pirapora	Cafundó	Gleba C - Sítio São Benedito	32,59	19/7/2011	Imissão provisória de posse (dezembro de 2012)	R\$ 144.219,16
Salto de Pirapora	Cafundó	Gleba D - Faz. Eureka	122,02	4/11/2011	Imissão provisória de posse (fevereiro de 2012)	R\$ 1.248.536,28
Itatiba	Brotas	Gleba A - Sítio Brotas	2,54	18/11/2011	Imissão provisória de posse (abril de 2012)	R\$ 391.765,22
Itatiba	Brotas	Gleba B - Nascente	7,26	18/11/2011	Processo em andamento	R\$ 61.103,86
Ubatuba	Caçandoca	Fazenda Maranduba	210	20/10/2006	Imissão provisória de posse (dezembro de 2006)	R\$ 4.175.670,31

Iguape	Morro Seco	São Miguel Arcanjo do Morro Seco	150	26/11/2013	Processo em andamento	R\$ 1.503.799,46
			588,22			R\$ 8.772.104,40

A planilha aponta que há oito ações judiciais de desapropriação por interesse social relativa a quatro territórios quilombolas no Estado de São Paulo. Para a titulação do território quilombola, é necessário que os imóveis tenham sido integralmente indenizados e desintrusados, o que depende, fundamentalmente, de sentença judicial definitiva e do trânsito em julgado das respectivas ações de desapropriação. Em que pese o depósito judicial dos valores, aguarda-se a sentença judicial para pagamento das indenizações aos legítimos detentores dos títulos e aos posseiros detentores de benfeitorias de boa-fé. Ainda não ocorreu a titulação parcial ou total de nenhum dos territórios quilombolas em questão.

AÇÃO 210Z - PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas - LOA

No exercício de 2016 foram empenhados R\$ 136.643,45, liquidados R\$ 125.123,45 e pagos R\$ 125.123,45 para cumprimento das metas desta Ação – o que representa, respectivamente, 96,17%, 88,06% e 88,06% das provisões recebidas (R\$ 142.086,12), permanecendo R\$ 11.520,00 como restos a pagar para o exercício seguinte.

Os gastos da ação dividiram-se entre: pagamento do TED com a UFSCar, diárias, locação de veículos, passagens, aquisição de combustível e pagamento de pedágio de rodovias.

A seguir são descritas e analisadas as atividades realizadas pelo Serviço Quilombola nesta Ação.

a) Meta: Publicação de 5 RTID; Realizado em 2016: 2 RTID publicados;

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID das comunidades remanescente de quilombo de Jaó e Pedro Cubas de Cima foram publicados no Diário Oficial da União e do Estado de São Paulo nos dias 08, 09 e 10 de novembro de 2016. A descrição e análise desta meta encontram-se acima, no item “Objetivo estratégico nº 5: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etno desenvolvimento”.

b) Meta: 3.135,4626 ha reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas; Realizado em 2016: 7.827,8042 ha reconhecidos;

Em 14 de janeiro de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria de Reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo de São Pedro, cujo território totaliza 4.692,3416 ha.

Em 19 de abril de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria de Reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo de Galvão, cujo território totaliza 2.177,1701 ha.

Em 03 de novembro de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria de Reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo de Porto Velho, cujo território totaliza 958,2925 ha.

A descrição e análise desta meta encontram-se acima, no item “Objetivo estratégico nº 5: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etno desenvolvimento”.

c) Meta: 0 título definitivo emitido; Realizado em 2016: 0;

Não houve sentença definitiva em nenhum dos oito processos judiciais de desapropriação por interesse social que envolvem imóveis localizados em territórios quilombolas no Estado de São Paulo (Cafundó – 04; Brotas – 02; Caçandoca – 01; Morro Seco – 01), de modo que não foi possível emitir títulos nos territórios quilombolas com ação de desapropriação em curso.

Como afirmado anteriormente, para a titulação definitiva do território quilombola, é necessário que os imóveis tenham sido integralmente indenizados e desintrusados, o que depende, fundamentalmente, de sentença judicial e do trânsito em julgado das respectivas ações de desapropriação, etapa judicial que escapa da governabilidade do Serviço Quilombola.

d) Meta: 1 vistoriados; Realizado em 2016: 1;

Como não há nenhum imóvel de quilombo com Decreto de Desapropriação publicado no Estado de São Paulo, a meta para esta ação foi contabilizada de modo diferenciado. Planejou-se avaliar as benfeitorias de terceiros do quilombo de Ivaporunduva (já titulado). Essa meta foi atingida e as benfeitorias foram avaliadas. Contudo, até o final de 2016, não se finalizou o processo para pagamento das mesmas, ficando a finalização da ação de indenização e desintrusão dos terceiros para o exercício de 2017.

A descrição e análise desta meta encontram-se acima, no item “Objetivo estratégico nº 5: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etno desenvolvimento”.

e) Meta: descentralização dos recursos financeiros da primeira parcela de Termo de Execução Descentralizada – TED entre INCRA e UFSCar para elaboração de dois relatórios antropológicos; Realizado: recursos financeiros liberados;

Em março de 2014, foi realizada a proposta de estabelecimento de parceria entre o INCRA e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar com o objetivo da elaboração do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural em duas comunidades remanescentes de quilombo localizadas no Estado de São Paulo – Espírito Santo da Fortaleza de Porcinas (Agudos/SP) e Nossa Senhora do Carmo (São Roque/SP). Foram várias reuniões para definição do projeto e construção da parceria que culminou no Termo de Execução Descentralizada nº 9, de 16 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União no dia 19/10/2015. O plano de trabalho foi assinado pelo Superintendente do INCRA em São Paulo e o Termo foi assinado pela presidente do INCRA.

A descentralização dos recursos orçamentários referente à primeira parcela, de R\$ 108.000,00, foi realizada em 8/12/2015. Entretanto, os recursos financeiros não foram providenciados em 2015, ficando essa pendência para o exercício seguinte. Desta forma, em 10/03/16 os recursos financeiros foram descentralizados para a UFSCar.

É prudente esclarecer que o empenho assim como a descentralização do recurso financeiro para o TED INCRA/UFSCar foi realizado diretamente do INCRA-Sede, ou seja, fora do plano orçamentário desta Superintendência.

A parceria prevê tarefas das equipes do INCRA e da UFSCar de forma que ao final do Termo serão produzidas todas as peças do RTID e não apenas o Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural. O Memorial Descritivo de Procedimentos e Atividades, que integra o TED, enumera todas as etapas e atividades a serem desenvolvidas para conclusão do RTID e aponta qual equipe é responsável por cada uma delas.

Devido a este lapso de tempo entre a publicação do TED no Diário Oficial da União (19/10/2015) e a liberação dos recursos financeiros, referente à primeira parcela (10/03/16), o INCRA deverá providenciar uma prorrogação de Ofício, pelo prazo de 143 (cento e quarenta e três) dias, passando o TED a vigorar até 10 de setembro de 2017, mantendo-se as demais cláusulas originárias. Para 2017, está previsto o pagamento da segunda parcela do TED, no valor de R\$ 36.047,50, para a finalização do objeto do TED.

f) Acompanhamento do Convênio INCRA / ITESP nº 806.259/2014

No exercício de 2014 foi assinado convênio nº 806.259/2014, entre INCRA e ITESP, que prevê a elaboração de doze Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTIDs no período de 18 meses (publicado no Diário Oficial da União de 2 de julho de 2014). O repasse de recursos do INCRA ao ITESP totalizará R\$ 930.000,00, tendo sido descentralizado no final do exercício de 2014 a primeira parcela de R\$ 360.000,00. O Convênio tem como objeto a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e desinstituição de terras ocupadas por remanescentes das seguintes comunidades remanescentes de quilombos localizadas no Estado de São Paulo:

- a) Jaó (Itapeva/SP)
- b) Praia Grande (Iporanga/SP)
- c) Pilões (Iporanga/SP)

- d) Pedro Cubas de Cima (Eldorado/SP)
- e) Pedro Cubas (Eldorado/SP)
- f) Sapatu (Eldorado/SP)
- g) Poça (Eldorado e Jacupiranga/SP)
- h) Ribeirão Grande/Terra Seca (Barra do Turvo/SP)
- i) Pedra Preta/Paraíso (Barra do Turvo/SP)
- j) Reginaldo (Barra do Turvo/SP)
- k) Cedro (Barra do Turvo/SP)
- l) Sertão de Itamambuca (Ubatuba/SP)

No exercício de 2016, foram realizadas reuniões regulares entre as equipes técnicas do INCRA e ITESP para acompanhamento das atividades. Também foram realizadas as reuniões que deram início aos trabalhos para os RTIDs nas seguintes comunidades quilombolas: Praia Grande (Iporanga/SP), em junho, Pilões (Iporanga/SP) e Sapatu (Eldorado/SP) em outubro, com participação das equipes técnicas do INCRA e ITESP.

Em Praia Grande foram realizadas as notificações iniciais para terceiros, grande parte do trabalho de topografia e cadastros dos ocupantes quilombolas e não quilombolas.

No início de outubro o ITESP entregou ao INCRA os RTIDs finalizados das comunidades de Jaó e Pedro Cubas em vias impressas e digital. Em 26 de outubro o CDR/INCRA/SR-08/SP aprovou ambos os relatórios, cujos editais foram publicados que em 08, 09 e 10 de novembro no DOU e DOE.

Como o ITESP não conseguiu terminar em 2016 os RTIDs de Poça e Pedro Cubas de Cima, iniciados em 2015, os RTIDs de Pilões e Sapatu não tiveram suas atividades desenvolvidas em 2016.

Foram realizados pelo ITESP e aprovados pelo INCRA, ajustes no plano de trabalho no SICONV. Além disso, no final de 2016 foi solicitado pelo ITESP o uso dos rendimentos da 1º parcela paga que se encontra aplicada no banco. Foi autorizado pelo INCRA e o valor transferido para a conta bancária do convênio.

g) Realização da Mesa de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola da SR(08);

Outra atividade desempenhada pelo Serviço Quilombola desta Superintendência diz respeito à promoção de edições da *Mesa de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola*, que foi instituída através da Portaria MDA/INCRA N° 397 de 24 de julho de 2014. A portaria determinou que fossem realizadas edições periódicas na Mesa tanto a nível nacional quanto regional.

No exercício de 2016, foi realizada apenas uma edição da Mesa, devido às turbulências políticas nacionais, com a troca de Presidente da República, que acarretou na troca do Presidente do INCRA e consequentemente do Superintendente da SR-08/SP. Nesta transição ficamos alguns meses com Superintendente provisório e a equipe achou por bem aguardar a posse de um Superintendente definitivo que pudesse se comprometer com as questões que seriam levantadas na Mesa.

A edição realizada foi a sétima da história da SR e ocorreu em 15 de dezembro de 2016. A Mesa abordou o andamento dos processos administrativos das quatro comunidades quilombolas localizadas no município de Ubatuba/SP, no Litoral Norte do Estado (Caçandoca, Sertão de Itamambuca, Fazenda Picinguaba e Cambury), com participação de dois representantes de cada comunidade e três da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. O deslocamento e despesas com alimentação destes participantes contou com apoio do INCRA/SP.

Participaram da edição da Mesa, além de representantes das comunidades envolvidas, a equipe do Serviço Quilombola da SR e o Superintendente Substituto, Sr. Edson Fernandes, os seguintes órgãos e entidades: DFDA/SEAD, Fundação ITESP, Fundação Florestal (FF), Ministério Público Federal (MPF), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Prefeitura Municipal de Ubatuba, Câmara Municipal de Ubatuba, Instituto Socioambiental/ISA, representantes de Universidades (UFSCar - Universidade de São Carlos, USP – Universidade de São Paulo), CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), e a ONG SOF. Outros órgãos e entidades foram convidados, mas não compareceram ao evento.

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado / unidade	0	0	2.623,17	188,22	1.791,95	643,00
210U	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido / unidade	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizado / unidade	0	0	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado / unidade	0	0	1.734.620,79	111.480,92	877.683,30	745.456,57
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada / hectare	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida / hectare	0	0	16.232,50	442,50	1.242,50	14.990,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área indenizada / hectare	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
...								

AÇÃO 2105 – PO 01 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

AÇÃO 210U – PO 0A – Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

Sobre o que cabe analisar sobre o RAP da ação 210U, maior parte dos valores pagos são referentes ao processo de reconhecimento de dívida 54190.002720/2013-71 dívida esta que teve origem no contrato CRT-SP-16-2010 que atendeu diversos setores da superintendência: demarcação de assentamentos, parcelamento, vistorias, certificação de imóveis abaixo de quatro módulos fiscais referentes a demandas judiciais e, por fim, áreas de regularização ambiental em assentamentos, durante a execução deste contrato houve troca de gestões de chefias não somente do setor, mas como da comissão de fiscalização, que conjuntamente com o contingenciamento de diárias, gerou atraso na fiscalização do contrato e gerando somente em 2013 o processo de reconhecimento de dívida e que vem sendo previsto no orçamento desde então.

No exercício de 2016 não foi possível quitar o executado pelas empresas Tal Topografia da Amazônia e Toposat Engenharia, sendo que acumulou para o exercício de 2017

AÇÃO 210U – PO 09 – Regularização Fundiária de Imóveis

AÇÃO 210U – PO 0B – Gestão de Terras Públicas

AÇÃO 210Z – PO 03 – Regularização Fundiária - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas– LOA

AÇÃO 210Z - PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas - LOA

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016		
Processos protocolados		
Estoque inicial de processos protocolados até 2016		4200
Processos protocolados em 2016	+	0
Processos analisados em 2016	-	352
Estoque final de processos protocolados em 2016	=	3848
Processos analisados		
Estoque inicial de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)		4200
Processos analisados em 2016	+	352
Processos arquivados em 2016 (a)	-	0
Processos certificados em 2016 (b)	-	352
Estoque final de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	3848
Processos concluídos		
Processos arquivados em 2016 (a)	+	0
Processos certificados em 2016 (b)	+	352
Total de processos concluídos (a + b)		352

Análise

No ano de 2016 o SIGEF mostrou novamente sua eficiência como programa de gestão de certificações, sendo que no estado de São Paulo, certificou-se um total de 15.050 parcelas, ante 352 imóveis certificados via SNCI, considerando assim um salto exponencial, sendo ainda que o CRC desta unidade operacionalizou um número grande de análises dentro do sistema (análise de sobreposição, cancelamento, retificação e registro), porém apesar aumento do efetivo de técnicos alocados neste comitê, a demanda de análise é exponencial de tal sorte que o comitê não vem conseguindo atender a todos os requerimentos em um tempo razoável de análise, o que se deve em parte a mudança do calendário de áreas a serem certificadas estabelecido pelo decreto 7.620 de 22 de novembro de 2011, onde tornou obrigatório a certificação de imóveis com área igual ou maior que 100 ha.

Quanto aos processos certificados via SNCI, com o funcionamento pleno do SIGEF e com a migração de vários processos para o mesmo o número de certificações caiu face o ano anterior, apesar do grande número de processos administrativos em trâmite nesta superintendência, que se deve ao fato do setor de cartografia e do comitê regional de certificação não possuírem apoio administrativo que permita o arquivamento dos processos que em muitos casos já até se encontram certificados pelo SIGEF.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Por tratar-se de ações cujo desenvolvimento das atividades são complexas, para melhor entendimento optou-se pela elaboração de relatórios com abordagem geral sobre o assunto, portanto os relatos acima para a Ação 210Z em seus dois planos orçamentários PO 03 – Regularização Fundiária - Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas – LOA e PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas - LOA, já apresentam suas análises.

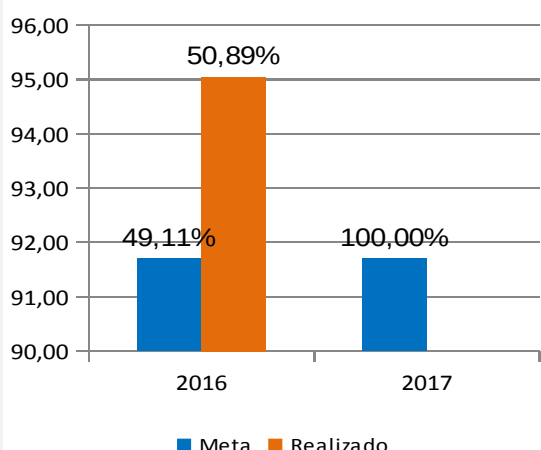
iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

O principal controle para assegurar a fidedignidade das informações sobre a nossa atuação, insertas nos diversos sistemas que usamos, é feito por meio da cadeia hierárquica que homologa/aprova o lançamento/alteração de tais informações nos sistemas, ou seja, todos os dados lançados ou alterados nos diversos sistemas que usamos (SIATER, SICONV, SIAFI, SIASG, SIPRA, SISAC, ComprasNET, SCDP, CGUPAD, SISPAD, SIAPE, SIR, SICAF), em algum momento dependem de aprovação de autoridade competente e tais informações são amparadas, na sua grande maioria, em processos físicos ou documentos arquivados e que foram devidamente homologados seus lançamentos pela autoridade competente.

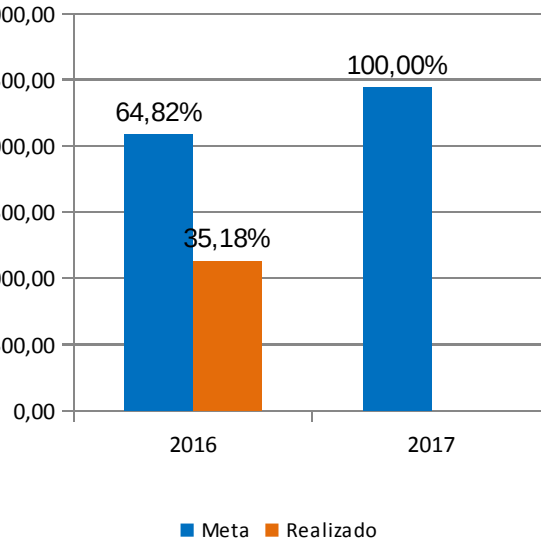
v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Índice de cadastramento de imóveis rurais

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 Bar chart showing the index of rural property registration. The Y-axis represents the percentage index from 90,00 to 96,00. The X-axis shows the years 2016 and 2017. For 2016, the goal (Meta) is 49,11% (blue bar) and the actual (Realizado) is 50,89% (orange bar). For 2017, the goal (Meta) is 100,00% (blue bar). <table><tr><th>Ano</th><th>Meta (%)</th><th>Realizado (%)</th></tr><tr><td>2016</td><td>49,11%</td><td>50,89%</td></tr><tr><td>2017</td><td>100,00%</td><td>-</td></tr></table>	Ano	Meta (%)	Realizado (%)	2016	49,11%	50,89%	2017	100,00%	-	Observa-se um aumento gradativo deste índice de cadastramento de imóveis rurais que em 2016 superou a meta estabelecida para período atingindo o patamar de 95,04% da área cadastrada em relação à área abrangida pela Jurisdição do Incra. Para manutenção e aumento deste índice é necessário a ampliação da rede de cadastro rural e o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR com novas funcionalidades e integrações com demais sistemas de informações e gerenciamento de imóveis rurais objetivando a plena implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.
Ano	Meta (%)	Realizado (%)								
2016	49,11%	50,89%								
2017	100,00%	-								

Índice de análise de processos de certificação de imóveis

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 Bar chart showing the index of analysis of certification processes. The Y-axis represents the percentage index from 0,00 to 1.000,00. The X-axis shows the years 2016 and 2017. For 2016, the goal (Meta) is 64,82% (blue bar) and the actual (Realizado) is 35,18% (orange bar). For 2017, the goal (Meta) is 100,00% (blue bar). <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta (%)</th><th>Realizado (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>64,82%</td><td>35,18%</td></tr><tr><td>2017</td><td>100,00%</td><td>-</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta (%)	Realizado (%)	2016	64,82%	35,18%	2017	100,00%	-	No ano de 2015 o SIGEF mostrou sua eficiência como programa de gestão de certificações, sendo que no estado de São Paulo, certificou-se um total de 15.050 parcelas, ante 352 imóveis certificados via SNCI, considerando assim um salto exponencial A meta de 2017 deverá ser alcançada através do aumento do número de funcionários lotados no Comitê Regional de Certificação de São Paulo e com a estabilização do sistema e na melhora do atendimento ao usuário.
Ano	Meta (%)	Realizado (%)								
2016	64,82%	35,18%								
2017	100,00%	-								

Índice de regularização fundiária	
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
0,00% 0,00% 0,00% 2016 2017 ■ Meta ■ Realizado	

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.

Não se aplica nesta UJ

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal	
Estoque inicial de processos protocolados em 2016	
Processos protocolados em 2016	+
Analísados em 2016	-
Estoque final	=
Planejados para atuação em 2016	

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Este item deve ser preenchido pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Não se aplica nesta UJ

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais incluídos no Programa Terra Legal	
Processos planejados para 2016	
Processos analisados em 2016	
Planejados para atuação em 2016	

Análise

Tendo em vista que não há subordinação das Superintendências Regionais do Terra Legal dos Estados às Superintendências Regionais do Incra, todas as informações referentes ao Terra Legal serão disponibilizadas em capítulo especial do Relatório da Sede.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/ unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	4.731	0	150.000,00	97.489,87	91.093,66	86.015,72	86.015,72	5.077,94
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	63	64	50.000,00	53.590,00	3.996,29	3.996,29	3.996,29	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monit orado / unidade	2	11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	4	98	50.000,00	128.912,00	122.342,98	43.348,90	42.997,00	78.994,08
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	0	246,5900	0,00	845.729,28	0,00	0,00	0,00	0,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ação 211A – PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

No estado de São Paulo, as principais formas de arrecadação de terras se dão pela desapropriação por interesse social (Lei 8.629/93), decorrente do descumprimento da função social da propriedade, e pela aquisição disciplinada pelo decreto 433/92. Em 2016, a Superintendência Regional do INCRA/SP, através de sua Divisão de Obtenção de Terras, vistoriou 4 (quatro) imóveis, num total de 3.076,5951 ha (três mil e setenta e seis hectares, cinquenta e nove ares e cinquenta e um centiares), traduzindo em 65,03 % da meta estipulada para o ano. No entanto, não foram entregues os laudos relativos aos trabalhos realizados em campo a tempo de se contabilizar na meta de 2016. Cumpre-nos pontuar que os trabalhos foram iniciados em meados de 2016, quando a casa voltou a funcionar com um mínimo de condição, após a devastadora ocupação e depredação do prédio, além da subtração de equipamentos e a quebra de muitos. A ocupação se deu no mês de fevereiro. Houve a subtração de equipamentos como GPS, equipamentos de Proteção Individual dos técnicos de campo, computadores, periféricos dos computadores, como memórias, HD interno, HD externo com dados de vários trabalhos realizados e em realização, processadores, etc. Houve um hiato nas ações de Obtenção de Terras entre os meses de fevereiro e maio de 2016, quando então foram repostos os equipamentos de proteção individual e alguns GPS. Também foram gastos recursos financeiros para a participação da Superintendência com ações junto aos movimentos sociais em diversas localidades do Estado e na Sede em Brasília, discutindo pautas reivindicatórias, esclarecendo sobre as ações em curso, etc. Isso gerou a utilização de recursos orçamentários e financeiros consideráveis. Algumas ações de vistoria foram feitas em 2016, mas só finalizadas em 2017, como é o caso da avaliação da fazenda Margarida e Sempre Verde, de Suzanópolis/SP, por conta da dificuldade na elaboração dos mapas temáticos, por falta de computador para o técnico agrimensor, e da fazenda Caximba, de Apiaí/SP, que está sob análise jurídica da questão de sua proximidade a um parque estadual. Da mesma forma, a fazenda Beira Rio, de Altinópolis/SP, é uma das áreas indicadas para desapropriação por conta de processo de produção de psicotrópicos, através da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas - SENAD, mas não houve avanço dado que o imóvel está ocupado por terceiros que se dizem proprietários.

VISTORIAS - 2016

ORDEM	Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	DATA/MÊS DE PUBLICAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO	NÚMERO DA ORDEM DE SERVIÇO	COORDENADOR DA EQUIPE DE CAMPO	TIPO DE VISTORIA*	ÁREA REGISTRADA (ha)	DATA/MÊS DO RETORNO DE CAMPO - 1ª FASE	ÁREA MEDIDA (ha)
1	54190.000.678/2015-00	FAZENDA FLORESTA	MARABÁ PAULISTA	-	não foi expedida O.S.	REGINALDO RUIZ	3	1.743,0609	Jan/2016	1.694,0000
2	54190.000.593/2016-19	FAZENDA ESTANCIA TUPI	PRESIDENTE EPITÁCIO	-	não foi expedida O.S.	REGINALDO RUIZ	3	2.024,2700	Jan/2016	1.675,6833
3	54190.001.952/2015-74	FAZENDA BEIRA RIO	ALTINÓPOLIS	07/06/2016	36/2016	CARLOS AUGUSTO BARONI DE CARVALHO	2	291,3550	Jun/2016	232,0000
4	54190.001.369/2016-44	FAZ MARGARIDA e SEMPRE VERDE	SUZANÓPOLIS	04/07/2016	38/2016	ANTÔNIO JALES RODRIGUES	2	534,9790	Jul/2016	539,8911
5	54190.001.094/2015-68	FAZENDA ESTRELA	ACANGA	07/07/2016	37/2016	REGINALDO RUIZ	2	545,0587	Jul/2016	533,7319
6	54190.002.754/2015-28	FAZENDA CAXIMBA - CAXIMBA	APIAÍ	07/07/2016	41/2016	SAULO OLIVEIRA DA SILVA	1	1.705,2024	Ago/2016	1.705,2024

Ação 211A – PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária

No ano de 2016 foram assentadas 64 famílias, conforme o Relatório Gerencial do SIPRA 0229 – Número Total de Famílias Assentadas de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016. Desse total, 14 (quatorze) famílias foram assentadas em vagas que surgiram em virtude da substituição dos beneficiários anteriormente assentados ou de vagas onde a seleção já havia ocorrido anteriormente e existia lista de excedentes em vigor. O restante, 50 (cinquenta) outros beneficiários, foram assentados em Projetos de Assentamentos do Estado, através do Instituto de Terras de São Paulo – ITESP, ou seja, foram reconhecidas pelo INCRA e inseridas no SIPRA pelo INCRA. As ações para atendimento dessa ação foram realizadas pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Ação 211A – PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Reforma Agrária

No decorrer do ano de 2016 realizamos e acompanhamos iniciativas na ação de gestão ambiental que não demandaram recursos orçamentários para esta Autarquia, totalizando 22 assentamentos, sendo 10 assentamentos com acordo de cooperação ou ordem de serviço emitidos (No PA Loiva Lurdes foram emitidas 02 ordens de serviço que vigoraram no ano de 2016) e o restante (12 assentamentos), com convênio celebrado diretamente entre a entidade representativa do assentamento (associação/cooperativa) ou organização não-governamental e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, sendo eles:

1. PA 23 de Maio e Carlos Lamarca em Itapetininga/SP, PA Ipanema em Iperó/SP, PA Comunidade Agrária Nova São Carlos e PDS Santa Helena em São Carlos/SP - Acordo de Cooperação publicado no Diário Oficial da União em 19/03/2015 e vigência até 26/02/2017 com a OSCIP Iniciativa Verde, com a utilização de recursos do projeto “Plantando Águas”, desenvolvida por essa entidade com patrocínio da Petrobras Ambiental. São objetivos específicos do projeto a recuperação de 14,50 ha de áreas de preservação permanente, a promoção do saneamento ambiental rural (implantação de módulos demonstrativos de sistemas de saneamento) e o desenvolvimento do monitoramento participativo e a educação ambiental (capacitações, intercâmbio de experiências e monitoramento da água);
2. PA Zumbi dos Palmares em Iaras/SP - Ordem de serviço emitida em 15/06/2015 com prazo de até 15/06/2016 visando solução para ausência de coleta de resíduos sólidos no assentamento em cumprimento à determinação do Ministério Público Federal. Foram realizadas reuniões com a Prefeitura Municipal de Iaras e com a Agência Ambiental de Avaré juntamente com a empresa de assistência técnica contratada pelo INCRA que atua no assentamento visando entendimento quanto às responsabilidades e obrigações em relação à impossibilidade de a Prefeitura realizar a coleta no assentamento e quanto ao esgotamento do aterro sanitário do município;

3. PA Loiva Lurdes em Agudos/SP – Ordens de serviço emitidas em 15/07/2015 com prazo até 15/07/2016 e outra em 04/11/2016 com prazo até 04/11/2017. A primeira visando atendimento à Procuradoria da República no Município de Bauru, como: a) participar de reuniões naquela Procuradoria ou em outros órgãos; b) atender eventuais solicitações de informações técnicas complementares; c) realizar vistorias ambientais no Projeto de Assentamento Loiva Lourdes com elaboração de relatórios técnicos. A segunda Ordem de Serviço com o objetivo de realizar as providências administrativas e os trabalhos técnicos de acompanhamento e fiscalização da implantação e execução do Projeto de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente elaborado pela empresa Lwarcel Celulose e Papel Ltda no Projeto de Assentamento Loiva Lurdes (na área sobreposta à Fazenda Noiva da Colina) em cumprimento ao acordo judicial firmado entre o INCRA e a empresa Lwarcel Celulose e Papel Ltda, formalizado em agosto de 2008 e homologado em 28/04/2009, dentre as quais o cumprimento do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 49/2007 firmado entre o antigo proprietário da Fazenda Noiva da Colina, Sr. Fozí José Jorge e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo;
4. PA Tremembé em Tremembé/SP - Ordem de serviço emitida em 03/10/2016 com prazo de até 03/04/2017 com o objetivo de realizar vistoria *in loco* visando a conferência das áreas de preservação permanente e a averiguação da denúncia no lote de nº 96 do assentamento;
5. PDS da Barra em Ribeirão Preto/SP - Ordem de serviço emitida em 29/07/2016 com prazo de até 29/07/2017 com o objetivo de realizar as providências administrativas e os trabalhos técnicos necessários para elaborar Termo de Referência visando a contratação e/ou convênio com instituições privadas e/ou públicas em atendimento aos compromissos relacionados à proteção e preservação do meio ambiente assumidos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nas áreas de preservação permanente e de reserva legal do Assentamento PDS da Barra;
6. PA Perdizes em Colômbia/SP - Ordem de serviço emitida em 30/08/2016 com prazo de até 30/08/2017 com o objetivo de realizar as providências administrativas e os trabalhos técnicos necessários à elaboração de Termo de Referência visando a contratação e/ou convênio com instituições privadas e/ou públicas em atendimento aos compromissos relacionados à proteção e preservação do meio ambiente assumidos no TAC nas áreas de preservação permanente e de reserva legal do Projeto de Assentamento Perdizes;
7. PA Margarida Alves e Antônio Conselheiro II em Mirante do Paranapanema/SP, PA Nova Esperança em Euclides da Cunha/SP, PA Água Sumida em Teodoro Sampaio/SP, PDS da Barra em Ribeirão Preto/SP, PDS Sepé Tiaraju em Serrana/SP, PA Chico Mendes em Araçatuba, PA Antônio Conselheiro em Guarantã/SP, PA Engenho em Caiuá/SP, PA Ipanema em Iperó/SP, PDS Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira em Eldorado/SP, PAs Dandara e Fazenda Reunidas em Promissão/SP, PA Simon Bolívar em Getulina/SP e PAs 23 de Maio e Carlos Lamarca em Itapetininga/SP – Foram selecionadas 16 organizações representativas dos assentamentos e organizações não governamentais, todas com envolvimento de parceiros, pelo primeiro e segundo edital do PDRS – Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II, subprojetos ambientais, sendo celebrados convênio entre a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e cada uma das organizações selecionadas, prevendo o apoio técnico e financeiro a agricultores assentados visando à implantação e/ou enriquecimento de Sistemas Agroflorestais e capacitações nesses sistemas. Informamos que as empresas de

assistência técnica contratadas pelo INCRA têm acompanhado, orientado e fornecido apoio técnico, operacional e administrativo para os projetos selecionados.

As metas para essa ação foram superadas sem a necessidade de execução orçamentária e financeira devido às parcerias realizadas sem envolvimento de repasses por parte do INCRA. Para as despesas com deslocamento visando o atendimento das ordens de serviço e acompanhamento das parcerias, foram utilizados recursos da ação de regularização ambiental, considerando que as atividades desenvolvidas são exigências para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento.

Ação 211A – PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária.

No exercício de 2016 a Superintendência do INCRA em São Paulo superou ambas as metas estabelecidas para as ações de Regularização Ambiental, as quais abrangiam os protocolos de licenças ambientais e inscrição dos assentamentos no SiCAR – Sistema de Cadastro Ambiental Rural.

Quanto ao protocolo de licenças, a meta era de 09 (nove) protocolos de licenças e o número atingindo foi de 19, totalizando 211,11% da meta. Já para o índice regularização ambiental requerida através do CAR, a meta, em porcentagem, era de 15,51 e atingiu 91,85, por meio da inscrição de 98 assentamentos no SiCAR. Com isso, o total acumulado de assentamentos inscritos no sistema atingiu 124.

Para a realização dos serviços necessários para o cumprimento dessas metas e demais atribuições do Serviço de Meio Ambiente da SR-08 a execução orçamentária, cuja meta inicial era de R\$ 50.000,00, foi ampliada, por solicitação da superintendência, para um total de R\$ 122.342,98 empenhados. Desse total, R\$ 43.348,90 foram liquidados no exercício para as seguintes despesas:

- Diárias: destinadas ao deslocamento de servidores até os assentamentos e agências ambientais da CETESB, prefeituras, cartórios, universidades, Ministério Público, etc. As viagens tiveram como objetivo a elaboração de laudos, relatórios e demais peças técnicas destinadas ao licenciamento ambiental, além da obtenção de documentos e participação em reuniões, especialmente com técnicos do órgão ambiental estadual. Os recursos destinados a diárias totalizaram R\$ 10.115,41;
- Transporte: justificativa conforme o relatado no item anterior, “diárias”. Inclui passagens, locação e abastecimento de veículos e pagamento de pedágios. Os recursos destinados ao pagamento dessas despesas totalizaram R\$ 15.481,73;
- Serviços: recursos destinados ao pagamento de taxas, publicações, ARTs (anotações de responsabilidade técnica), fotocópias, confecção de carimbos e outros serviços de apoio. Os recursos destinados à prestação de serviços totalizaram R\$ 13.094,37;
- Materiais de Consumo: compra de ferramentas destinadas aos serviços de campo, visando a elaboração de laudos de vegetação e relatórios de diagnóstico e monitoramento ambiental dos assentamentos. Foram comprados, por exemplo, facões, trena, podão. Foram adquiridos, ainda, HDs externos e pen drives. Os recursos destinados a materiais de consumo totalizaram R\$ 4.657,39.

Outros R\$ 78.912,00 consistem em Restos a Pagar, destinados ao pagamento de workstations e monitores para as Divisões de Obtenção e Fundiária, visando repor máquinas danificadas na ocupação da superintendência pelo movimento social “FNL – Frente Nacional de Lutas”, ocorrida em fevereiro de 2016. As novas máquinas foram destinadas aos setores que realizam trabalhos em conjunto ou auxiliando a equipe de Meio Ambiente. Completando o total dos Restos a Pagar (R\$ 78.994,08), há um valor de R\$ 82,08, que foi destinado ao pagamento de serviços prestados por pessoa jurídica.

211B PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

O valor financeiro executado em 2016 de R\$ 845.727,78 (oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e oito centavos) diz respeito a indenização das benfeitorias e sobras de TDAs da fazenda Cachoeira, em Jacareí/SP. Registro, porém, que esse imóvel foi ajuizado em dezembro de 2015. Assim, o valor correspondente a esta indenização estava em restos a pagar em razão da não descentralização dos recursos financeiros a época

211B PO 02 - Pagamento de Indenização Complementares nos Processos de Desapropriações de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Não houve aporte de recursos e nem execução orçamentário nessa ação.

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/ unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	0	0	43.366,00	517,99	42.848,75	0,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	0	0	78.977,19	0,00	78.977,19	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado / unidade	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	0	0	983,48	0,00	983,48	0,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	0	0	19.378.806,64	30,00	845.727,78	18.533.048,86
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00

Ação 211A – PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Reforma Agrária

Não constam restos a pagar inscritos, cancelados, pagos e a pagar para a ação de Gestão Ambiental em Projetos de Reforma Agrária.

Ação 211A – PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária.

Os restos a pagar inscritos e pagos, no valor de R\$ 983,48 se referem a passagens/despesas com locomoção (R\$ 533,48) e a prestação de serviços realizados por pessoa jurídica (R\$ 450,00).

211B – PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

O valor financeiro executado em 2016 de R\$ 845.727,78 (oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e oito centavos) diz respeito a indenização das benfeitorias e sobras de TODA(s) da fazenda Cachoeira, em Jacareí/SP. Registro, porém, que esse imóvel foi ajuizado em dezembro de 2015. Assim, o valor correspondente a esta indenização estava em restos a pagar em razão da não descentralização dos recursos financeiros a época.

Análise

Por tratar-se de ações cujo desenvolvimento das atividades são complexas, para melhor entendimento optou-se pela elaboração de relatórios com abordagem geral sobre os assuntos, portanto os relatos acima, para as Ações e seus Planos Orçamentários, já apresentam suas análises.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Visão individual da Superintendência Regional do INCRA em São Paulo – SR(08)**1 - Descrição Geral**

Estado altamente estruturado em seus setores produtivos, economia dinâmica e imóveis valorizados.

2 – Adversidades

Em economia dinâmica e estruturado a existência de imóveis improdutivos é pequena marginal em relação a grande maioria dos imóveis. Alta concentração habitacional no estado estimula alta demanda por programas públicos de inclusão social/fundiária. Poder judiciário conservador em relação a intangibilidade do direito de propriedade fazendo com que os processos de desapropriação se arraste lentamente por décadas antes de sua solução.

Licenciamento ambiental, extremamente difícil em função de exigências complexas formuladas a partir de conceitos de que a população alvo da Reforma Agrária é predadora do meio ambiente e sem capacidade de sua conservação.

Legislação ambiental estadual mais restritiva e impositiva que a legislação federal. Superintendência com estrutura deficitária após ocupações. Falta de equipamentos.

3 – Riscos

Investimento elevado na busca por imóveis improdutivos e dúvidas na sua obtenção judicial em vista do arraigado conceito de que o direito de propriedade tem mais valia que outros direitos constitucionalmente previstos, o que não permite segurança na consecução do objetivo.

4 - Estratégias de enfrentamento

Aprimoramento dos mecanismos de eleição dos imóveis a serem fiscalizados, reuniões com o Judiciário, mecanismos alternativos de obtenção de imóveis, como adjudicação; compra, arrecadação de terras públicas devolutas judiciais, acordos judiciais na desapropriação.

5 – Mudanças ocorridas

Aumento da eficiência fiscalizatória em encontrar imóveis passíveis de desapropriação, imissão na posse dos imóveis em menor tempo e a manutenção de elevado número de famílias assentadas por ano.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Faz-se mister esclarecer que os valores referentes aos descontos de passivos ambientais existentes nos imóveis desapropriados não são repassados para o INCRA. Trata-se, na verdade, de um desconto pelo fato de o proprietário não ter cumprido a legislação ambiental. É como se o INCRA, grosso modo, tivesse um desconto no valor do imóvel indenizado. E o valor descontado é um ônus que o desapropriado tem. Não há a entrada de recursos nos cofres públicos. Não são contabilizados esses valores a título de promover as ações de recuperação das áreas desmatadas, já que eles, efetivamente, não adentram nos cofres públicos. Deveria, a meu ver, ser criada uma rubrica para que os recursos economizados na aquisição de imóveis que tiveram desconto do passivo ambiental fossem contabilizados. Daí sim poderiam ser repassados às Superintendências para a finalidade de recuperação das áreas desmatadas.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

A Superintendência do INCRA em São Paulo foi uma das três superintendências que tinham como meta do Plano Orçamentário “Regularização Ambiental de Assentamentos” o protocolo de solicitações de Licenças Ambientais junto ao órgão ambiental estadual, sendo que as demais superintendências estabeleceram metas de regularização ambiental dos seus assentamentos apenas por meio da inscrição destes no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SiCAR. Esse fato se deve à não aplicação da Resolução CONAMA nº 458/2013 pela CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, que entende permanecerem válidas as determinações da Resolução CONAMA nº

237/97, ou seja, a necessidade de se obter as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO).

Conforme foi esclarecido no relatório anterior, dentre os documentos exigidos pela CETESB para dar início ao licenciamento dos assentamentos, cabe ressaltar a maior dificuldade de se obter: a) as certidões municipais (uso do solo, doenças endêmicas, coleta de lixo e declaração da não utilização da área para depósito de substâncias de risco à saúde), pois, para que o INCRA obtenha esses documentos, muitas vezes encontra-se obstáculos junto às prefeituras municipais, principalmente a excessiva demora de algumas prefeituras, sendo necessárias várias reiterações de pedidos e até mandatos de segurança; b) publicações em periódicos locais e Diário Oficial do Estado quanto às solicitações e emissões das licenças: nesse caso a Superintendência do INCRA/SP necessita dispor de recursos orçamentários e não estar em situação inadimplente junto à EBC – Empresa Brasileira de Comunicação, que é o único canal oficial para a solicitação dessas publicações; c) manifestação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) sobre a necessidade de se apresentar estudo arqueológico das áreas a serem licenciadas, conforme Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015.

Considerando tais exigências do órgão ambiental, a meta estabelecida para o exercício 2016 foi de 9 licenças protocoladas. O INCRA/SP superou essa meta, protocolando 19 solicitações de licenças, sendo 17 dessas referentes ao licenciamento geral, a saber: a) renovação da LP do PA Santa Cristina (Murutinga do Sul); b) solicitação de LP para os assentamentos PDS Boa Esperança (João Ramalho), PA Nova Esperança (São José dos Campos), PDS Manoel Neto (Taubaté), PA Salvador (Brejo Alegre), PA 02 de Janeiro (Descalvado), PA 21 de Dezembro (Descalvado), PDS Santa Helena (São Carlos), PA Nova São Carlos (São Carlos), PA Vitória (Pirajuí), PA São Francisco II (Presidente Alves), PA Palmares (Presidente Alves), PA Santa Adelaide (Avaré), PA Macuco (Taubaté) e PDS Sepé Tiarajú (Serrana); c) solicitação de LO para o PDS São Luiz (Cajamar) e d) solicitação de LI para o PA Augusto Boal (José Bonifácio). A superação da meta, com execução de 211,11% desta, foi possível, em parte, devido ao fato de alguns municípios, inclusive municípios com mais de um assentamento, terem respondido às nossas solicitações de certidões, algumas reiteradas, conforme mencionado anteriormente. Outro fator favorável foi a possibilidade de protocolarmos as solicitações de Licenças Prévias enquanto aguardávamos a manifestação do IPHAN, mediante comprovação de que o INCRA havia solicitado tal manifestação.

Além das solicitações de Licenças Ambientais (Prévia, de Instalação e de Operação), foram ainda protocoladas 02 (duas) solicitações de corte de árvores isoladas para execução de obras nos assentamentos Araçá e Hugo Herédia, localizados em Araçatuba. Dessa forma, atinge-se um total de 19 licenças protocoladas.

Quanto às Licenças em vigor, a situação dos assentamentos federais no Estado de São Paulo ao final do exercício de 2016 é de 39 assentamentos com Licença Prévia em vigor e 1 assentamento com Licença de Operação. Outros 22 assentamentos estão com o processo de solicitação de LP – Licença Prévia (ou renovação da LP) em análise junto à CETESB.

Dentre as fazendas em processo de desapropriação, ao final do exercício de 2016, a SR 08 apresentava 8 destas com Licença Prévia em vigor.

Analisando agora a meta de Cadastro Ambiental Rural – CAR do perímetro dos assentamentos requeridos junto ao órgão ambiental, o INCRA/SP atingiu 98 cadastros efetuados, totalizando 91,85% dos assentamentos do Estado, quando a meta estabelecida para o exercício 2016 era de 15,51%. Temos a esclarecer que esse número se deve aos serviços prestados pelo LEMAF – Laboratório de Estudos e Projetos em Manejo Florestal, da Universidade de Lavras, por meio do Termo de Execução Descentralizada firmado com o INCRA em nível nacional. Os problemas

encontrados no início do cadastramento, no exercício anterior, foram solucionados e os assentamentos cadastrados totalizaram, ao final do exercício de 2016, 124 propriedades, entre aquelas cadastradas pelo LEMAF e as cadastradas pelos servidores do Serviço de Meio Ambiente desta superintendência, considerando também os exercícios anteriores. Todos esses cadastros aguardam a análise do órgão ambiental para a adesão ao PRA – Programa de Regularização Ambiental.

Embora o INCRA-SP até o momento não tenha nenhum dos seus assentamentos incluídos no PRA, considerando que ainda não foi feita a análise dos cadastros pelo órgão ambiental, as licenças obtidas e os termos de compromisso firmados com a CETESB ou com o antigo DEPRN (órgão ambiental que antecedeu a CETESB no licenciamento ambiental dos assentamentos) já estabeleceram diversas medidas de recuperação ambiental para os assentamentos do Estado, seja como condicionantes, seja como medidas de compensação por obras autorizadas nos assentamentos. Para o cumprimento dessas medidas, diante das restrições orçamentárias atuais, a Superintendência de São Paulo tem contado com os serviços de ATER e com as parcerias realizadas sem necessidade de repasses de recursos financeiros, conforme explicitado na Ação Ambiental. A mesma situação ocorre com as ações de educação ambiental.

A despeito da carência de recursos humanos capacitados em quantitativo minimamente suficiente para atender as demandas do setor responsável por esta ação, é importante ressaltar, ainda, diversos trabalhos técnicos desenvolvidos pelos servidores lotados no setor, o que possibilitou atingir e superar as metas estabelecidas, como por exemplo a elaboração do documento denominado Ficha de Caracterização Ambiental – FCA exigido pelo IPHAN, em atendimento à IN IPHAN nº 01/2015, para que esse órgão possa se manifestar sobre a necessidade de apresentação de estudo arqueológico no processo de licenciamento ambiental, conforme exigência da CETESB. Foram elaboradas, no atual exercício, as FCAs para os seguintes assentamentos/fazendas: PA Dandara, Fazenda Bela Vista, PA Guarany, PA Macuco, PDS Sepé Tiarajú e Fazenda Itaoca.

Ressalta-se, ainda, a importância do auxílio da Procuradoria Federal Especializada do INCRA/SP, a qual impetrou 6 mandados de segurança contra prefeituras que não emitiam as certidões municipais necessárias exigidas pela CETESB para o protocolo de solicitações de Licenças Prévias.

Quanto às dificuldades encontradas, destaca-se o bloqueio provocado pelo TCU – Tribunal de Contas da União referente às ações do INCRA destinadas a assistência técnica, entre outras ações, o que impediu a elaboração de documentos necessários para o licenciamento e regularização ambiental. Além disso, as dificuldades orçamentárias, que resultaram no atraso de pagamento às empresas prestadoras de assistência técnica, com consequente atraso no desenvolvimento dos trabalhos e as perdas de equipamentos de informática decorrentes das depredações e furtos ocorridos por ocasião da invasão desta superintendência pelo movimento social denominado FNL também prejudicaram significativamente o trabalho desenvolvido. Quanto à perda dos equipamentos, cabe esclarecer, inclusive, que muitos arquivos digitais de mapas e imagens foram perdidos e tiveram que ser refeitos.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica a esta UJ.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2016 e anteriores para fins de registro

Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6

9.2.6. adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:

9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;

9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Cadastro no SPIUNET dos imóveis obtidos pelo INCRA	14	31/12/2018	Divisão de Obtenção de Terras, Divisão de Administração/Serviço de Contabilidade e Divisão Fundiária
...			

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992

Conta contábil	Descrição	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2016

Algumas considerações: o atendimento do acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6 tem sido feito por servidores que não são da área contábil, o que acresceu certa dificuldade na definição dos trabalhos e procedimentos. Os trabalhos efetivamente começaram somente após a realização do curso de capacitação, realizado em Brasília entre os dias 14 e 16 de abril de 2016. Importante destacar algumas dificuldades encontradas pelos servidores, tais quais: ausência de informações em alguns processos, processos que não são encontrados, poucos funcionários para realização das tarefas, existência de várias demandas além do atendimento do acórdão citado entre outros. Desta forma, optou-se pela confecção dos kits anteriormente ao lançamento das informações no sistema. Entendemos que assim os trabalhos serão realizados de forma mais ágil e confiável.

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

Para o exercício de 2017 se prevê concluir as seleções de famílias dos imóveis em que fomos imitidos na posse em 2015-2016 e naqueles em que já estávamos na posse. Em todos os casos, no

entanto, por conta do bloqueio do SIPRA pelo TCU/CGU após a publicação do listão da Ação Civil Pública pedida pelo Ministério Público Federal não pudemos fazê-las. São elas: Fazenda Oba, de Mirandópolis/SP; Fazenda São Rafael/Santana, de Lavínia/SP; Fazenda São José e Santo Antônio, de Altair e Guaraci/SP; Fazenda Esperança, em Iepê/SP; e, por fim, a Fazenda Maracy II, em Agudos/SP. É evidente que com a diminuta equipe disponível à seleção de famílias não conseguiremos sequer concluir as seleções em andamento, sendo que a Superintendência deverá realizar uma força tarefa para tentarmos eliminar o passivo de seleção existente, bem como executar o processo seletivo dos novos assentamentos criados.

Ressalta-se também que o estado de São Paulo possui atualmente 13.966 famílias inscritas. Considerando que os assentamentos recentemente criados obtiveram um custo por família de no mínimo R\$ 100.000,00, calculamos de investimento mínimo de mais de um bilhão e trezentos milhões de reais para que se atenda a todo esse número de inscritos. Pela atual conjuntura orçamentário-financeira e de recursos humanos que se encontra o INCRA questiona-se se é mensurável estabelecer uma estratégia para atendimento de todo público-alvo da Reforma Agrária.

Quanto aos resultados obtidos em 2016, o impedimento de novas seleções de beneficiários impossibilitou alcançar os objetivos relativos a criação de projetos de assentamentos e de seleção de famílias, haja vista que todos os esforços da Superintendência foram direcionados a tal ACP.

Em 2017, espera-se concluir todos os trabalhos necessários a conclusão da sentença da Ação Civil Pública, bem como dar encaminhamentos a todas seleções ainda não concluídas, iniciadas a partir do ano de 2013 e das novas áreas incorporadas a Reforma Agrária sendo que nenhuma teve a seleção e famílias. Ressalta-se que a realização deste trabalho está vinculado a um esforço extra da Superintendência com ações de força tarefa envolvendo servidores de outras Divisões, ou até de outras Superintendências.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

O principal controle para assegurar a fidedignidade das informações sobre a nossa atuação, insertas nos diversos sistemas que usamos, é feito por meio da cadeia hierárquica que homologa/aprova o lançamento/alteração de tais informações nos sistemas, ou seja, todos os dados lançados ou alterados nos diversos sistemas que usamos (SIATER, SICONV, SIAFI, SIASG, SIPRA, SISAC, ComprasNET, SCDP, CGUPAD, SISPAD, SIAPE, SIR, SICAF), em algum momento dependem de aprovação de autoridade competente e tais informações são amparadas, na sua grande maioria, em processos físicos ou documentos arquivados e que foram devidamente homologados seus lançamentos pela autoridade competente.

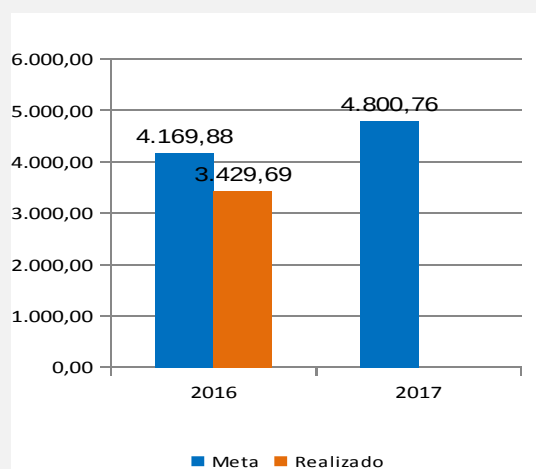
Quanto as atividades relacionadas a criação de projetos, seleção e homologação de famílias as atividades são controladas através de relatórios das ações desempenhadas juntados aos processos de criação e seleção de famílias bem como a inserção das informações cadastrais junto ao SIPRA e ao sistema informatizado utilizados nos trabalhos de campo referentes ao cumprimento da ação civil pública. Quanto aos dados de áreas obtidas pelo INCRA, com a implementação do SPIUnet na Superintendência de São Paulo para o fim desse primeiro semestre de 2016, teremos um maior controle de tal informação.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada pelos seguintes indicadores:

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

Gráfico



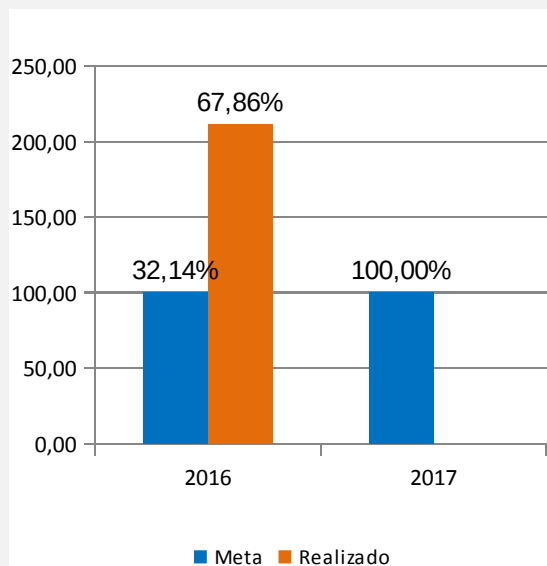
Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

O índice de gastos com obtenção de terras em 2016 refere-se a um valor de restos a pagar para depósito da indenização das benfeitorias. Não houve decretos de desapropriação em 2016 e ainda não foi definido o planejamento para 2017. Pretende-se vistoriar novas áreas, além de se trabalhar com a adjudicação de imóveis rurais, acelerar a parte que cabe ao INCRA-SP no convênio com o Itesp para arrecadação de terras públicas na região do Pontal do Paranapanema; verificar a possibilidade de aquisição de áreas ofertadas ao INCRA para aquisição pelo Decreto 433/92. Mas principalmente atuaremos para dar vazão a processos represados na Justiça. Portanto, atuaremos fortemente na negociação de áreas com processos judiciais em curso, chamando seus proprietários para realizar acordos. E, por fim, faremos gestão junto ao INCRA-Sede para que sejam pagos os processos ajuizados no fim de 2015.

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Gráfico

Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício



A explicação detalhada dos resultados demonstrados no gráfico encontra-se no item “iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional”. A avaliação da equipe lotada no Serviço de Meio Ambiente desta superintendência é de que a principal demanda para os próximos exercícios passa a ser referente às solicitações de Licenças de Instalação, tornando-se necessário atender as condicionantes das Licenças Prévias. Para isso, haverá necessidade de um aumento significativo dos recursos orçamentários destinados às ações de licenciamento e de gestão, desempenhadas pela Divisão de Obtenção. Ressalta-se, entretanto, a dependência de ações de competência da Divisão de Desenvolvimento, quanto às obras de saneamento básico (projetos e implantação de redes de abastecimento de água, fossas sépticas e outorgas do DAEE para a regularização ou realização de intervenções em recursos hídricos).

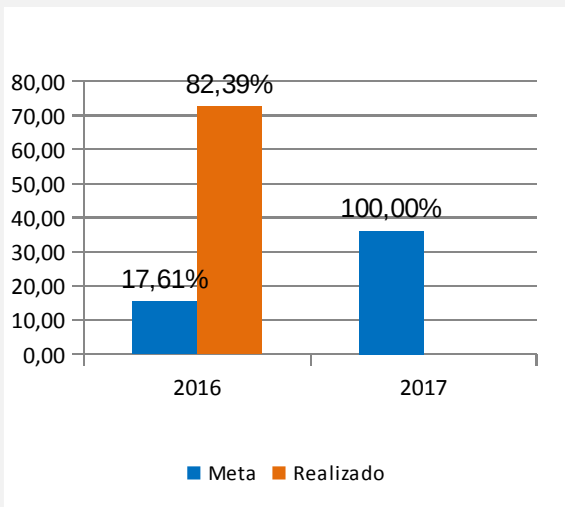
Havendo a destinação dos recursos necessários por parte do INCRA/Sede, serão elaboradas chamadas públicas para a contratação de empresas para prestação de serviços nas áreas de projetos ambientais (elaboração e implantação), além de elaboração de laudos e peças técnicas necessárias para a solicitação de licenças ou atendimento de exigências complementares da CETESB.

Um fator favorável para a obtenção das licenças ambientais necessárias é a recente publicação da Resolução SMA nº 102, de 21 de dezembro de 2016, que disciplina o procedimento para publicações dos licenciamentos. Com essa nova resolução, não será mais necessário realizar as publicações das solicitações e emissões de licenças em jornais de circulação local e Diário Oficial do Estado. Com isso, serão economizados recursos e haverá maior agilidade nos processos de licenciamento ambiental.

A Superintendência de São Paulo continuará buscando parcerias, especialmente por meio de Acordos de Cooperação, visando a implantação de projetos de recuperação ambiental e programas de educação ambiental nos assentamentos, de modo a atender parte das condicionantes do licenciamento.

Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico



Ano	Meta	Realizado
2016	17,61%	82,39%
2017	100,00%	-

Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

A explicação detalhada dos resultados demonstrados no gráfico encontra-se no item “iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional”. Considerando que o Termo de Execução Descentralizada firmado com o LEMAF/UFLA foi aditivado e que os cadastros feitos por essa instituição para os assentamentos do Estado de São Paulo utilizaram as imagens do SiCAR federal (rapideye), o LEMAF deverá agora reclassificar os cadastros feitos para São Paulo, com base nas ortofotos cedidas pela EMPLASA, que são utilizados no sistema estadual, corrigindo as distorções que foram verificadas.

Atualmente a SR08 conta com 124 assentamentos inscritos no SiCAR, sendo que a maioria foi inscrita pelo LEMAF utilizando arquivos em formato shapefile dos perímetros dos assentamentos gerados e fornecidos pela SR08. Dessa forma, os cadastros dessas propriedades deverão ser refeitos com a correta delimitação das APPs e dos fragmentos de vegetação nativa existentes, retificação da delimitação das áreas consolidadas e inserção das propostas de reserva legal. Para o próximo exercício, a SR08 deverá contar com os serviços prestados pelo LEMAF visando a complementação desses cadastros. Será necessário, ainda, atender as eventuais solicitações de alterações ou correções por parte do órgão ambiental estadual. Caberá à superintendência de São Paulo fornecer os shapefiles das áreas propostas como reserva legal de cada assentamento.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Não se aplica nesta UJ

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto / unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	11.151	11.151	11.544.347,00	14.853.011,89	14.840.551,64	13.747.707,50	13.747.707,50	1.092.844,14
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado / unidade	0	3.800	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade	2.123	124	5.866.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	0	0	57.711,00	2.142.710,89	2.126.110,89	57.710,89	57.710,89	2.068.400,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada / unidade	0	0	1.512.935,00	1.975.135,00	1.946.441,20	84.887,59	12.441,20	1.861.553,61
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	861	352	32.103,90	32.103,90	24.168,97	11.000,00	11.000,00	13.168,97
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade	388	432	76.458,00	294.458,00	207.423,59	144.646,38	121.722,13	62.777,21
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	0	0	0,00	140.000,00	74.775,20	13.994,81	2.300,00	60.780,39
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade	207	155	12.000,00	132.000,00	84.994,98	40.722,49	30.230,20	44.272,49

210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade	0	480	10.380,00	13.759,70	13.611,19	11.111,19	11.111,19	2.500,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade	70	120	381.200,00	44.281,20	19.084,09	1.384,09	1.384,09	17.700,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado / unidade	115	119	3.100,00	3.100,00	2.555,89	2.555,89	2.555,89	0,00

Ação 210S – PO(s) 02, 03 e 04 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

No estado de São Paulo, até 2016, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural foram oferecidos a todas as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Através da Chamada Pública 01/2011 foram contratadas 3 entidades prestadoras de ATER, cujos contratos encerram-se em abril de 2017. O custo médio, por família, em 2016, foi de R\$ 1.794,18 (mil setecentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos). O valor total dos contratos firmados foi de R\$ 17.643.748,22 (dezessete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos). O valor total sofreu uma redução de 15,39 % em relação ao valor de 2015, devido a cortes orçamentários.

Consideramos que todas as famílias de agricultores foram atendidas pelos serviços de ATER, seja através de visitas técnicas individuais, seja através de atividades coletivas. O atendimento é realizado, entre outras formas, através da visita de orientação técnica, através da elaboração de projetos visando acesso a créditos e financiamentos, através de projetos coletivos de obras de infraestrutura, programas de recuperação ambiental e programas de comercialização. Ainda que existam famílias que não tenham recebido visitas individuais, estas, de alguma forma, foram beneficiadas através de atividades executadas nos Projetos de Assentamento como, por exemplo, instalação de rede elétrica, abertura e conservação de estradas, abertura de poços e instalação de redes de distribuição de água, preservação de áreas de reserva, instalação de Unidades de Processamento de Alimentos, de tanques de leite, etc.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural são essenciais para, no curto prazo, garantir a soberania alimentar e nutricional das famílias de agricultores e, no médio prazo, promover o desenvolvimento do campo e o oferecimento de alimentos aos centros urbanos.

Apesar dessa importância, em 2016, o maior obstáculo à execução plena desses objetivos foi o atraso e a falta de previsão para os pagamentos e a indefinição dos recursos orçamentários disponíveis.

Além disso, em 2016, devido a indícios de irregularidades apontados pelo Acórdão TCU 775/2016, o INCRA sede decidiu bloquear o acesso a benefícios relacionados ao Programa Nacional de Reforma Agrária, para todas as famílias relacionadas pelo Tribunal. Em decorrência, as prestadoras de ATER ficaram impossibilitadas de prestar qualquer serviço as famílias. Exceto uma entidade estatal, as demais reduziram as equipes técnicas e fecharam escritórios de apoio no interior do estado, devido aos atrasos, a falta de previsão para pagamento e a impossibilidade de execução dos serviços.

Tal situação inviabilizou o cumprimento das ações planejadas e o cumprimento de metas.

Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

No exercício de 2016 foi estabelecida meta de concessão de crédito instalação para 2.123 (duas mil, cento e vinte e três) famílias, sendo disponibilizados somente 124 (cento e vinte quatro) créditos, sendo: 83 (oitenta e três) créditos para o PA. Florestan Fernandes, 14 (quatorze) créditos para o PA. Ranchão, 23 (vinte e três) para o PA. União, totalizando assim 120 (cento e vinte) créditos disponibilizados na modalidade, “fomento mulher” cujo valor individual é de R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Foram disponibilizados ainda 02 (dois) créditos para o PA. Dona Carmem e 02 (dois) créditos para o Pa. Moinho, totalizando assim 04 (quatro) créditos na modalidade, “apoio inicial I” com valor individual de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

No exercício de 2016, foram cadastrados no SNCCI 135 (cento e trinta e cinco) beneficiárias para acesso ao crédito “fomento mulher” e 16 (dezeses) beneficiários para acesso ao crédito “apoio inicial.”

Ação 211A – PO 01 – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da RA

Com a publicação do Acordão TCU de nº 775/2016, datado de 13/04/2016, que adotou medida cautelar de sustação dos processos de seleção de novos beneficiários para a reforma agrária, dos processos de assentamento de novos beneficiários já selecionados, de novos pagamentos de créditos da reforma agrária e de remissão de créditos, bem como de acesso a outros benefícios e políticas públicas concedidos em função de o beneficiário fazer parte do PNRA, além do acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural dos beneficiários apontados com indícios de irregularidades em planilhas elaboradas pela referida secretaria.

Ação 211A – PO 01 – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

Regulamentada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 71/12, datada de 17/05/2012, as atividades de supervisão ocupacional de projetos de assentamento, atuam em sua grande maioria na identificação das irregularidades cometidas pelos beneficiários (não moradia efetiva, exploração inadequada e descumprimento da legislação relativa ao meio ambiente). Neste mesmo aspecto se soma as situações de ocupações irregulares por terceiros sem anuência do INCRA, ocupações em áreas destinadas para reserva legal e preservação permanente dos projetos, bem como áreas comunitárias e parcelas que não estão cumprindo a sua função social.

Com base no Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que atendeu no exercício de 2016, um número de 9.807 (nove mil, oitocentas e sete) famílias, assentadas em 130 projetos de assentamento, onde as atividades de supervisão estão sob a responsabilidade de apenas 08 servidores, sendo 03 (três) com nível superior e 05 (cinco) com nível médio. Onde, os mesmo servidores acumulam outras atividades como: fiscalização das atividades executadas via Programa Terra Sol, fiscalização de contratos de obras de implantação e/ou recuperação de infraestruturas em projetos de assentamento, emissões de declarações de aptidão, cumprimento de decisões judiciais referentes a reintegração na posse de parcelas ocupadas

irregularmente, avaliação de benfeitorias implantadas na parcela pelo ocupante irregular para efeito de cálculo de perdas e danos quando da impetração de ações judiciais.

A base utilizada para a realização das atividades de supervisão são os relatórios emitidos pelas empresas contratadas para prestação de assistência técnica – ATER, onde a princípio, foram detectadas situações de identificação da existência de irregularidades dentro dos projetos de assentamento.

Outra fonte de informações utilizada são as denúncias apresentadas nesta Superintendência Regional e/ou demandas encaminhadas pelos Órgãos Judiciais.

No exercício de 2016 foi estabelecida uma meta de supervisão ocupacional de 388 (trezentas e oitenta e oito) parcelas, todavia, foram realizados trabalhos que totalizaram a supervisão em 432 (quatrocentas e trinta e duas) parcelas conforme informado oficialmente no SIR/Módulo Monitoramento.

Importante consignar que em 22/12/2016, foi publicada a MEDIDA PROVISÓRIA Nº759, que altera substancialmente o conceito de ocupação irregular em projetos de assentamento, onde aguardamos a sua regulamentação para planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos em novas situações apontadas e aquelas que já estão curso.

Ação 211A – PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis em Projetos de Assentamentos

Informamos que no exercício de 2016 recebemos 12 solicitações de cessão / concessão de uso, das quais 3 foram efetivadas e celebradas através de contrato e consequentemente publicadas no Diário Oficial da União conforme abaixo detalhado.

Destinação de 21.464,00 m² para a Prefeitura Municipal de São José dos Campos para implantação de Escola, manutenção e preservação.

Destinação de 1800,00 m² para a Cooperativa dos Agricultores Familiares Solidários para implantação de sede da cooperativa e agroindústria.

Destinação de 10000,00 m² para a Cooperativa Ares do Campo para implantação de agroindústria e área social.

Informo que participaram diretamente na cessão e nas duas concessões acima as divisões de Desenvolvimento, Técnica, Administrativa, Fundiária, Gabinete e Jurídica.

É salutar informar que as 3 celebrações supra citadas tiveram como finalidade o desenvolvimento social dos assistidos beneficiários da Reforma Agrária, seja financeiramente através da captação de recursos provenientes do beneficiamento de produção realizado pelas agroindústrias ou culturalmente através da prestação de ensino público ofertado na escola.

Finalizando, informo que dos 12 pedidos, 9 não foram efetivados pelo não atendimento à NE Nº 33, uma vez que os interessados não apresentaram a documentação necessária, o que não impossibilita a apresentação em qualquer tempo dos documentos pendentes e consequentemente o prosseguimento da análise com a eventual celebração.

Ação 210T – PO 01 – Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)

O PRONERA opera por meio de uma parceria do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, entidades privadas sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

Na **Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)**, a SR(08)/SP atendeu a meta de 286 educandos de diferentes projetos de assentamento e acampamentos no Estado de São Paulo, pois ocorreu a evasão de 194 estudantes. O projeto - Educação de Base para a Construção da Cidadania Plena e Participativa - São Paulo: “Territórios da Reforma Agrária Livres do Analfabetismo” foi selecionado por meio da Chamada Pública Edital PRONERA Nº

001/2012, conforme exigência da Portaria Interministerial nº 507/2011, e o resultado foi divulgado nas páginas virtuais do INCRA (www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/educacao-no-campopronera) e do SICONV. Teve o repasse total de R\$ 1.127.898,00 no projeto, descentralizado em 3 parcelas e a contrapartida do MEB foi de R\$ 24.000,00, oferecida em bens e serviços. O convênio SICONV nº 792263/2013, proposta nº 068109/2013 foi assinado no dia 31/12/2013, mas foi publicado no DOU nº 10, de 15/01/2014, com o Movimento de Educação de Base (MEB), no intuito de alfabetizar/escolarizar no nível fundamental (anos iniciais) 480 (quatro centos e oitenta) jovens, adultos e idosos, em 24 turmas no Estado de São Paulo, no prazo de 2 anos. O convênio finalizou no início de 2016, pois teve prorrogação devido ao atraso nos repasses efetuados pelo INCRA.

Neste exercício, esta Superintendência recebeu R\$ 13.759,70 de orçamento para esta ação. Deste valor, R\$ 13.611,19 foram empenhados, dos quais R\$ 11.111,19 foram liquidados e pagos. Esses recursos foram utilizados na fiscalização e no acompanhamento do convênio de EJA e em outras atividades demandadas por esta Superintendência. Assim foram utilizados recursos no pagamento da empresa Palhinha Uniformes Ltda Me, que fez 260 bolsas no valor de R\$ 3.380,00 e 260 camisetas no valor de R\$ 3.510,00 utilizadas no II Seminário Territorial de Educação do Campo “Qual é o lugar da escola?”, que ocorreu em 15/04/2016, no município de Nandubá. Neste evento também se comemorou os 18 anos do PRONERA. Com este orçamento também foram pagos: diárias (339014) no total de R\$ 1.621,19; transporte (339033), no total de R\$ 1.500,00, para pagamento da empresa Trust Tour Turismo Ltda; STPJ (339039), no total de R\$ 1.100,00, para pagamento da empresa Trivale que paga o abastecimento de combustível e cuida da manutenção dos carros da SR/SP, pois necessitamos dos carros para realização das fiscalizações. Ficaram em Restos a Pagar para o exercício de 2017 o valor de R\$ 2.500,00 no elemento de despesa 339033 (transporte) para pagamento da empresa Trust Tour Turismo Ltda.

Como o projeto de EJA ocorreu no Siconv, a transparência na implementação das ações auxiliou no desenvolvimento do curso e na resolução dos problemas, atingindo a meta do convênio, que foi a alfabetização e escolarização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos paulistas.

Ação 210T – PO 02 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

A meta para esta ação eram 115 estudantes. A execução física registrada foi de 119 estudantes. No entanto, o exercício de 2016 finalizou com o atendimento de 121 alunos.

Em relação à **Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social** foi realizado um Termo de Cooperação entre o INCRA/MDA/CNPq para realização da Chamada Pública CNPq/MDA-Incra nº26/2012, que resultou na contratação de 36 projetos de Residência Agrária, voltados à formação de 1,6 mil alunos, em 27 universidades distribuídas por todo o País. Cada projeto contou com R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) anuais para custeio de ações nos exercícios entre 2013 e 2015, alguns foram prorrogados para término em 2016. A chamada ainda previu o pagamento de até 58 bolsas mensais do CNPq por núcleo de residência agrária para o próximo triênio. Esses cursos objetivavam atender ao público do Artigo 13º do Decreto nº 7.352/04/11/2010, bem como, técnicos que prestam assistência técnica a assentados da Reforma Agrária. Por tratar-se de um Termo de Execução Descentralizada entre o INCRA e o CNPq, a Superintendência Regional de São Paulo somente acompanhou a execução física dos cursos, pois os recursos foram descentralizados diretamente pelo INCRA/Sede, em Brasília, para a outra entidade federal. Foram selecionados 4 projetos na jurisdição da SR(08)/SP, com 3 diferentes Instituições de Ensino: 1 mestrado Stricto Sensu e 3 especializações Lato Sensu. Os três cursos de especialização finalizaram no exercício de 2015. Ficando desta parceria para término no exercício de 2016 somente o curso de mestrado em Desenvolvimento

Territorial e Educação do Campo em Territórios da Cidadania e Assentamentos de Reforma Agrária nas Cinco Macrorregiões, Processo 54190.001503/2013-64 com a UNESP. Dessa parceria com o CNPq se formaram 39 alunos, após a defesa das monografias.

No final do exercício de 2014 foi realizada a Chamada MTCI/MDA – INCRA/CNPQ nº 14/2014 – Fortalecimento da Juventude rural - que após análise, foram selecionados 03 cursos técnicos profissionalizantes a serem implementados no Estado de São Paulo no período entre 2015 e 2016. São eles: Curso técnico- **UNESP/Marília**; Curso técnico – **UNESP- Marília** e Curso técnico – **UNESP/ Botucatu**.

Dos 03 cursos, somente o **curso de extensão** “Juventude Camponesa e transição agroecológica: protagonismo, participação e movimento social na construção do futuro”, processo 54190.01256/2015-68, finalizou em dezembro de 2015 com a defesa das monografias dos estudantes. Formaram-se 46 estudantes dentre os 50 iniciais. O curso foi oferecido pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Botucatu, sendo os estudantes provenientes do assentamento estadual Pirituba, em Itapeva e do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Luiz Davi de Macedo, em Apiaí, de assentamentos da região de Iaras, Borebi e Agudos e do entorno de Botucatu (agricultura familiar)

Os cursos de **Pós-médio** em “Cooperativismo e Agroecologia para a juventude rural do MST do Oeste e Centro-Oeste paulista” e o **de extensão** “Cinema, Juventude e Ruralidades” foram prorrogados para término no primeiro semestre de 2017.

O **curso de Pós-médio** em “Cooperativismo e Agroecologia para a juventude rural do MST do Oeste e Centro-Oeste paulista”, Processo: 54190.001254/2015-79, é oferecido pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, para o atendimento de 30 jovens de assentamentos do Estado de São Paulo. No entanto, permaneceram estudando 18 alunos no final do exercício. As aulas ocorrem na escola Rosa Luxemburg, do município de Agudos e na Escola Técnica Estadual “Augusto Tortorelo Araújo”, em Paraguaçu Paulista (ETEC).

O **curso de extensão** “Cinema, Juventude e Ruralidades”, processo 54190.001255/2015-13, é oferecido pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, para o atendimento de 20 jovens do assentamento Reunidas, em Promissão, onde ocorrem as aulas de final de semana. No entanto, permaneceram estudando 18 alunos no final do exercício.

O recurso de R\$ 2.555,89 foi utilizado para fiscalização e acompanhamento desses cursos, no pagamento das diárias e na empresa de locação de carros e pagamento de combustível.

Como é uma parceria entre o INCRA e o CNPq com repasses de recursos provenientes diretamente do INCRA/sede, em Brasília, a preocupação maior foi com o acompanhamento da execução física das ações. No entanto, o corte de recursos atingiu o acompanhamento/fiscalização nesta SR/08, pois ora faltava financeiro para o pagamento de diárias ora faltava para o pagamento de pedágio, combustível e locação de carros. Foram realizadas algumas visitas “in loco” e analisados os relatórios enviados pelas parcerias.

Ação 210T – PO 03 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

No caso da **Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária**, a meta inicial para 2016 eram 70 alunos. No entanto, finalizou-se com a meta de 119 estudantes, sendo 19 do curso de Pedagogia, com a UFSCar, 50 do curso de Especialização em Educação do Campo, também com a UFSCar e 50 que serão selecionados no processo seletivo do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, com a UNESP de Marília.

Tinha-se a previsão de implantação de 03 cursos nessa ação, sendo 02 de especialização e 01 de nível médio integrado ao técnico profissionalizante. No entanto, foi implementado um curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em um convênio com a UNESP, para 50 estudantes. O curso de Especialização “Trabalho Associado e Educação para além do capital na América Latina” com a UNESP de Marília PARA 50 ESTUDANTES não foi implementado, pois a universidade não inseriu o projeto no Siconv para que pudessemos fechar a parceria mediante convênio. Já o curso de Especialização de

Agroecologia e Transição Educadora para Sociedades Sustentáveis para 50 estudantes com a ESALQ/USP foi inserido no Siconv, mas faltou autorização do conselho universitário para firmar o convênio com esta Superintendência Regional do INCRA/SP. Em dezembro de 2016 foi aprovada uma nova proposta pelo PRONERA, o curso de EJA 2 Segmento do Fundamental, com a UNESP/Marília para 160 estudantes, divididos em 4 turmas. Como foi aprovado somente em dezembro, não houve tempo hábil para implantação de um novo convênio. Como não foram implantados pelos motivos expostos, espera-se que no exercício de 2016 possamos concretizar essas parcerias com a UNESP e a USP.

Desta forma, encontra-se em execução 03 cursos nesta ação pelo INCRA SR/08/SP: Pedagogia, Especialização em Educação do Campo e o Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

O curso de Licenciatura Plena em **Pedagogia** é oferecido para alunos oriundos de Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), com duração de 04 anos. O Termo de Cooperação, publicado no Diário Oficial da União nº 214, em 04/11/2013, para descentralização do crédito nº 5, de 24/10/2013, Processo: Nº 54190.005416/2012-03, foi celebrado com a Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Em 2016, após revisão dos valores do curso, devido à justificativa da UFSCar e desconto dos custos individuais do projeto, foi descentralizado o orçamento no valor de R\$238.177,08 para a UFSCAR. A última parcela será paga no exercício de 2017 no valor de R\$ 238.177,08. Dos 37 estudantes, encontram-se 19 neste momento. O curso foi prorrogado para término em 2018 devido ao atraso dos repasses dos recursos pelo INCRA. Como se trata de um Termo de Cooperação, hoje Termo de Execução Descentralizada, entre o INCRA e a UFSCar, a Superintendência Regional de São Paulo só acompanha a execução física, pois os recursos são descentralizados diretamente pelo INCRA/Sede, em Brasília, para a outra entidade federal.

O curso de **Especialização em Educação do Campo**, processo 54190.002689/2015-31, terá a duração de 02 anos e foi também celebrado com a UFSCar. O Termo de Execução Descentralizada foi publicado no DOU, Nº 232, Seção 3, de 04/12/2015, Processo 54190.002689/2015-31. Em 2015 foi paga a parcela no valor de R\$ 275.000,00. Em 2016, após justificativas apresentadas pela UFSCar, o valor foi atualizado para R\$ 413.416,60. Esse valor foi descentralizado no final de 2016, sendo a última parcela deste TED. A vigência será entre 04/12/2015 e 04/12/2017 para o atendimento de 50 beneficiários do PRONERA.

O Curso **Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**, processo 54190.00010-2016-18, foi celebrado por meio do Convênio CRT/SP/837215/2016 e publicado no DOU nº 246, Seção 3, de 23/12/2016, para o atendimento de 50 beneficiários do PRONERA. O valor total do convênio será R\$ 912.300,00, divididos em 04 parcelas: 2016: R\$ 17.700,00; 2017: R\$ 288.200,00; 2018: R\$ 288.200,00; 2019: R\$ 298.200,00. O processo seletivo do curso está previsto para o início de 2017. Os recursos de 2016 ainda não foram repassados para a conveniente, pois a universidade está regularizando a conta bancária junto ao Banco do Brasil. Assim, ficaram R\$ 17.700,00 em Restos a Pagar para pagamento no exercício de 2017.

Para este exercício, havia uma meta orçamentária de R\$ 381.200,00 pois haviam os cursos supracitados a serem implantados. Devido ao corte orçamentário que ocorreu no exercício de 2016, foram disponibilizados R\$ 44.281,20 para esta Superintendência. Deste valor, R\$ 24.881,20 foram recebidos e devolvidos para o INCRA/sede, pois seria utilizado na implantação do curso de especialização com a ESALQ/USP, o que não ocorreu, conforme já exposto. O valor de R\$ 19.084,09 foi empenhado, sendo liquidados R\$ 1.384,09, que foram utilizados na fiscalização e no acompanhamento dos cursos (diárias e transporte). Ficaram R\$ 17.700,00 registrados em Restos a Pagar, que serão repassados para o convênio CRT/SP/837215/2016 do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio com a UNESP.

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	0	0	7.356.499,47	17.891,72	5.062.264,16	2.276.343,59
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado / unidade	0	0	7.187,59	0,00	7.187,59	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	0	0	17.076.340,83	5.394.740,88	5.696.340,80	5.985.259,15
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada / unidade	0	0	6.910.827,01	442,80	563.970,70	6.346.413,51
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	0	0	2.490,00	0,00	2.490,00	0,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade	0	0	6.818,12	510,80	6.307,32	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade	0	0	6.200,00	3.000,00	3.200,00	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade	0	0	16.002,50	2,50	16.000,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade	0	0	457.087,20	7.464,50	0,00	449.622,70
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado / unidade	0	0	170,25	0,00	170,25	0,00

Ação 210S – PO(s) 02, 03 e 04 – Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

A inscrição de restos a pagar da ação, deve-se a não existência de saldo financeiro para a liquidação dos serviços prestados

Ação 211A – PO 0A – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

Com base no Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que atendeu no exercício de 2016, um número de 9.807 (nove mil, oitocentas e sete) famílias, assentadas em 130 projetos de assentamento, onde as atividades de supervisão estão sob a responsabilidade de apenas 08 servidores, sendo 03 (três) com nível superior e 05 (cinco) com nível médio. Onde, os mesmo servidores acumulam outras atividades como: fiscalização das atividades executadas via Programa Terra Sol, fiscalização de contratos de obras de implantação e/ou recuperação de infraestruturas em projetos de assentamento, emissões de declarações de aptidão, cumprimento de decisões judiciais referentes a reintegração na posse de parcelas ocupadas irregularmente, avaliação de benfeitorias implantadas na parcela pelo ocupante irregular para efeito de cálculo de perdas e danos quando da impetração de ações judiciais.

A base utilizada para a realização das atividades de supervisão são os relatórios emitidos pelas empresas contratadas para prestação de assistência técnica – ATER, onde a princípio, foram detectadas situações de identificam a existência de irregularidades dentro dos projetos de assentamento.

Ação 210T – PO 01 – Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)

Nesta ação, haviam ficado R\$ 16.000,00 em Restos a Pagar (RAP). Desse valor, R\$ 9.520,00 foram utilizados para o pagamento da empresa Trivale Administração Ltda que paga o abastecimento de combustível e cuida da manutenção dos veículos oficiais da SR08/SP e R\$ 6.480,00 para pagamento de empresa Compacta Gráfica e Editora Ltda – Me que realizou a diagramação e a impressão do livro “PRONERA: Experiências de Gestão de uma Política Pública”.

Ação 210T – PO 02 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Nesta ação haviam R\$ 170,25 inscritos em Restos a pagar e foram pagos no exercício de 2016.

Ação 210T – PO 03 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Estavam inscritos em Restos a Pagar o valor de R\$ 457.087,20. Foram cancelados R\$ 7.464,50 e permanecem R\$ 449.622,70 em Restos a Pagar.

Sugiro que esses recursos sejam cancelados, pois não há curso em execução anterior a 2016 com débito desta Superintendência Regional.

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

A presidência do INCRA, por meio dos instrumentos internos: Mem. 08/2016-P suspende todas as ordem de serviços publicados para execução de obras de infraestrutura e estabelece condicionantes para retomada que expediu o Mem. 10/2016-P, sendo que as obras contratadas e conveniadas não se enquadraram no estabelecido quanto a retomada, motivado pelo alto endividamento da instituição

Cumpra informar que o contrato CRT/SP/Nº 008/2015 firmado com a empresa SGS/Enger expirou em 17/07/2016, sem a possibilidade renovação pela atual administração à época, contratada para prestação de serviços de engenharia pelo INCRA, que exercia as atividades de acompanhamento e fiscalização das obras de infraestrutura iniciadas e conveniadas e também pelo motivo da Superintendência do INCRA/SP não dispor do seu quadro funcional, profissional habilitado na área de engenharia para tal atribuição, fazendo com que mesmos as obras iniciadas não tivessem avanços na execução.

Geralmente, as empresas de assistência técnica e prefeituras municipais informam as condições das estradas rurais, que necessitam de manutenção e conservação. Salientamos que a superintendência expediu ofícios a todas as prefeituras municipais que detêm projetos de assentamentos em seus territórios, comunicando os senhores prefeitos sobre a abertura do sistema de convênios - SICONV e solicitando-os que procedessem o cadastramento das propostas para análise, objetivando a celebração de convênios para implantação de obras, sendo manutenção e conservação de estradas rurais e implantação de rede de distribuição d'água para abastecimento das famílias assentadas, que apenas algumas prefeituras atendeu o comunicado.

Em relação à captação d'água-perfuração de poços profundos, a superintendência aditou os contratos firmados com a empresa Sales & Matta já no término do exercício, que também em virtude da escassez de recurso não houve tempo hábil para execução e efetuou parcialmente o empenho no montante de **R\$ 2.063.790,00 (dois milhão, sessenta e três mil e setecentos e noventa reais)**, recursos este disponível na superintendência para execução de obras de infraestrutura.

Devido a problemas técnicos e operacionais de 8 poços artesianos, a instituição firmou contrato com a empresa Hidro oeste – CRT/SP/Nº 00025/2015 que foi executado parcialmente, sendo necessário complementar o empenho no montante **de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)** em atendimento a recomendação da CGU-Controladoria Geral da União e as comunidades beneficiárias a fim de garantir a continuidade no fornecimento hídrico, proporcionando-as dignidade e conforto as famílias assentadas.

CONVÊNIOS COM PREFEITURAS MUNICIPAIS

Dos convênios celebrados com as prefeituras municipais, apenas foi realizado o repasse à prefeitura de Pradópolis no valor de **R\$ 376.198,91** que ainda não iniciou a execução em virtude da Superintendência não dispor do seu quadro servidores, profissional habilitado para acompanhamento e fiscalização do objeto.

Os demais convênios celebrados com as prefeituras de Promissão, Andradina, São Carlos e Guataporã, em virtude da ausência de recursos financeiros, até o presente momento ainda não foram efetuado o repasse, no montante de R\$ 2.597.491,94 (dois milhões quinhentos noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e um reais, noventa e quatro centavos).

CONTRATO-CRT/SP/Nº 0008/2015 – SGS/Enger

Consta ainda um empenho no valor de **R\$ 521.101,67** em favor da empresa contratada para prestação de serviços de engenharia e projetos, que os pagamentos estão suspensos pela determinação da PGF, por meio do Parecer nº 131/2016/CGJ-PFE-INCRA-PGF/AGU, recomenda o encaminhamento à Auditoria Nacional para análise e providência quanto aos indícios de irregularidades no contrato firmado com o INCRA.

Segundo levantamento realizado consta o passivo total de **R\$ 6.225.139,33** (seis milhões. Duzentos e vinte e cinco mil, cento e trinta e nove reais, trinta e três centavos) considerando as notas fiscais atestadas. Dessa importância **R\$ 3.096.664,60** (Três Milhões, noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais, sessenta centavos) refere-se a serviços executados e atestados no exercício de 2015 e o restante, ou seja, **R\$ 3.128.474,44** (três milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) refere-se a serviços executados e atestados no exercício de 2016, cujo pagamento encontra-se suspenso aguardando a análise e determinação dos órgãos fiscalizadores e de controle interno.

Relacionado à implantação de instalação de rede elétrica, os projetos de assentamentos são atendidos pelo Programa de Universalização de Serviços de Energia Elétrica, sendo que a Superintendência Regional do INCRA/SP, por meio de levantamento ocupacional das parcelas, autoriza a instalação de energia e fornece as concessionárias de energia local as peças técnicas para implantação da rede. No exercício objeto deste relatório, foram atendidos os seguintes projetos de assentamentos:

Projeto de assentamento	Capacidade do Assentamento	Município	Número de Famílias Atendidas
Florestan Fernandes	210	Mirandópolis	168
Bom Jesus	68	Indiaporã	65
Ranchão	35	Pontalinda	30

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

Regulamentada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/Nº 71/12, datada de 17/05/2012, as atividades de supervisão ocupacional de projetos de assentamento atuam em sua grande maioria na identificação das irregularidades cometidas pelos beneficiários (não moradia efetiva, exploração inadequada e descumprimento da legislação relativa ao meio ambiente). Neste mesmo aspecto se soma as situações de ocupações irregulares por terceiros sem anuência do INCRA, ocupações em áreas destinadas para reserva legal e preservação permanente dos projetos, bem como áreas comunitárias e parcelas que não estão cumprindo a sua função social.

Com base no Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que atendeu no exercício de 2016, um número de 9.807 (nove mil, oitocentas e sete) famílias, assentadas em 130 projetos de assentamento, onde as atividades de supervisão estão sob a responsabilidade de apenas 08 servidores, sendo 03 (três) com nível superior e 05 (cinco) com nível médio. Onde, os mesmo servidores acumulam outras atividades como: fiscalização das atividades executadas via Programa Terra Sol, fiscalização de contratos de obras de implantação e/ou recuperação de infraestruturas em projetos de assentamento, emissões de declarações de aptidão, cumprimento de decisões judiciais referentes a reintegração na posse de parcelas ocupadas irregularmente, avaliação de benfeitorias implantadas na parcela pelo ocupante irregular para efeito de cálculo de perdas e danos quando da impetração de ações judiciais.

A base utilizada para a realização das atividades de supervisão são os relatórios emitidos pelas empresas contratadas para prestação de assistência técnica – ATER, onde a princípio, foram detectadas situações de identificam a existência de irregularidades dentro dos projetos de assentamento.

Outra fonte de informações utilizada são as denúncias apresentadas nesta Superintendência Regional e/ou demandas encaminhadas pelos Órgãos Judiciais.

No exercício de 2016 foi estabelecida uma meta de supervisão ocupacional de 388 (trezentas e oitenta e oito) parcelas, todavia, foram realizados trabalhos que totalizaram a supervisão em 432

(quatrocentas e trinta e duas) parcelas conforme informado oficialmente no SIR/Módulo Monitoramento.

Importante consignar que em 22/12/2016, foi publicada a MEDIDA PROVISÓRIA Nº759, que altera substancialmente o conceito de ocupação irregular em projetos de assentamento, onde aguardamos a sua regulamentação para planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos em novas situações apontadas e aquelas que já estão curso.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

Crédito Instalação

Com a gerência da disponibilização do crédito instalação atribuída ao INCRA/SEDE através da lei 13.001/2014, cabe a superintendência a qualificação da demanda mediante relação de beneficiários aptos ao acesso do crédito, a administração central solicita ao agente financeiro a emissão dos cartões para que as famílias tenham acesso ao recurso. Paralelamente são emitidos via Sistema Nacional de Concessão de Crédito de Instalação – SNCCI os contratos de crédito que são encaminhados para coleta da assinatura dos beneficiários.

No exercício de 2016 foi estabelecida meta de concessão de crédito instalação para 2.123 (duas mil, cento e vinte e três) famílias, sendo disponibilizados somente 124 (cento e vinte quatro) créditos, sendo: 83 (oitenta e três) créditos para o PA. Florestan Fernandes, 14 (quatorze) créditos para o PA. Ranchão, 23 (vinte e três) para o PA. União, totalizando assim 120 (cento e vinte) créditos disponibilizados na modalidade, “fomento mulher” cujo valor individual é de R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Foram disponibilizados ainda 02 (dois) créditos para o PA. Dona Carmem e 02 (dois) créditos para o Pa. Moinho, totalizando assim 04 (quatro) créditos na modalidade, “apoio inicial I” com valor individual de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

No exercício de 2016, foram cadastrados no SNCCI 135 (cento e trinta e cinco) beneficiárias para acesso ao crédito “fomento mulher” e 16 (dezesseis) beneficiários para acesso ao crédito “apoio inicial.”

Todavia, com a publicação do Acórdão TCU de nº 775/2016, datado de 13/04/2016, que adotou medida cautelar de sustação dos processos de seleção de novos beneficiários para a reforma agrária, dos processos de assentamento de novos beneficiários já selecionados, de novos pagamentos de créditos da reforma agrária e de remissão de créditos, bem como de acesso a outros benefícios e políticas públicas concedidos em função de o beneficiário fazer parte do PNRA, além do acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural dos beneficiários apontados com indícios de irregularidades em planilhas elaboradas pela referida secretaria.

Diante disso, todos os beneficiários que tiveram seus registros bloqueados no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária – SIPRA ficaram impossibilitados de acessar os créditos de instalação.

Outrossim, através do Acórdão TCU de nº 2451/2016, datado de 21/09/2016, houve o desbloqueio temporários dos beneficiários com prazo para comprovação documental de que as inconsistências apontadas não tinham procedência. Portanto, no exercício de 2016 não houve tempo há bil para o desbloqueio definitivo dos beneficiários e consequentemente a disponibilização dos créditos.

Agro industrialização

Cumprir informar que o contrato CRT/SP/Nº 008/2015 firmado com a empresa SGS/Enger expirou em 17/07/2016, sem a possibilidade renovação pela atual administração à época, contratada para prestação de serviços de engenharia pelo INCRA, que exercia as atividades de acompanhamento e fiscalização das obras oriundas do Programa Terra Sol, no âmbito desta Superintendência e também pelo motivo da Superintendência do INCRA/SP não dispor do seu quadro funcional profissional habilitado na área de engenharia para tal atribuição, sendo que das obras iniciadas apenas a obra UPA-Unidade de Processamento de Alimentos em construção no projeto de assentamento Estrela da Ilha houve avanço na execução, que justificou a superintendência solicitar apoio técnico de outra superintendência regional, sendo que A superintendência de Santarém gentilmente cedeu um engenheiro civil de forma temporária para acompanhar e fiscalizar a obra, objetivando a conclusão e recebimento definitivo da obra em questão.

Encontra-se em fase conclusiva de execução a obra da Construção da Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar, objeto do convênio 794794/2013, firmado entre o INCRA e a Prefeitura de Andradina.

OBRAS CONTRATADAS POR MEIO DE EMENDAS PARLAMENTARES

EMPENHO	EMPRESA CONTRATADA	EMENDA PARLAMENTAR	PROCESSO	SITUAÇÃO DO CONTRATO	VALOR
2013NE800787	GARRA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	Dep. Paulo Teixeira	54190004961201329	FINALIZADO	R\$ 10.000,02
2013NE800794	EMPORIUM CONSTRUTORA COMERCIO E SERVICOS LTDA	Dep. Paulo Teixeira	54190004254201369	FINALIZADO	R\$ 38.000,00
2013NE800795	AGROCOMERCIAL SANDRI LTDA	Dep. Paulo Teixeira	54190004254201369	FINALIZADO	R\$ 13.099,50
2013NE800893	SIDWEST ENGENHARIA CONSTRUÇOES & COMERCIO LTDA - M	Dep. Paulo Teixeira	54190005510201335	EM ANDAMENTO	R\$ 6.918,58
2015NE800744	ENGTECH CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EPP	Dep. Paulo Teixeira	54190002898201584	NÃO INICIADO	R\$ 83.700,00
2015NE800745	ENGTECH CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EPP	Dep. Paulo Teixeira	54190003078201518	PARALISADO	R\$ 83.700,00
2015NE800751	ENGTECH CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EPP	Dep. Renato Simões	54190003078201518	PARALIZADO	R\$ 400.000,00
2016NE800190	ENGTECH CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EPP	Dep. Paulo Teixeira	54190002898201584	NÃO INICIADO	R\$ 280.000,00
2016NE800624	CONSTRUTORA HJK LTDA - EPP	Dep. Paulo Teixeira	54190003103201555	NÃO INICIADO	R\$ 200.000,00
2016NE800627	ENGTECH CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EPP	Lindbergh Farias	54190002898201584	NÃO INICIADO	R\$ 267.150,00
2016NE800635	CONSTRUTORA HJK LTDA - EPP	Lindbergh Farias	54190003103201555	NÃO INICIADO	R\$ 84.910,00
2016NE800638	ENGTECH CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EPP	Lindbergh Farias	54190002898201584	NÃO INICIADO	R\$ 81.150,00

OBRAS CONTRATADAS COM RECURSOS DO INCRA

EMPENHO	EMPRESA CONTRATADA	PROCESSO	SITUAÇÃO O CONTRATO	VALOR
2013NE800893	SIDWES'T ENGENHARIA CONSTRUÇOES & COMERCIO LTDA - M	54190005510201335	Em andamento	R\$ 6.918,58
2014NE801023	SIDWES'T ENGENHARIA CONSTRUÇOES & COMERCIO LTDA - M	54190005510201335	Em andamento	R\$ 15.535,65
2014NE801051	DANIEL DE OLIVEIRA - COMERCIO E SERVICOS - ME	54190003861201310	Paralisado	R\$ 76.230,73
2014NE801076	SOMA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	54190003971201454	Não iniciado	R\$ 100.000,00
2014NE801077	GARRA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	54190000397020141	Não iniciado	R\$ 555.867,65
2014NE801117	DANIEL DE OLIVEIRA - COMERCIO E SERVICOS - ME	54190004629201391	Paralisado	R\$ 20.000,00
2014NE801125	SOMA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	54190003971201454	Paralisado	R\$ 372.053,00
2014NE801131	SIDWES'T ENGENHARIA CONSTRUÇOES & COMERCIO LTDA - M	54190004160201471	Não iniciada	R\$ 20.748,95
2015NE800337	ALASKA REFRIGERACOES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA -	54190004023201436	Paralisado	R\$ 17.500,00
2015NE800398	SIDWES'T ENGENHARIA CONSTRUÇOES & COMERCIO LTDA - M	54190005510201335	Em andamento	R\$ 75.448,77
2015NE800651	EIG CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA - ME	54190005510201335	Não iniciado	R\$ 499.000,00
2015NE800652	SIDWES'T ENGENHARIA CONSTRUÇOES & COMERCIO LTDA - M	54190005510201335	Não iniciado	R\$ 364.390,00
2015NE800653	SIDWES'T ENGENHARIA CONSTRUÇOES & COMERCIO LTDA - M	54190004189201446	Não Iniciado	R\$ 483.185,28
2015NE800671	DANIEL DE OLIVEIRA - COMERCIO E SERVICOS - ME	54190006174201348	Paralisado	R\$ 83.506,88
2015NE800672	DANIEL DE OLIVEIRA - COMERCIO E SERVICOS - ME	54190003861201310	Paralisado	R\$ 90.008,63
2015NE800673	DANIEL DE OLIVEIRA - COMERCIO E SERVICOS - ME	54190006644201373	Paralisado	R\$ 78.013,01
2015NE800674	DANIEL DE OLIVEIRA - COMERCIO E SERVICOS - ME	54190006645201318	Paralisado	R\$ 88.732,59
2015NE800675	DANIEL DE OLIVEIRA - COMERCIO E SERVICOS - ME	54190006173201301	Paralisado	R\$ 55.249,00
2015NE800727	PLANEM PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP	54190002899201529	Não Iniciado	R\$ 464.900,00
2015NE800728	ENGTECH CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EPP	54190002897201530	Não Iniciado	R\$ 434.700,00
2015NE800729	ENGTECH CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EPP	54190002883201516	Não iniciado	R\$ 239.999,99
2015NE800735	DANIEL DE OLIVEIRA - COMERCIO E SERVICOS - ME	54190004629201391	Paralisado	R\$ 121.502,00
2015NE800743	CONSTRUTORA HJK LTDA - EPP	54190003103201555	Não iniciado	R\$ 200.000,00
2016NE800207	ENGTECH CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EPP	54190003078201518	Não iniciado	R\$ 351.100,00
2016NE800208	ENGTECH CONSTRUÇOES E COMERCIO LTDA - EPP	54190002898201584	Não iniciado	R\$ 68.300,00

2016NE800209	SEMT EIRELI - ME	54190003221201563	Não iniciado	R\$ 352.374,94
2016NE800540	ENGTECH CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP	54190003078201518	Não iniciado	R\$ 434.000,00

Em relação às obras que estão **paralisadas**, com o apoio do profissional habilitado, esta superintendência irá adotar as medidas necessárias para a conclusão e em caso de insucesso será adotado as providências necessárias para a devida rescisão contratual e a abertura de novo procedimento licitatório para a devida conclusão.

Assistência Técnica Especialista para agro industrialização

Em 2016, houve uma mudança nos pressupostos e diretrizes do planejamento das ações de desenvolvimento nos projetos de assentamento, no qual assistência técnica deve-se nortear para atividades que permitam a construção de cadeias produtivas e de vinculação com projetos de agroindustrialização.

Como houve a expectativa de novas regulamentações para simplificação dos processos de participação das organizações de assentados nos chamamentos do Programa Terra Forte.

Considerando a vinculação das atividades iniciadas na ação 210S PO01 – Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural, que permitiu a contratação de serviços de correlacionados.

Consideramos que pela ausência de recursos humanos e financeiros, esta ação estratégica não obteve os resultados esperados, mas necessário se faz o ajuste das ações em 2017, a fim de realizar o devido acerto na forma de associar atividades de acompanhamento técnico pelas entidades prestadoras de ATER, com a equipe de capacitação desta ação e agregar as demandas elencadas pelos serviços de elaboração de projetos dentro da Ação do Terra Sol, garantindo a devida sinergia na execução desta estratégia.

Educação no campo

Em 2016, formaram-se 371 estudantes no âmbito da jurisdição da Superintendência Regional do INCRA de São Paulo. Foram 39 estudantes no curso de mestrado em Geografia com a Universidade Estadual Paulista (UNESP), fruto de Termo de Execução Descentralizada entre o INCRA e o CNPq; 46 estudantes no curso de extensão “Juventude camponesa e transição agroecológica” com a UNESP de Botucatu, em uma parceria entre INCRA, Secretaria Nacional de Juventude e o CNPq, no edital de residência jovem e 286 estudantes no curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA- no 1º Segmento do Ensino Fundamental em um convênio entre a SR08/SP e o Movimento de Educação de Base (MEB). Esses cursos foram voltados tanto para a correção da escolaridade de alguns estudantes quanto para a formação de profissionais capazes de pensar estratégias diferenciadas de atendimento ao público do campo, principalmente da Reforma Agrária, bem como desenvolver práticas agroecológicas, compreender as especificidades do territoriais e culturais dos povos do campo.

Para 2017 continuarão estudando 155 alunos pelo PRONERA em São Paulo, sendo 19 no curso de Pedagogia e 50 no de Especialização em Educação do Campo, ambos com a UFSCAR e 50 no curso de Ensino Médio integrado ao Técnico em Agropecuária, 18 no curso de pós-médio em Cooperativismo e Agroecologia e 18 no curso de Extensão “Cinema, Juventude e Ruralidades”, todos esses em parceria com a UNESP.

Há 3 projetos aprovados nesta superintendência passíveis de implantação: 1 de especialização em Agroecologia e Transição Educadora para Sociedades Sustentáveis com a ESALQ/USP para atendimento de 50 estudantes; 1 de Especialização “Trabalho Associado e educação para além do capital na América Latina” com a UNESP/Marília para 50 alunos e 01 curso de EJA 2 Segmento do Fundamental para 160 alunos (4 turmas) com a UNESP/Marília.

Também permaneceremos com as articulações com instituições de ensino e organizações da sociedade civil, objetivando a implementação de novas parcerias.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

O principal controle para assegurar a fidedignidade das informações sobre a nossa atuação, insertas nos diversos sistemas que usamos, é feito por meio da cadeia hierárquica que homologa/aprova o lançamento/alteração de tais informações nos sistemas, ou seja, todos os dados lançados ou alterados nos diversos sistemas que usamos (SIATER, SICONV, SIAFI, SIASG, SIPRA, SISAC, ComprasNET, SCDP, CGUPAD, SISPAD, SIAPE, SIR, SICAF), em algum momento dependem de aprovação de autoridade competente e tais informações são amparadas, na sua grande maioria, em processos físicos ou documentos arquivados e que foram devidamente homologados seus lançamentos pela autoridade competente.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de acesso à água para consumo doméstico



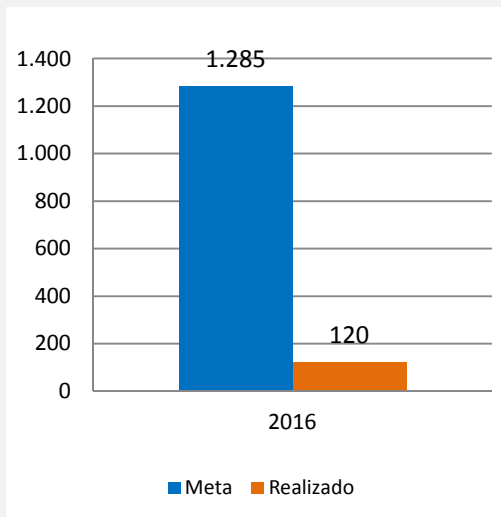
Índice de provimento de PDA/PRA

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
Bar chart showing the Index of Provision of PDA/PRA for 2016 and 2017. The Y-axis ranges from 0.00 to 1.40. For 2016, the Meta is 1.00 (100.00%) and Realizado is 0.00 (0.00%). For 2017, the Meta is 1.00 (100.00%) and Realizado is 0.00 (0.00%). <table><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr><tr><td>2016</td><td>1,00 (100,00%)</td><td>0,00 (0,00%)</td></tr><tr><td>2017</td><td>1,00 (100,00%)</td><td>0,00 (0,00%)</td></tr></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	1,00 (100,00%)	0,00 (0,00%)	2017	1,00 (100,00%)	0,00 (0,00%)	
Ano	Meta	Realizado								
2016	1,00 (100,00%)	0,00 (0,00%)								
2017	1,00 (100,00%)	0,00 (0,00%)								

Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
Bar chart showing the Index of Access to Housing in Settlements for 2016 and 2017. The Y-axis ranges from 0.00 to 1.00. For 2016, the Meta is 0.00 (0.00%) and Realizado is 0.00 (0.00%). For 2017, the Meta is 0.00 (0.00%) and Realizado is 0.00 (0.00%). <table><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr><tr><td>2016</td><td>0,00 (0,00%)</td><td>0,00 (0,00%)</td></tr><tr><td>2017</td><td>0,00 (0,00%)</td><td>0,00 (0,00%)</td></tr></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	0,00 (0,00%)	0,00 (0,00%)	2017	0,00 (0,00%)	0,00 (0,00%)	
Ano	Meta	Realizado								
2016	0,00 (0,00%)	0,00 (0,00%)								
2017	0,00 (0,00%)	0,00 (0,00%)								

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício						
 Gráfico de barras comparando a meta e o realizado para o ano 2016. O eixo Y representa o número de contratos, variando de 0 a 1.400. A barra azul (Meta) atinge 1.285 e a barra laranja (Realizado) atinge 120. <table><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr><tr><td>2016</td><td>1.285</td><td>120</td></tr></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	1.285	120	De acordo com o MCR- Manual de Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, a concessão de créditos para o PRONAF, é de responsabilidade das Instituições Financeiras Oficiais, sendo que, para o Estado de São Paulo, esta fica a cargo do Banco do Brasil. Devido a este fato, o INCRA, não possui elementos para estabelecer qualquer tipo de metas relativas ao número de contratos que devem ser firmados entre os beneficiários e o banco para determinado período. Devido à questões relacionadas ao sigilo bancário, o Banco do Brasil não repassa para o INCRA informações acerca de contratos firmados entre aquela instituição e assentados. Conforme definido na Lei 4.829 de 1965, a competência formal de monitoramento, avaliação e fiscalização dos contratos de crédito rural é do Banco Central do Brasil - BC, porém o sistema utilizado pelo Banco no monitoramento não possibilita a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária. O MDA informou ainda que, os dados informados para a meta em 2014 e 2015 tiveram como fonte as informações encaminhadas pelos agentes financeiros à Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA. Com vistas a qualificar o monitoramento, foi solicitado ao Banco Central, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, que o Sistema de operação do PRONAF passasse a permitir esta desagregação. Ainda com relação ao indicador “número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou linha de crédito voltadas a produção” deve ser lembrado que o Crédito Instalação na modalidade Fomento, atende a este fim. Outra linha de crédito - ampliar a participação de mulheres no crédito fomento meta 1285, realizado 120 Fonte SNCCI
Ano	Meta	Realizado					
2016	1.285	120					

Durante o exercício de 2016, foram emitidas 740 declarações de aptidão ao PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar pelo INCRA, (sendo deste total, 270 do grupo A, 384 do grupo A/C; 01 do grupo B; 01 do grupo A Microcrédito; 71 do grupo V; 09 da

modalidade Jovem e 04 DAPs provisórias). O PRONAF destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio de financiamentos de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizado com um grupo de produtores, para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais). A unidade neste indicador foi extraída do total de DAPs emitidas e enviadas ao banco para a possível contratação.

As DAPs (A, A Microcrédito, A/C, B e V) e as DAPs provisórias podem, ainda, serem utilizadas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através dos quais, os agricultores, organizados em associações ou cooperativas vendem sua produção à CONAB ou participam de Chamadas Públicas realizadas pelas Prefeituras Municipais visando à venda de sua produção destinados à merenda escolar.

As dificuldades encontradas na operacionalização do Pronaf relacionam-se principalmente ao desconhecimento acerca das normas que regem o programa por parte dos assentados e agentes financeiros, cujas resoluções são anualmente atualizadas pelo Banco Central do Brasil; e ainda, desconhecimento dos aspectos legais dos mesmos por parte das agências locais do Banco do Brasil, que tem diferentes interpretações e exigências para a concessão do financiamento por parte de seus funcionários, burocratizando excessivamente o atendimento aos agricultores. Há ainda o problema de não haver um canal de relacionamento com o Banco do Brasil através do qual os técnicos da ATER ou do INCRA possam sanar dúvidas que porventura surjam nas diversas agências do Estado.

Ainda, devido ao Acórdão 775/2016 do TCU, que desde o mês de abril de 2016, bloqueou, a maioria dos assentados com indícios de irregularidades para acesso ao crédito e outras políticas públicas, a emissão de DAP(s) por esta Superintendência foi reduzida drasticamente, retornando aos patamares regulares somente após o acórdão TCU 2451/2016, de setembro do mesmo ano, que liberou parcialmente uma parcela dos beneficiários bloqueados.

Observa-se, que, os sistemas do MDA e do Banco do Brasil não se comunicam entre si, gerando divergências entre os dados das DAP(s) emitidas pelo INCRA e os dados recebidos pelo BB através do servidor de rede do MDA.

Verifica-se que o número de acessos ao Pronaf aumenta a cada ano, devido a maior abrangência das entidades prestadoras de ATER e seus técnicos nos assentamentos, qualificando desta forma, os projetos de incremento da produção agropecuária e geração de renda nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária. Ainda, devido aos programas governamentais como o PAA e PNAE, e, o incentivo a formação de Associações e Cooperativas, a demanda pelas DAPs aumentou significativamente tendo como consequência, a maior organização e mobilização dos agricultores em seus espaços produtivos.

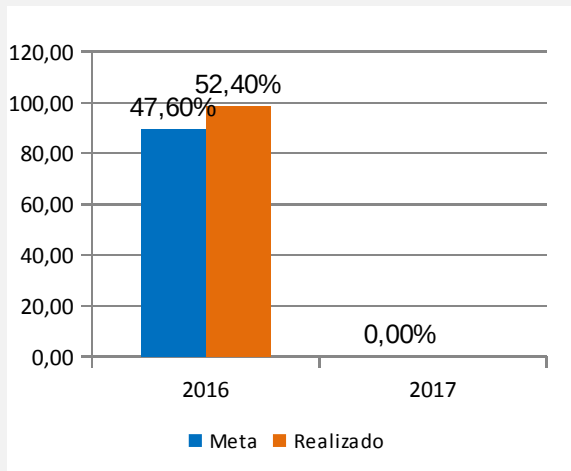
Segue a posição do INCRA/MDA com relação ao acompanhamento atual dos números do PRONAF, entendimento já encaminhado à CGU:

Conforme definido na Lei 4.829 de 1965, a competência formal de monitoramento, avaliação e fiscalização dos contratos de crédito rural é do Banco Central do Brasil - BCB, porém o sistema utilizado pelo Banco no monitoramento não possibilita a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária. O MDA informou ainda que, os dados informados para a meta em 2015 e 2016 tiveram como fonte as informações encaminhadas pelos agentes financeiros à Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA.

Com vistas a qualificar o monitoramento, foi solicitado ao Banco Central, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, que o Sistema de operação do PRONAF passasse a permitir esta desagregação.

Ainda com relação ao indicador “número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou linha de crédito voltadas a produção” deve ser lembrado que o Crédito Instalação na modalidade Fomento, atende a este fim, e possui meta no Caderno de Metas 2015 e 2016.

Índice de provimento de assistência técnica

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
 Em 2016 o oferecimento de serviços de assistência técnicas a todas as famílias assentadas no estado de São Paulo foi prejudicado pelo bloqueio das famílias por simples indícios de irregularidades apontados pelo Acórdão TCU775. A estimativa é que menos de 50% das famílias receberam visitas técnicas. Em 2017 esse quadro deve se repetir, pois as famílias permanecem bloqueadas e não há capacidade operacional da SR para desbloqueio individual das famílias. Além disso, houve redução de previsão orçamentária.	

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.

Índice de acesso à água para consumo doméstico	
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Não se aplica nesta UJ

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências da Região Sudeste e Sul.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural contratados foram definidos visando a promoção da soberania alimentar e nutricional das famílias de agricultores, a superação da pobreza, a produção e comercialização do excedente, a organização das famílias em associações e cooperativas, a inserção nos mercados institucionais e privados e a recuperação ambiental das áreas de assentamento.

No entanto, em 2016, consideramos que não foi possível a execução satisfatória dos contratos, devido ao bloqueio das famílias beneficiárias por simples indícios de irregularidades apontados pelo Acórdão TCU 775, antes da comprovação (ou não) desses indícios. As famílias tiveram dificuldade para acessar direitos básicos de cidadania, como auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadorias, serviços antes executados pelas prestadoras de Ater. Em 2016 também houve uma redução no número de projetos elaborados para acesso ao Pronaf, ao PAA e ao PNAE, devido tanto ao bloqueio como a diminuição do alcance dos programas. Além disso, os financiamentos bancários e os créditos concedidos continuam não coincidindo com os momentos de estruturação produtiva dos lotes, o que dificulta a organização da produção pelas famílias.

O desenvolvimento dos Projetos de Assentamento continua sendo limitado pelas dificuldades de instalação de infra-estrutura voltada à produção agropecuária (energia elétrica, água para irrigação, vias de acesso aos mercados urbanos, transporte).

A maior dificuldade enfrentada pela Superintendência Regional permanece sendo o reduzido número de servidores que acompanham a execução dos serviços contratados, o que compromete a organização, o planejamento e a própria qualidade dos serviços prestados. Ainda não conseguimos construir indicadores confiáveis que possam avaliar de forma objetiva o desempenho das prestadoras e, especialmente, a capacidade de produção de excedente e comercialização das famílias beneficiárias.

A curto prazo, a redução das contratações de novos projetos de PAA vem retardando a inserção de novas famílias nas ações de comercialização. É provável que, sem o incentivo para produção de hortaliças e frutas para os mercados da CONAB, as famílias de agricultores deixem de produzir para consumo próprio, afetando as condições alimentares e nutricionais dessas famílias. A médio prazo, a comercialização de excedentes em mercados convencionais, por essas famílias, também será afetada.

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Não se aplica nesta UJ

4- Governança

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

Não houve atuação da auditoria interna no exercício. As inserções foram memorandos alertando a Superintendência sobre as deliberações do TCU.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Todas as informações apresentadas neste relatório de gestão tem base nos dados e informações oriundos dos sistemas de monitoramento da instituição, bem como dos sistemas federais aos quais os elementos apresentados se vinculam como exemplo os dados orçamentários.

Institucionalmente ainda não existe um sistema de controle interno formalizado, em que deveriam estar estabelecidas práticas sistêmicas de controle interno. Em quase todas as ações descritas no Relatório de Gestão contam com normativos específicos que orientam e definem atribuições e incluem mecanismos de divisão de tarefas, alçadas decisórias e elementos para o seu gerenciamento. Muitas delas estão atreladas a Sistemas de Informação que na sua estrutura guardam elementos de controle.

A Direção Central vem demonstrando preocupação e sensibilização à gestão dos controles internos e avaliação de riscos institucional, destaque-se, o grupo de trabalho formalizado através da Portaria/INCRA/P/Nº2013 de 13 de maio de 2015, que elaborou a Política de Avaliação de Risco do Incra, esta ainda não disseminada as Superintendências.

Como pode ser observado, os objetivos e metas institucionais estão definidos e formalizados nos instrumentos que coordenam as ações executadas, como o Caderno de Metas, publicado após aprovação pelo Conselho Diretor.

Um importante sistema de controle da instituição está ancorado no Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Rurais – SIR, estando grande parte das ações abrangidas e as respectivas execuções acompanhadas em relação aos objetivos institucionais.

Entretanto, existe precariedade quanto ao processo de produção de informações qualificadas, de confirmação de dados, de fornecimento tempestivo, estando esse sistema voltado essencialmente para o fornecimento de dados, principalmente quanto a execução dos elementos do planejamento operacional e seus indicadores, obrigando as Superintendências, alimentarem planilhas com o detalhamento da execução de cada ação para posterior postagem na Wiki.incra.

Tal detalhamento deveria existir em um sistema de acumulação de informações, isto facilitaria o levantamento de demanda, por exemplo, que cada Projeto de Assentamento requeira.

Os principais sistemas de controle da Superintendência Regional de São Paulo que garantem o cumprimento dos objetivos são: SIAFI, SIASG, SIPRA, SNCR SNCCI, CAR, SIGEF, SNCI, SIATER, SICONV, SISPROT, SISDOC, SISPAD, CGU/PAD, Sala da Cidadania, SIR/Módulo de Monitoramento de Execução das ações suas respectivas metas.

Persistem as dificuldades para controlar o número de atendimento feito, devido aos problemas com sistemas de protocolo e sala da cidadania, porém detém um bom controle nas informações de:

- Nº de pessoas inscritas no PNRA, nº de pessoas acampadas no Estado de São Paulo;
- Pessoas Acampadas no Estado;
- Crédito Instalação;
- Contratos de Ates;
- Execução de ações e Metas
- Termo de Cooperação com UMC's;
- Cadastro de Imóveis Rurais;
- Titulação, etc;

A regularidade normativa dos processos instituídos na UJ, também é preocupação do Gestor, principalmente no que concerne a segregação das funções executados pelos servidores, a conferência e revisão processual é uma constante, além de outras atividades de controle exercidas no âmbito da UJ.

Há que se melhorarem muito os sistemas de controle interno e na segregação das atividades, através da melhoria no fluxo dos processos.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

O principal controle para assegurar a fidedignidade das informações sobre a nossa atuação, inseridas nos diversos sistemas que usamos, é feito por meio da cadeia hierárquica que homologa/aprova o lançamento/alteração de tais informações nos sistemas, ou seja, todos os dados lançados ou alterados nos diversos sistemas que usamos (SIATER, SICONV, SIAFI, SIASG, SIPRA, SISAC, ComprasNET, SCDP, CGUPAD, SISPAD, SIAPE, SIR, SICAF), em algum momento dependem de aprovação de autoridade competente e tais informações são amparadas, na sua grande maioria, em processos físicos ou documentos arquivados e que foram devidamente homologados seus lançamentos pela autoridade competente.

Também estão inclusos o arcabouço normativo, os processos físicos (onde se encontram os documentos comprobatórios do que está inserido nos sistemas), rotinas de "checklist" de processos, controle de usuários dos sistemas (fichas de cadastro...) e possíveis rotinas que eventualmente adotadas para checar, por exemplo, se os dados de uma RB estão corretos. Para amenizar a situação, alguns controles pontuais, foram desenvolvidos por um servidor lotado na SR/SP, como por exemplo, programa de controle de documentos, controle de andamentos de solicitações do cidadão na Superintendência, porém, o Plano Diretor de Tecnologia não permite a criação por parte das Superintendências, qualquer tipo de sistemas/programas, o que impede uma melhor segregação das informações.

Porém, destacamos que temos como rotina mensal o acompanhamento das ações, através do setor de Planejamento e Controle. Esta vigente uma Ordem de Serviço designando cada assegurado das ações, e estes vem cumprindo o que determina esta OS – alimentando o banco até o 5º dia útil de cada mês. O acompanhamento mensal com o detalhamento da execução assegura a fidedignidade das informações das metas, pois possibilita a correção imediata de erros que por ventura aconteçam.

A Superintendência Regional de São Paulo trabalha, em consonância com os vários sistemas implantados no Órgão e que estes são de responsabilidade da Sede.

A responsabilidade desta UI é de alimentá-los de acordo com as normas pré-estabelecidas para tal, tais como, indicar gestor para cada sistema, sendo que este é responsável pelo controle de acesso liberados para servidores diretamente ligados aquela atividade.

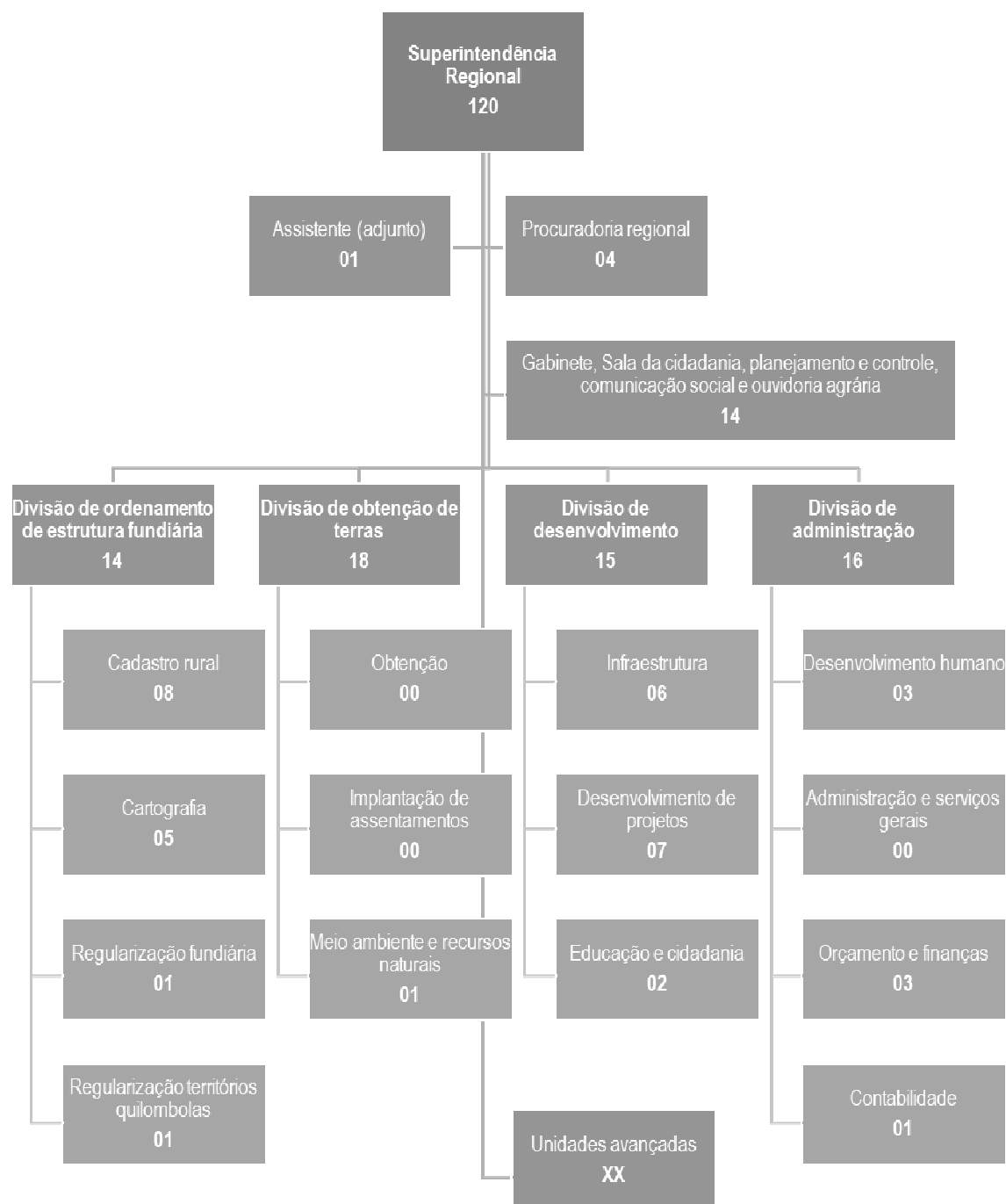
4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão de pessoas

5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

A Superintendência Regional do INCRA em São Paulo – SR(08), em dez/2016, contava com um efetivo de 120 (cento e vinte) servidores, dos quais 03 (três) servidores são detentores de Cargo em Comissão, sem vínculo com a Administração Pública e mais 03 (três) servidores requisitados pertencentes aos Quadros de servidores da Advocacia-Geral da União – AGU.

Dessa forma, o Quadro de Pessoal desta SR(08), é composto por 114 (cento e quatorze) servidores detentores de cargo efetivo, distribuídos da seguinte forma:

Quantitativo de servidores da SR(08)

- Servidores Ocupantes de Cargo de Nível Superior	75	=	65,79%
- Servidores Ocupantes de Cargo de Nível Intermediário.	39	=	<u>34,21%</u>
Total	114	=	100,00%

Distribuição dos Servidores

- Servidores lotados na área finalística da Autarquia	78	=	68,42%
- Servidores lotados na área meio da Autarquia.	36	=	31,58%

Como se pode observar, o perfil da SR(08) caracteriza-se pela predominância de servidores de Nível Superior (65,79%) e a distribuição de seus servidores, em sua maioria, lotado na área finalística (68,42%), causando certo desequilíbrio em sua distribuição equânime, todavia, essa concentração de servidores se justifica visto que as inúmeras atividades desenvolvidas pela área-fim demanda uma quantidade maior de corpo técnico para sua execução e cumprimento de metas.

Aposentadorias/Desligamentos

De acordo com os dados apurados junto ao cadastro dos servidores desta SR(08), pode-se concluir que em torno de 24 (vinte e quatro) servidores detentores de cargo efetivo terão preenchido os requisitos legais para concessão de aposentadoria no decorrer do exercício de 2017, ou seja, aproximadamente 21,05% (vinte e um vírgula zero cinco por cento), da força de trabalho existente.

Ingressos de Servidores

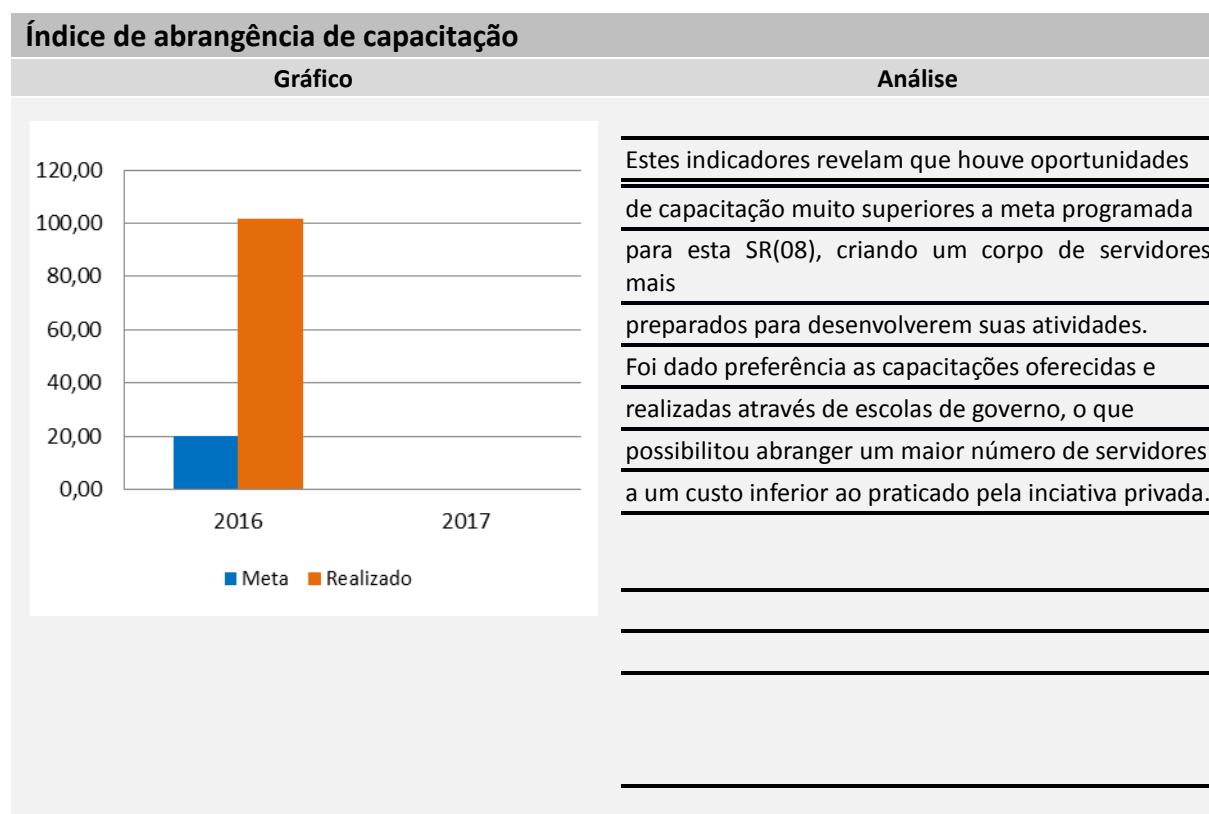
A perspectiva de contratação de novos servidores detentores de cargo efetivo, no momento, não pode ser levada em consideração, haja vista a falta de previsão de autorização para concurso público, de livre concorrência, visando à recomposição da força de trabalho não só dos servidores desta SR(08), como em nível nacional por esta Autarquia.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

As ações de treinamento/capacitação dos servidores do INCRA/SP foram definidas através de demandas das Divisões, solicitação direta dos servidores e ofertas de oportunidades geradas de acordo com a programação da Sede.

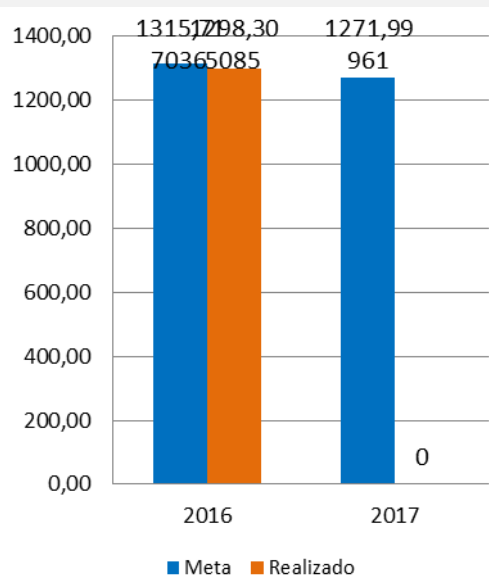
Ressaltamos a dificuldade de acompanhar e registrar as ações de capacitação internas ou externas no decorrer do exercício, vez que as informações se apresentam cada vez mais dispersas, as informações não chegam a este serviço de Desenvolvimento Humano como deveriam, tendo em vista ser competência de este setor efetuar levantamento das necessidades de treinamento, acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação, conforme consta do Regimento Interno do INCRA.

Indicadores relacionados



Índice de horas de capacitação

Gráfico



Análise

Mesmo que o indicador apresente meta a ser alcançada para o exercício de 2017, trata-se de registro de informação complementar ao principal indicador desta série, acima denominado abrangência de capacitação.

Embora tivéssemos mais servidores capacitados, em contraponto, a carga horária não atingiu a expectativa em face da fórmula utilizada, o que se conclui que os eventos de capacitação apresentaram um número inferior ao desejável.

Cada oportunidade de capacitação possui seu conteúdo e metodologia de ensino próprio e adequado ao seu objetivo, sendo assim, concluiu-se que estabelecer uma meta para o Índice de horas de capacitação para o exercício de 2017 seria propor um objetivo sem base para monitoramento e posterior avaliação, contudo, a única meta estabelecida para o período diz respeito a oportunidades de capacitação para 24 servidores, sem definição para horas de capacitação. Em decorrência do atual cenário econômico existe a expectativa de que esta meta possa sofrer alteração devido ao contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros.

6- Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

Serviço de seleção e homologação de famílias

Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio do serviço de seleção e homologação de famílias do Incra São Paulo que se referem à atuação da Superintendência quanto a distribuição de cesta básicas. No ano de 2016, foram atendidas 6359 famílias acampadas, com a distribuição de 25157 cestas de alimentos.

Outra forma de atendimento importante foi a distribuição de 35 rolos de lona, atendendo 672 famílias

Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Telefone	530	300	300
Correio Eletrônico	158	59	158
Atendimentos presenciais com orientações e encaminhamentos (cestas básicas)	280	280	280
Outros atendimentos (lonas)	35	35	Não cabe

Assessoria de Comunicação Social do INCRA/SP

Recebe e responde solicitações de jornalistas, pesquisadores de graduação e pós-graduação, e públicos em geral por e-mail e telefonemas.

Atendimento à imprensa = 99 atendimentos

No ano de 2016 (01/01/2016 a 01/01/2017), a Assessoria de Comunicação atendeu **84 solicitações** via SACI – Sistema de Apoio à Comunicação Integrada e **15** pedidos por meio de webmail de veículos de imprensa (jornal impresso, rádio, TV, blogs) sobre temas como ocupação de imóveis rurais por movimentos sociais, manifestações em rodovias, lotes irregulares da reforma agrária, reintegração de posse de áreas, liberação de créditos, titulação de territórios quilombolas.

Entrevistas = 5 entrevistas

No mesmo período, atendemos **cinco** pedidos de entrevista sobre temas como chacareiros em Mogi e irregularidades em lotes de Araçatuba. Uma dessas solicitações foi feita por estudantes de audiovisual que faziam documentário sobre o quilombo de Caçandoca, que receberam material sobre a situação da comunidade e colheram depoimento da equipe técnica do setor de quilombolas do Incra.

Releases (divulgação de matérias e avisos de pauta) = 12 matérias

Envio de matérias e boletins informativos sobre ações do INCRA em SP

Comunicados ao público= 5 comunicados

Fizemos cinco cartazes de comunicado ao público relacionado ao atendimento da Sala da Cidadania e expediente geral do órgão.

Relatórios públicos = 2 relatórios

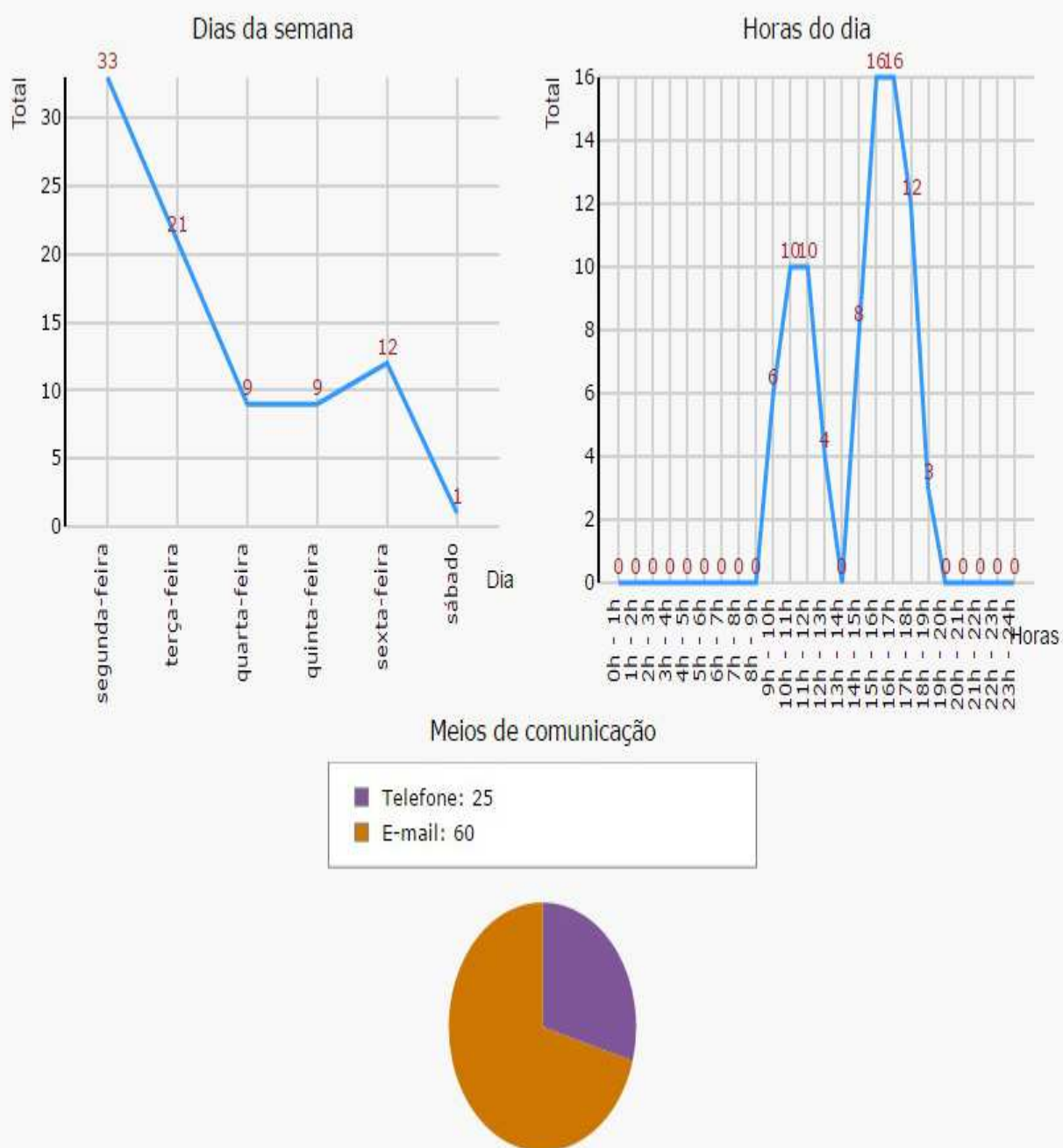
Divulgação de 2 relatórios de famílias acampadas no estado de São Paulo, disponíveis no portal do INCRA, conforme determinação judicial a pedido do MPU.

Denúncias = 7 mensagens

Encaminhamos 7 mensagens solicitando providências em relação à homologação em lote e problemas em assentamentos sob responsabilidade do INCRA

Convites = 5 convites

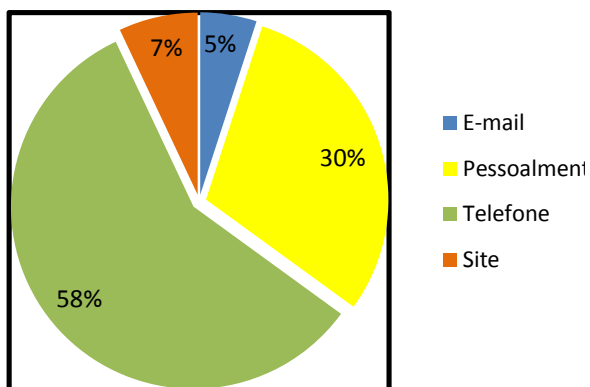
Divulgação de cinco convites para grandes eventos, como Conferências Estaduais de Desenvolvimento Rural, Audiências Públicas, Plano Safra e outros.



Características do acesso do cidadão à SR

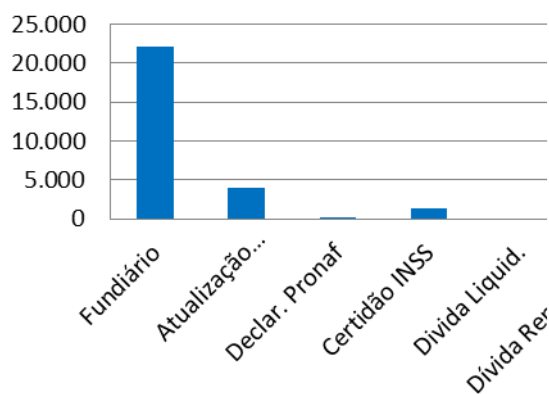
Canais de acesso

Canais de Acesso



Assuntos

Assuntos



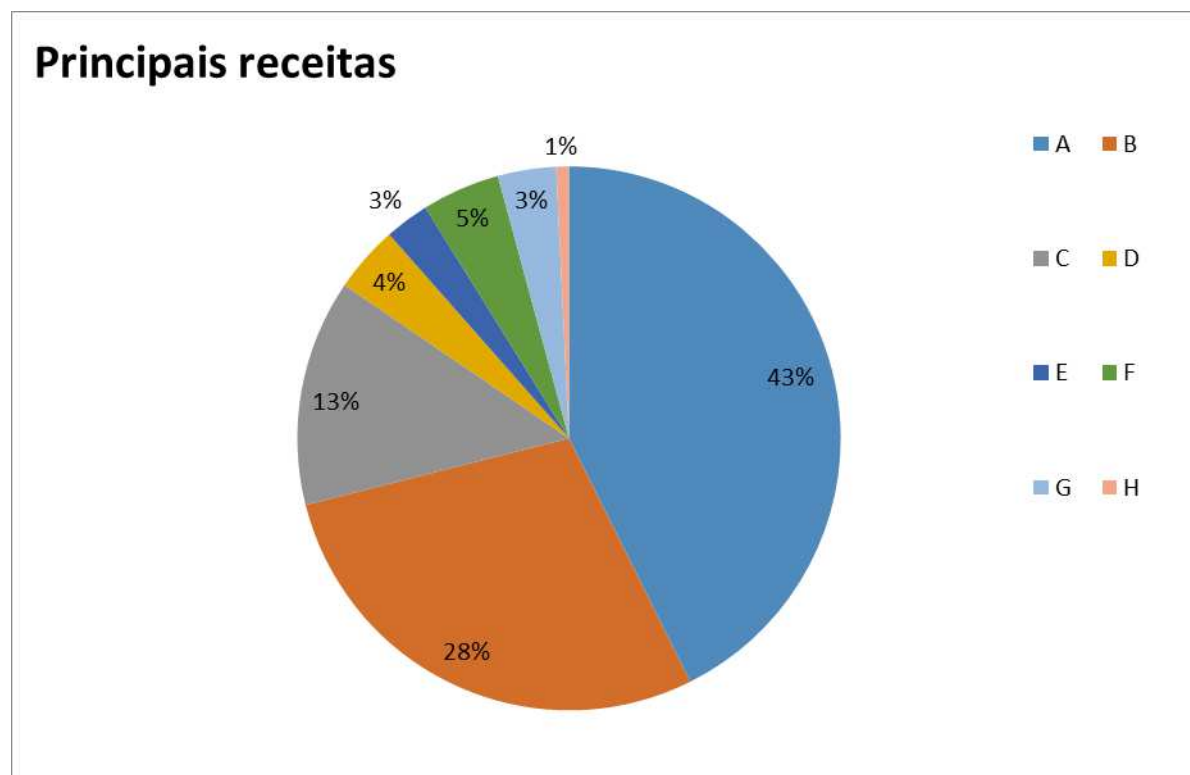
Natureza da Demanda	Qtde de Solicitações	Atendidas	Atendidas no Prazo
Fundiário	22.080		
Atualização Cadastral	3.963	3.963	
Declar. Pronaf	38	38	
Certidão INSS	1.343	1.343	
Divida Liquid.	0		
Dívida Renegocida	0		

Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

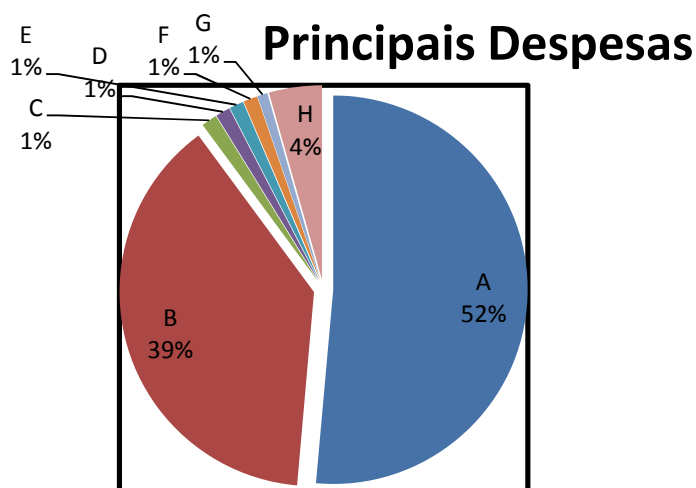
7- Desempenho financeiro e informações contábeis

7.1- Desempenho financeiro do exercício



Principais receitas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
Receita A	0	0	0
Receita B	0	0	0
Receita C	0	0	0
Receita D	0	0	0
Receita E	0	0	0
Receita F	0	0	0
...	0	0	0
Total			

A Superintendência Regional do INCRA em São Paulo não tem receitas próprias, assim todos os recursos financeiros e orçamentários são descentralizados do Incra/SEDE.



Despesas	2015	2016	2017
A	24.867.250,45	10.831.186,13	0,00
B	1.803.807,01	8.106.860,52	0,00
C	504.258,17	274.659,42	0,00
D	648,42	254.780,14	0,00
E	1.934.538,64	247.158,03	0,00
F	86.127,69	247.822,64	0,00
G	418.550,73	179.791,92	0,00
H	1.914.390,05	927.318,93	0,00
Total	31.529.571,16	21.069.577,73	0,00
Serv. Apoio Adm. Operacional	A		
Ser. Tec. Operacional	B		
Ser. Agua, energia, gaz	C		
Ser. Prestados Divs PJ	D		
Serv. Transp. Passag. Locomoção	E		
Serv. De Comun. Gráficos	F		
Diária	G		
Outros	H		

7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Balanço Financeiro 2016	http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11389
Balanço Orçamentário 2016	http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11386
Balanço Patrimonial 2016	http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11385
Demonstração Variações Patrimoniais 2016	http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11383
Demonstração do Fluxo de Caixa 2016	http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11382

7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 1.2.1.1.1.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

No exercício de 2016, conforme informações da Diretoria de Desenvolvimento, foram emitidos 2.850 cartões da modalidade Apoio Inicial e 3.052, da modalidade Fomento Mulher. Foram realizadas 4.220 operações do Apoio Inicial, totalizando R\$ 10.128.000,00 e 5.893 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 17.679.000,00.

O quantitativo de beneficiários que receberam Crédito Instalação foi maior do que o número de cartões emitidos, pois alguns apesar de alguns terem recebido o cartão em 2015, somente tiveram crédito concedido em 2016.

No exercício de 2016, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 5.736.102.346,82, representando uma redução de R\$ 149.358.310,02 em relação ao saldo inicial do referido ano que era de R\$ 5.885.460.656,84. Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelo ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013, adicionados os valores dos novos créditos registrados na UG/Gestão 133087/37201.

No segundo semestre de 2016, na sede da Autarquia, foi realizada pela Diretoria de Gestão Administrativa a capacitação de servidores das 30 Superintendências Regionais, divididos em duas turmas. O treinamento teve por objetivo formar usuários e multiplicadores no módulo cobrança do SNCCI, especificamente na emissão de GRU cobrança do Crédito Instalação. Na segunda turma, participaram do treinamento inclusive alguns servidores da Controladoria Geral da União (CGDAG), os quais inclusive foram cadastrados como usuários do sistema com perfil de consulta.

Por intermédio do SNCCI, foram emitidas 5.560 Guias de Recolhimento da União – Cobrança, relativo ao Créditos Novos, vencíveis em 2016. Deste total, 5.175 foram pagas tempestivamente pelos devedores, volume bastante expressivo. Ao final do ano, a inadimplência foi de apenas 6,92%.

Ao longo de 2017, o módulo cobrança do SNCCI evoluirá para atender as exigências da FEBRABAN e com isto será implantada a emissão de GRU - Cobrança Registrada. Além disto, a partir da implantação dos relatórios gerenciais, novas evoluções em curso e da interligação do sistema com a Sala da Cidadania, será otimizada a gestão da cobrança e a contabilização das receitas e da provisão para devedores duvidosos, além de permitir que o próprio beneficiário acesse via internet a GRU para pagamento.

Em relação à Cobrança do Crédito antigo, o Módulo Cobrança do SNCCI ainda não foi evoluído para atender esta finalidade, tendo em vista que a Lei 13.001/2014 ainda não foi regulamentada. Inobstante, o cadastramento de processos de créditos antigos no SNCCI pode ser feito normalmente pelas Superintendências Regionais, funcionalidade esta disponibilizada desde 2014, a partir das capacitações que foram realizadas em todo o País.

7.3.2 Créditos a receber de parceiros

A conta 121219808 - Créditos a receber em parcelas/lotos registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2016 o saldo final da conta era R\$ 655.473.168,53.

A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF vem conduzindo a discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de glebas fora da amazônia legal, enquanto a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de assentamentos vem trabalhando na elaboração de uma Instrução Normativa referentes aos títulos de parcelas de PAs.

As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela DE por meio da Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET juntamente com as áreas finalísticas envolvidas no processo de titulação.

A previsão era que o SNT fosse desenvolvido em módulos, iniciando-se pelo módulo quilombola. Porém esta proposta inicial foi entendida como mais onerosa em custo e prazo para o INCRA e por isso está suspensa. A idéia é realizar um projeto único para atendimento das demandas vinculadas à Titulação no INCRA. Para tal, espera-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto de representantes de todas as áreas do INCRA que dará andamento ao projeto.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

Sugere-se que os itens 8.1 e 8.2, em conjunto, não ultrapassem o tamanho de **3 páginas**

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão 0659/2016 TCU-1ª Câmara	9.1 ao 9.7	Tomada de Contas Especial - Irregularidade de Contas, débitos e multa. Aplicação de multa aos responsáveis: Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural - Inocar (58.978.735/0001-74); Ismael Rodrigues de Souza (177.183.648-28); Sebastião Batista de Carvalho (937.105.698-34).	Ciência aos responsáveis
Acórdão 0904/2016 TCU-1ª Câmara	9.1 ao 9.6	REPRESENTAÇÃO: IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS FIRMADOS PELO INCRA COM A COOPERATIVA UNIFICADA DOS TRABALHADORES DO CAMPO - UNICAMPO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. CONVERSÃO EM TCE. DETERMINAÇÕES. Convênios Incra/CRT/SP 50000/2005, 68000/2007 e Convênio 54000/2005, Siafi 535604	Os convênios estão aprovados e registrados no SIAFI.
Acórdão 7235/2016 TCU-1ª Câmara	9.1 ao 9.6	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONVÊNIO. Não aprovação da prestação de contas relativa aos recursos repassados por força do Convênio 1000/2007. Aprovação de plano de trabalho sem análise da capacidade técnica Da conveniente. Inobservância das formalidades essenciais para a alteração do plano de trabalho e para a liberação dos recursos. Análise e aprovação de prestações de contas sem a documentação comprobatória da regular execução financeira do convênio ou da sua execução física. CITAÇÃO.	Ciência aos responsáveis Responsáveis: Associação Amigos de Teodoro Sampaio (08.505.600/0001-13); Guilherme Cyrino Carvalho (210.515.198-10); José Eduardo Gomes de Moraes (092.899.238-14); Raimundo Pires Silva (022.766.778-64).

		REVELIA DE ALGUNS DOS RESPONSÁVEIS. REJEIÇÃO DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA DOS DEMAIS RESPONSÁVEIS. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO. MULTA.	
Acórdão 5224/2016 TCU-2ª Câmara	9.1 ao 9.5	APOSENTADORIA. ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO 3.008/2008-2ª CÂMARA, QUE CONSIDEROU ILEGAL ATO DE APOSENTADORIA CONCEDIDO EM BENEFÍCIO DE EX-SERVIDOR DO INCRA/SP. DESCUMPRIMENTO. AUDIÊNCIA DO EX-SUPERINTENDENTE. REVELIA. MULTA. REITERAÇÃO DA DETERMINAÇÃO POR MEIO DO ACÓRDÃO 1.031/2013-2ª CÂMARA. NÃO CUMPRIMENTO. AUDIÊNCIA DO ATUAL SUPERINTENDENTE.	Ciência aos responsáveis
Acórdão de Relação 2007/2016 TCU-2ª Câmara		Autorizar o recolhimento parcelado da multa aplicada aos responsáveis Guilherme Cyrino Carvalho (210.515.198-10); José Trevisol (017.009.928-80); Maria Isabel Alves Domingos Silveira (997.480.708-59); Paulo Sérgio Miguez Urbano (664.853.478-87); Raimundo Pires Silva (022.766.778-64). Processo TC-025.476/2009-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)	Ciência aos responsáveis
Acórdão 775/2016 TCU-Plenário	9.1 ao 9.13	REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NA SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NA SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS LOTES DE REFORMA AGRÁRIA. OITIVA PRÉVIA. NÃO AFASTAMENTO DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA CAUTELAR PLEITEADA. SUSPENSÃO CAUTELAR DOS PROCESSOS DE SELEÇÃO E	Com a publicação do acórdão nº 2451/2016, através das empresas contratadas para prestação de serviços de ATEs, o INCRA-SP providenciou notificações às famílias bloqueadas no SIPRA, para que apresentem documentação pendente, visando seu desbloqueio e possível regularização.

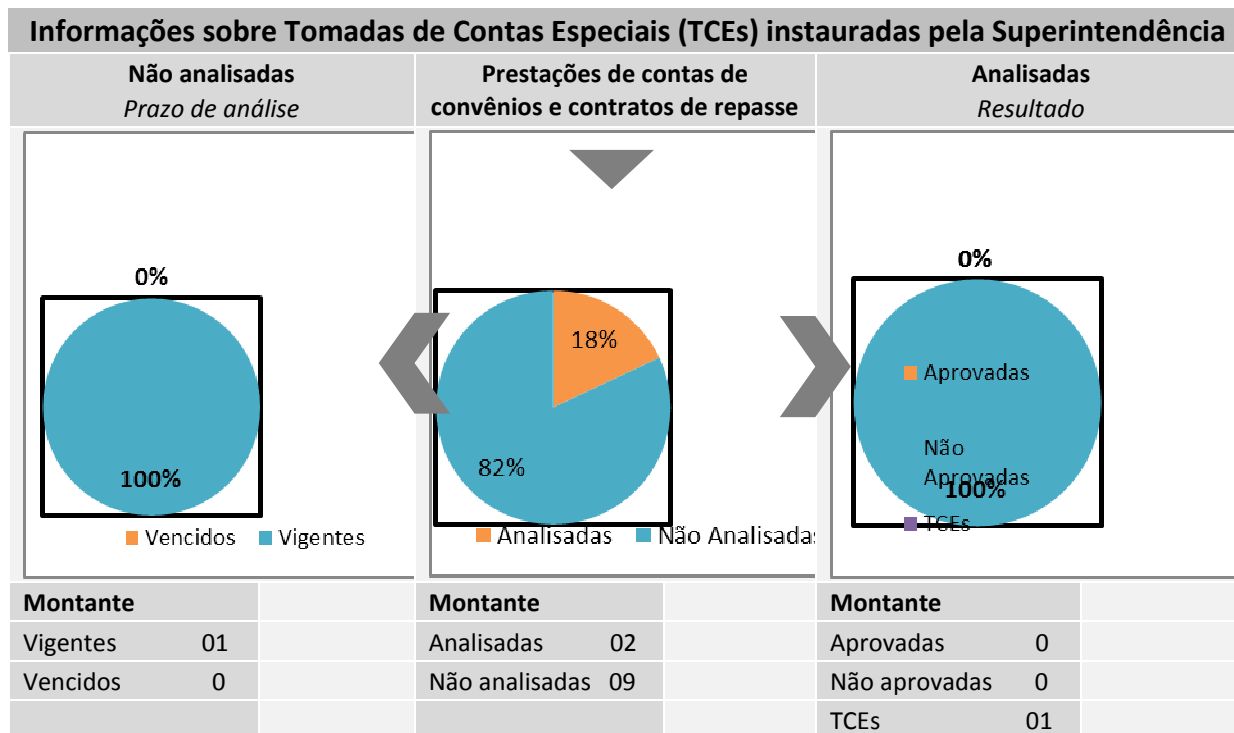
		ASSENTAMENTO DE NOVOS BENEFICIÁRIOS. SUSPENSÃO DE NOVOS PAGAMENTOS E REMISSÕES DOS CRÉDITOS DE REFORMA AGRÁRIA. SUSPENSÃO DO ACESSO A OUTROS BENEFÍCIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS ATRELADAS AOS BENEFÍCIOS DA REFORMA AGRÁRIA. ESCOPO DA CAUTELAR COM ATINGIMENTO UNICAMENTE DOS BENEFICIÁRIOS APONTADOS COMO IRREGULARES. POSSIBILIDADE DE REVERSÃO DA CAUTELAR PELO PRÓPRIO BENEFICIÁRIO JUNTO AO INCRA, MEDIANTE COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DE SUA SITUAÇÃO OCUPACIONAL.	
--	--	--	--

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Auditoria de Gestão de 2009 CGU	Ordem de Serviço 246633	2 (duas) Recomendações para redução no estoque de prestação de contas a analisar. Em setembro de 2009 o INCRA/SP tinha 28 a aprovar e 11 a comprovar. Em julho de 2015 existem 11 pendentes de aprovação.	Todas as prestações de contas foram analisadas pela área administrativa, porém as pendentes de aprovação estão aguardando relatório técnico emitido pela área finalística e recomendações .
Auditoria de Gestão de 2011 CGU	Ordem de Serviço 201203488	2(duas) Recomendações tratam de Prestação de Contas pendentes de Aprovação	PC(s) analisadas pela área administrativa, pendências continuam em razão da ausência dos relatórios técnicos .
Auditoria de Gestão de 2013 CGU	Ordem de Serviço 201407470	Falta de lançamento dos registros contábeis dos imóveis desapropriados; ausência de sistematização para levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados; falhas na requisição de servidores e pensões; falhas de registro de PAD	A situação atual dos registros contábeis dos imóveis desapropriados será informada no presente relatório de gestão, item 3.3.2 subitem vi. A sistematização e cronograma foram apresentados no RG 2015. As demais falhas foram sanadas pela Divisão de Administração.

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Sugere-se que este item não ultrapasse 1 página.



Análise

O primeiro quadro demonstra o número de TCE's vigente, sendo que durante o exercício de 2016 teve apenas uma TCE vigente, referente ao convênio SIAFI 565543 o qual não teve a sua prestação de contas e, por isso, a sua consequente Instauração da Tomada de Contas Especial.

O Segundo quadro demonstra o número de convênios (firmados nos moldes da IN/STN 01/97) que foram concluídos junto ao SIAFI. No início do exercício de 2016 haviam 11 convênios na situação de "a aprovar". Durante este exercício 02 (dois) convênios foram concluídos, sendo que 01 (um) convênio teve a sua prestação de contas aprovada (convênio SIAFI 602901) e outro convênio teve a sua prestação de contas reprovada (convênio SIAFI 565543) com a sua consequente instauração da Tomada de Contas especial. Ao final do exercício de 2016 restaram, portanto, 9 (nove) convênios na situação de aprovar pendentes de Relatório Técnico final conclusivo.

O terceiro quadro demonstra o número de TCE's que foram concluídas em 2016, sendo que durante este exercício foi instaurada apenas 01 (uma) TCE a qual, ao final deste exercício, ainda se encontrava em vigência.

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Em observância ao art. 5º da Lei 8.666/93, é respeitada uma ordem cronológica que diz respeito ao período de tempo em que a nota fiscal é apresentada até o dia de sua liquidação com envio da ordem bancária para pagamento, lembrando porém, que os pagamentos são realizados à medida em que os produtos/serviços são entregues e as notas fiscais são devidamente atestadas e entregues ao setor competente para liquidação e pagamento, juntamente com as demais documentações previstas em Lei e no Contrato e que podem ocorrer atrasos no pagamento em virtude da não regularidade do fornecedor/prestador de serviços e/ou falta de tempestividade no repasse de recursos pelo Governo Federal e por orientação da DAF/SEDE, para que haja a descentralização de recursos financeiros, todas as despesas junto aos fornecedores, após obedecido os tramites legais, são apropriadas no SIAFI, ficando o status de despesa liquidada porém não pagas, restando saldos em restos a pagar.

9- Anexos e apêndices

9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os			X		

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
	riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
4	Informação e comunicação					
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
5	Monitoramento					
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
	Legenda dos valores					
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.					
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.					
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.					
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.					

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 6.1

Com relação ao atendimento ao público externo, existem dois sistemas atualmente em uso pela Superintendência Regional, Sistema de Protocolo – SISPROT e Sistema de Documentos – SISDOC, que lidam com o cadastramento e trâmite de processos e cadastramento e trâmite de documentos, respectivamente que, em tese, poderiam gerar informações sobre alguns atendimentos realizados, porém não possuem relatórios que possam subsidiar o preenchimento desse item com o nível de detalhamento solicitado. Estudos estão sendo feitos no sentido de substituí-los tendo em vista utilizarem tecnologia obsoleta que inviabiliza a manutenção evolutiva dos mesmos. Outros

atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas como o Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária – Sipra e Sistema de Gerenciamento da Estrutura Fundiária – Sigef.

Desde 2014 a Autarquia implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física na superintendência, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.).

A Sala da Cidadania da Superintendência Regional de São Paulo é responsável pelo atendimento público. Os serviços prestados são: informações em geral, abertura de processos administrativos de cancelamento e descaracterização de imóveis rurais, certidão para fins de aposentadoria, informação cadastral, abertura de processo de atualização e/ou inclusão cadastral para fins de emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR.

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Demanda e Atendimento Sala da Cidadania

UF da Superintendência Regional
São Paulo

SR 08

Serviço	Demanda	Qtd atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Dívidas Liquidadas	0	0		Imediato	
Dívidas Renegociadas	0	0		Imediato	
Atualização Cadastral	3963	3963		Imediato	
Declaração de Aptidão ao Pronaf	38	38		Imediato	
Certidão de Beneficiário (para o INSS)	1343	1343		Imediato	

Fonte: Sistema Sala da Cidadania. Extração especial 24/03/2017, referência: 2016. Demanda nº 5006.

Dos serviços prestados, destacamos o serviço de atualização cadastral no SNCR, os processos de Cancelamento Cadastral onde tivemos a abertura de 824, Processo de Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro, onde tivemos 496 processos abertos, Processos de Certidão para fins de Aposentadoria com 73 processos abertos, vale ressaltar que a Sala tem o papel de recepção das documentações,

não sendo possível mensurar com exatidão as atualizações atendidas, uma vez que o processo de análise é realizado pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Serviço de cadastro Rural.

Os serviços de renegociação e liquidação das dívidas rurais que está disponível na Sala da Cidadania destinam-se aos beneficiários da Reforma Agrária que realizaram operações financeiras junto ao Banco do Brasil e encontram-se inadimplentes.

Nessa Superintendência, não é possível a contabilização da adesão à renegociação, uma vez que em sua grande maioria as operações de emissão de boletos bancários para liquidação de contratos e renegociação se deram nas Salas da Cidadania oriundas dos Acordos de Cooperação Técnica.

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
91,70	95,04	91,70

Memória de cálculo:

Índice 2016: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (23.591.765,10 - Fonte: SNCR) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (24.822.236,20 - Fonte:) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
2086,96	1132,78	2445,82

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (15655 - Fonte: SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (1382 - Fonte: SISPROT, SIGEF E SIR) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de Regularização Fundiária (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte: SISPROT, SIR e SISTERLEG) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte: SISPROT, SIR e SISTERLEG) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
4.169,88	3.429,69	4.800,76

Memória de cálculo:

Índice 2016: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (845.727,78 - Fonte: SIAFI) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (246,59 - Fonte: DT/Gabinete/Monitoria)

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
100,00	211,11	100,00

Memória de cálculo:

Índice 2016: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (19 - Fonte: SIR – Módulo de monitoramento) dividido pela meta de protocolização de licenças ambientais conforme plano de metas do exercício (9 - Fonte: Caderno de Metas 2016) multiplicado por 100. Previsão/meta: Plano de metas (100%). Plano de metas 2017 ainda não publicado

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
15,51	72,59	36,23

Memória de cálculo:

Índice 2016: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (98 - Fonte: SIR – Módulo de monitoramento) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (135 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
28,15	554,69	199,52

Memória de cálculo:

Índice 2016: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (355 - Fonte: SIR – Módulo de monitoramento) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (64 - Fonte:) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de provimento de PDA/PRA (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
1,25	0,00	1,25

Memória de cálculo:

Índice 2016: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (0 - Fonte: SIR) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (133 - Fonte:) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

Índice: 2015: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (0 - Fonte: SIR-Módulo de Monitoramento) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (418 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Metas: 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Caderno de Metas 2015) dividido pela Meta de assentamento de famílias (1140 - Fonte: Caderno de Metas 2015) multiplicado por 100. 2017: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção		
2016		2017
Meta ¹	Realizado	Meta ²
3.614	0	0

Memória de cálculo:

Realizado 2015: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR – Módulo de Monitoramento) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SIR/Módulo de Monitoramento) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (312 - Fonte: SIR/Módulo de Monitoramento). Meta 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Caderno de Metas 2015) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (778 - Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (772 - Fonte: Caderno de Metas 2015), 2017: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não

publicado) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado)

Índice de provimento de assistência técnica (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
89,68	98,73	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2015: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (11157 - Fonte: Planilha detalhada na wiki (publicação SR e revisão feita pela DD/ATER)) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (11301 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.
 Previsão/meta: 2015: Meta de famílias a serem atendidas com ATES (11301) Fonte: Plano de Metas 2015, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas (1140) Fonte: Plano de Metas 2015
 2016: Meta de famílias a serem atendidas com ATES () Fonte: Plano de metas 2017 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas () Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2016		2017
Meta ¹	Realizado	Meta ¹
	0,00	
Fonte/Metodologia de amostragem: Pesquisa por amostragem realizada entre os dias xxxxxxx e xxxxx em nnnn PAs		

¹ Não existe parâmetro definido para as metas

Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
3,08	3,77	0,00

Memória de cálculo:

Realizado 2015: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (618 - Fonte: SIR – Módulo de monitoramento) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (11466 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. Meta 2015: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2015) dividido pela Meta de famílias assentadas (12606 - Fonte: Plano de Metas 2015 SIPRA) multiplicado por 100. 2017: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) dividido pela Meta de famílias assentadas (11466 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (0 - Fonte: SIPRA) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (11317 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2016		2017
Meta ¹	Realizado	Meta ²
20,00	100,00	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2015: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (60 - Fonte: SIR – Módulo de Monitoramento) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (119 - Fonte: Serviço de Recursos Humanos SR(08)SP) multiplicado por 100.
Previsão/meta: 2015: Meta capacitação (20) Fonte: Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2015, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (119) Fonte: Serviço de Recursos Humanos SR(08)SP
2016: Meta capacitação () Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (120) Fonte: DA

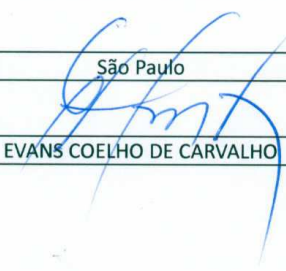
Índice de horas de capacitação (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
1315,72	1298,31	1272,00

Memória de cálculo:

Índice 2016: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (1532 - Fonte: SIR – Módulo de monitoramento) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (118 - Fonte: Serviço de Recursos Humanos SR(08)SP)

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação (UPC)		Código da UG	
Superintendência Regional do Incra no estado de São Paulo		373066	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei 4.320/64, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	São Paulo	Data	09/03/17
Contador Responsável	 EVANS COELHO DE CARVALHO	CRC nº	237178/O-0

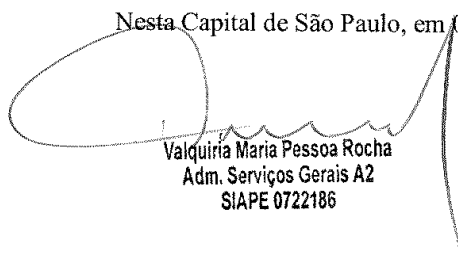
	CASA CIVIL SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA DIVISÃO ADMINISTRATIVA-SR(08)A SR(08)A2	
---	---	---

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, VALQUÍRIA MARIA PESSÔA ROCHA, CPF 028.672.008-65, Administrador, exercido na Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo – SR(08), declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repase – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Nesta Capital de São Paulo, em 09 de março de 2017



Valquíria Maria Pessoa Rocha
Adm. Serviços Gerais A2
SIAPE 0722186